



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PAULA SONÁLY NASCIMENTO LIMA

**ENTRE CARTOGRAFIAS PLANEJADAS E DESEJADAS: CARTOGRAFIAS
DO BAIRRO DAS MALVINAS – CAMPINA GRANDE, PB.**

Campina Grande
2018

PAULA SONÁLY NASCIMENTO LIMA

**ENTRE CARTOGRAFIAS PLANEJADAS E DESEJADAS: CARTOGRAFIAS
DO BAIRRO DAS MALVINAS– CAMPINA GRANDE, PB.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.
Orientadora: Prof. Dr. Keila Queiroz e Silva.

Campina Grande
2018

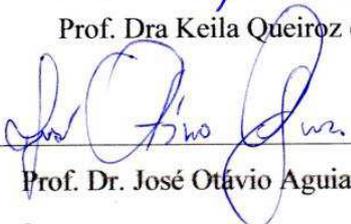
LIMA, Paula Sonály Nascimento. Entre cartografias planejadas e desejadas: Cartografias do bairro das Malvinas – Campina Grande, PB. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra Keila Queiroz e Silva.– PPGH/UFCG (Orientador)



Prof. Dr. José Otávio Aguiar – PPGH/UFCG (Examinador interno)



Prof. Dr. Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira – PNPD/CAPES/PPGH/UFCG
(Examinador externo)

Profa. Dra. Patrícia Cristtina Araújo de Aragão – PPGH/UEPB (Suplente externo)

Profa. Dra. Regina Coelli Nascimento Gomes– PPGH/UFCG (Suplente interno)

“Convivência”

“A arte de conviver, não está na aceitação total das coisas do outro e sim nos compartilhamentos, pois isso nos dá o verdadeiro sentido do grau de envolvimento”.

(Paulo Araújo)

Dedico aos meus pais, Paulo e Fátima,
e aos meus irmãos, Paloma e Júnior.

AGRADECIMENTOS

Foi árdua e gratificante escrever este trabalho, foi uma realização profissional e pessoa, que se materializou nestas páginas. E, os meus agradecimentos e reconhecimentos são dirigidos a todas as pessoas que participaram dessa trajetória, apoiaram, motivaram e colaboraram, em diferentes momentos e de maneiras diferentes, no desenvolvimento do presente estudo, sem, as quais, a sua realização não teria sido possível.

Agradeço,

Aos meus pais, Paulo e Fátima, pela vida, pela educação que me proporcionaram e por toda confiança e incentivo ao estudo e crescimento intelectual. Este trabalho é fruto da semente que plantaram e que conseguiu florescer. Obrigada por todo amor, pela liberdade de permitirem eu construir minhas asas sabendo que estarão sempre comigo.

Aos meus irmãos, Paloma e Paulo Júnior, que são minhas extensões, a quem agradeço a parceria e carinho. Tenho muito orgulho de vocês.

À minha família, principalmente às minhas tias e primas, que sempre apoiaram e externaram orgulho de mim, por todo cuidado e preocupação comigo. Sei que posso contar com vocês.

Ao meu namorado e parceiro, Josealdo Alexandre, pelos sorrisos, motivações e ajuda com essa dissertação. Você deixa a minha vida mais colorida, mais doce, mais cheia de amor.

À minha orientadora, Profa. Dra. Keila Queiroz e Silva, pela oportunidade, pelo desafio de assumir a orientação do trabalho. Eu agradeço o acolhimento, a disponibilidade, compreensão em muitos momentos que me ausentei e paciência incansável, pelas orientações seguras, pelo diálogo franco, pelo encorajamento, muitas vezes, transcendendo o campo acadêmico. As lacunas que tem nesta dissertação são de minha responsabilidade, mas os méritos são divididos com você. Obrigada pelo conhecimento, por toda a ajuda.

A Profa. Dra. Patrícia Cristina Aragão e o Prof, Dr. José Otávio Aguiar, pelo aceite na composição da banca de qualificação, pelas correções que fizeram. Foram valiosas, pontuais e ‘carinhosas’ contribuições ao trabalho e ao Prof. Dr. Giuseppe Roncalli P. L. de Oliveira pelo aceite na composição da banca de defesa.

Aos professores do PPGH – UFCG, que plantaram suas sementes de conhecimento durante a minha graduação e pós-graduação, contribuindo para a minha formação intelectual.

Aos meus amigos e amigas, principalmente Laís Santana, minha companheira da universidade para a vida, amadurecemos tanto. Aline Firmino, amiga que o meu emprego possibilitou ter e com quem posso contar sempre. Agradeço a Carlos André, por todas as vezes que perguntou da dissertação, se preocupou com ela e incentivou a sempre continuar. A Alisson Thiago, quem fez meu abstract e quem me faz sorrir até com os problemas. A vocês, que foram essenciais para esta escrita, e a todos os outros amigos, quero externar minha gratidão e carinho por dividirem comigo minhas angústias, medos e também conquistas. Por sempre me incentivarem e me ajudarem das mais variadas formas, foi essencial.

E meu agradecimento especial aos homens e mulheres que me ajudaram nesta pesquisa com os seus relatos. Foi primordial para minha experiência com as Malvinas, com as trajetórias e a minha construção da ocupação do bairro.

Muito obrigada!

EU AMO A RUA. *Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres [...], mas porque*

nos une, nivela e agremia o amor da rua.

(...) a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma!

(...) a rua é a agasalhadora da miséria. Os desgraçados não se sentem de todo sem o auxílio dos deuses enquanto diante dos seus olhos uma rua abre para outra rua (...).

A rua faz as celebridades e as revoltas, a rua criou um tipo universal, tipo que vive em cada aspecto urbano, em cada detalhe, em cada praça, tipo diabólico que tem, dos gnomos e dos silfos das florestas, tipo proteiforme, feito de risos e de lágrimas, de patifarias e de crimes irresponsáveis, de abandono e de inédita filosofia, tipo esquisito e ambíguo com saltos de felino e risos de navalha. (...)

*João do Rio.
A alma encantadora das ruas.*

RESUMO

As cidades são relações entre os espaços e os acontecimentos. Nelas contem recordações, identidades e significações. Estão inseridas nos caminhantes por meio de lembranças e sentimentos. As cidades são produzidas e se modelam de acordo com o processo histórico-espacial da sociedade. Neste contexto, destaco a cidade de Campina Grande, suas experiências e os seus espaços. O presente texto tem a preocupação de tornar possível um outro olhar sobre como se deu o processo de construção do conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz em Campina Grande – construção enquanto um espaço habitado e significado por seus moradores. Passearemos pela forma de ocupação do bairro, as vivências, significados formados pela mídia e pela sociedade. Contaremos uma história de moradores que vivenciaram a ocupação e, especialmente, o modo como se tornavam possíveis vivências no espaço mesmo com a falta de infraestrutura. Abordaremos o modo como cotidianamente os sujeitos reivindicavam e lutavam pela melhoria de sua qualidade de vida, o que fez que o conjunto se tornasse o bairro das Malvinas, oficialmente em 1987. Para a realização do nosso trabalho caminhamos por documentos oficiais bem como entrevistas feitas com os moradores do bairro, além de obras de cunho historiográfico, dialogando com autores que abordam sobre a cidade, memória, identidade e relações sociais e práticas cotidianas, enfatizando Michel de Certeau. Na medida em que levantamos questões sobre como pensar a cidade de Campina Grande, em seu processo de urbanização, as práticas cotidianas dos moradores, as condições de vida, aspectos sociais dos sujeitos, suas significações, conquistas e lutas; estamos contribuindo com os debates que vem sendo realizados na academia que versam sobre urbanidade, relações e conflitos sociais, as questões de moradias, sobre o cotidiano, sobre as reformas urbanas e os enredos políticos e econômicos que estão relacionados.

Palavras-chave: Campina Grande, Conjunto Álvaro Gaudêncio, Bairro das Malvinas.

ABSTRACT

Cities are relations between spaces and events. They contain memories, identities and meanings. They are inserted in people's lives through memories and feelings. Cities are produced and modeled according to the historical-spatial process of society. In this context, I highlight the city of Campina Grande, its experiences and spaces. The present text is concerned to make possible another view at the process of construction of Álvaro Gaudêncio de Queiroz neighborhood, in Campina Grande - construction as an inhabited and meaningful space by its residents. We will walk by the way of occupation of the neighborhood, the experiences, meanings formed by the media and by society. We will tell stories of residents who experienced the occupation process, and especially, the way in which experiences in space became possible even with the lack of infrastructure. We will approach the way in which residents daily claimed and fought for the improvement of their quality of life, which made the neighborhood become the Malvinas, officially in 1987. For the accomplishment of our work we walked by official documents as well as interviews made with the residents of the neighborhood, besides works of historiographic nature, dialoguing with authors that deal with the city, memory, identity and social relations and daily practices, emphasizing Michel de Certeau. As we raise questions about how to think about the city of Campina Grande, in its urbanization process, the daily practices of the residents, living conditions, social aspects of the subjects, their meanings, achievements and struggles, we are contributing to the debates that have been held at the academy on urbanity, social relations and conflicts, housing issues, daily life, urban reforms and related political and economic scenarios.

SIGLAS

BNH - Banco Nacional de Habitação

BPM - Batalhão da Polícia Militar

CAGEPA - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

CDU – Comissão de Desenvolvimento Urbano

CEHAP - Companhia Estadual de Habitação Popular.

CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano

CURA - Projeto Comunidade Urbana para Renovação Acelerada

DHB - Déficit Habitacional Básico

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDLI - Projeto de Desenvolvimento Local Integrado

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Campina Grande-Situação Geográfica na Paraíba, em referência à Capital João Pessoa. Imagem do Google Maps.	13
Figura 2	Mapa - Localização Bairro das Malvinas, Campina Grande. Imagem do Google Maps.....	16
Figura 3	Especial Malvinas 24 anos. DABLIU A. Bureau de Criação, Agência e Propaganda. Campina Grande- PB. Março de 2007.....	25
Figura 4	Capa do PDLI. Fonte: OLIVEIRA, 2014. p. 74	38
Figura 5	Questão de Habitação em Campina Grande	43
Figura 6	Multidão invade Conjunto da Cehap. Gazeta do Sertão, 27 de março de 1983.	47
Figura 7	Invadiram o conjunto da Cehap e, Bodocongó. Gazeta do Sertão, 27 de março de 1983.	50
Figura 8	Policiamento reforçado no Conjunto. Gazeta do Sertão. 29 de Março de 1983, p.01	52
Figura 9	Gazeta do Sertão, 27 de março de 1983, p. 01	64
Figura 10	Gazeta do sertão - 10 de abril de 1983 (3) Serpentes invadem o conjunto	66
Figura 11	Reivindicação da água no bairro das Malvinas. Acervo de João Batista Miranda.	72
Figura 12	Primeira missa no Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz. Acervo de João Batista Miranda	74
Figura 13	Procissão da Semana Santa. Acervo de João Guimarães.	75
Figura 14	Imagem do Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz. Acervo da Associação de Moradores das Malvinas. Sem data.	77
Figura 15	Imagem do Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz. Acervo da Associação de Moradores das Malvinas. Sem data	78
Figura 16	Bandeira criada em concurso escolar. Acervo de João Batista Guimarães.	79
Figura 17	Bandeira do Bairro das Malvinas. Acervo de João Batista Miranda. ...	80
Figura 18	Hino das Malvinas. Acervo de João Batista Miranda.	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Cartografias do Bairro: abordagem teórico-metodológica	19
Capítulo 1: CIDADE PLANEJADA X CIDADE DESEJADA: O PROCESSO URBANO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE E A OCUPAÇÃO DO BAIRRO DAS MALVINAS (1983)	29
1.1 A cidade Planejada: Campina Grande e seu processo urbanístico.	31
1.2 Bairro desejado: As Malvinas entre a “ilha” e o “nada”	46
Capítulo 2: OS PERCURSOS DE ESPAÇOS: CARTOGRAFIAS DAS MALVINAS POR MEIO DOS JORNAIS E DOS SÍMBOLOS DO BAIRRO	60
2.1 “Invadiram o conjunto da CEHAP em Bodocongó”	62
2.2 As reivindicações realizadas no Conjunto	69
2.3 “Oh Malvinas querida, tu é fruto de um povo herói.”: As relações entre o espaço e as significações do Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz.	76
Capítulo 3: AS LEMBRANÇAS FAZEM O ESPÍRITO DO BAIRRO: A REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO DAS MALVINAS PELO OLHAR DE MORADORES OCUPANTES	86
3.1 Uma prática do espaço: As astúcias dos sujeitos para sobreviverem no Conjunto ..	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

INTRODUÇÃO

Se situarmos o inconsciente na maneira de se orientar e de se organizar no mundo- as cartografias que o desejo vai traçando, diferentes micropolíticas, que correspondem a diferentes modos de inserção social – desfaz-se o mistério: motivos de sobra justificam tal protesto. Não é nada difícil identificá-los: todos vivemos quase que cotidianamente em crise; crise de economia, especialmente a do desejo, crise dos modos que vamos encontrando para nos ajeitar na vida – mal conseguimos articular um certo jeito e ele já caduca. Vivemos sempre em defasagem em relação à atualidade de nossas experiências. Somos íntimos dessa incessante desmontagem de território: treinamos, dia a dia, nosso jogo de cintura para manter um mínimo de equilíbrio nisso tudo. Temos de ser craques em matéria de montagem de territórios, montagem, se possível, tão veloz e eficiente quanto o ritmo com que o mercado desfaz situações e faz outras. (GUATARRI, RONILK, 1996, P.12)

Vivemos entre cartografias planejadas e desejadas. Vemos-nos solicitados o tempo todo e de todos os lados a investir na poderosa fábrica de subjetividade serializada, produtora destes homens que somos. E quando na desmontagem, nos fragilizamos, a tendência é adotar posições meramente defensivas. Por medo da marginalização na qual corremos o risco de ser confinados quando ousamos criar qualquer território singular, isto é, independente de serializações subjetivas; por medo dessa marginalização chegar a comprometer até a própria possibilidade de sobrevivência, acabamos reivindicando um território no edifício das identidades reconhecidas. Acabamos nos tornando produtores de algumas sequencias da linha de montagem do desejo. (GUATARRI, RONILK, 1996, P.12).

Os territórios podem ser físicos, afetivos, subjetivos, políticos, sociais, históricos e muitos outros territórios. O que se trata é a subjetividade, algo singular e ao mesmo tempo coletivo, que estar sempre em movimento. Portanto, os territórios das cidades são espaços em que carregam um conjunto de identidade, de experiências, de cultura, de costumes comuns e de vivências.

Esta problematização moderna de lugar foi enriquecida com a contribuição do geográfico Vidal de La Blache (1845-1918) como afirma AGUIAR (2017, p. 211)

A experiência intelectual moderna a respeito da problematização da noção de lugar foi enriquecida com a contribuição do geógrafo Vidal de La Blache (1845-1918) e de sua escola, chamada possibilismo. Questionando o determinismo geográfico, comumente associado aos escritos de Friedrich Ratzel, La Blache advogava que ambiente e sociedade se interinfluenciavam,

sendo desaconselhável abordar um domínio da geografia física separadamente das influências antrópicas.¹ Com essa abordagem, o conceito de lugar ficou marcado por uma polissemia regular, na evolução do estudo das relações entre história e cultura. Para La Blache, relações humanas específicas em contato com um dado meio natural geravam uma determinada paisagem,² um determinado lugar. Esse lugar, de acordo com ele, seria o objeto privilegiado da geografia, na medida em que, como categoria, seria engendrado na interface entre uma experiência e uma identificação, duas variáveis essenciais. (AGUIAR 2017, p. 211).

O lugar e a sociedade se relacionam e se influenciam entre si. São reflexões que perpassam a história e que são importantes e necessárias para as sensibilidades presentes no espaço, para as relações sociais, relações políticas, as relações de poder, que dão condições de possibilidade aos espaços e aos lugares. Neste caso, os territórios da cidade de Campina Grande, do bairro das Malvinas, dos sujeitos ocupantes.

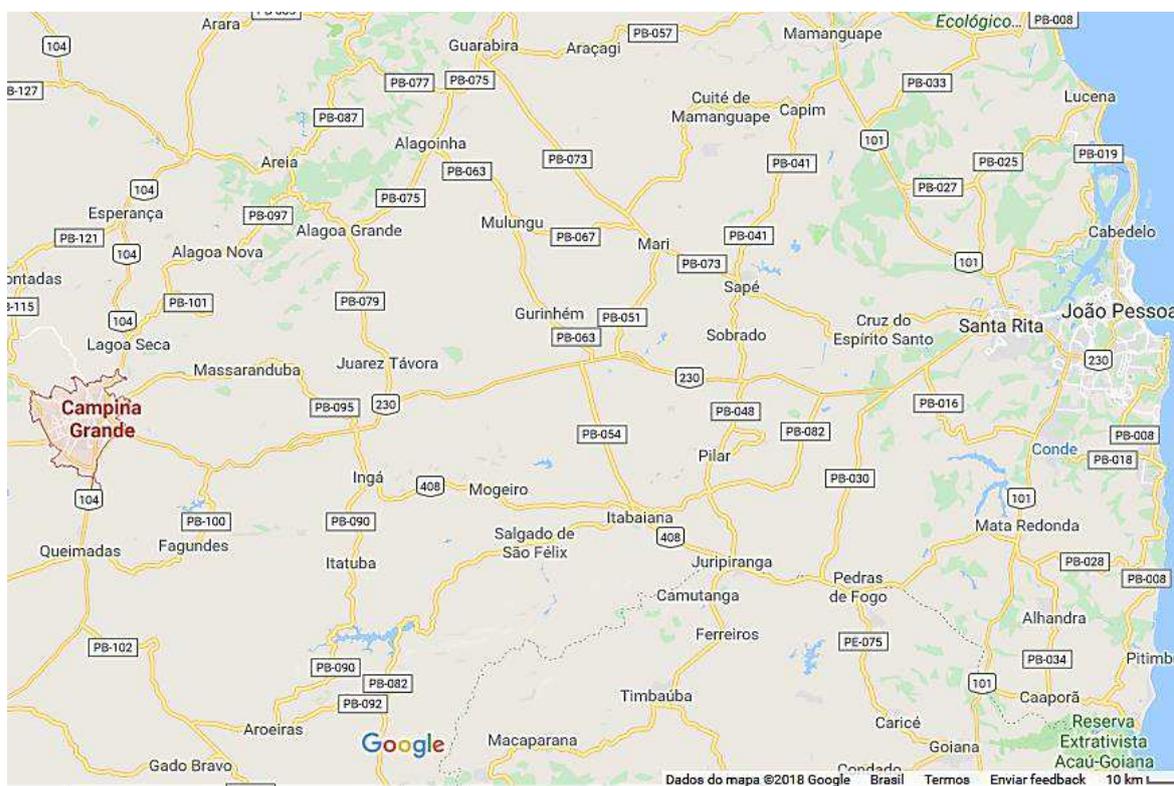


Figura 1 Campina Grande-Situação Geográfica na Paraíba, em referência à Capital João Pessoa. Imagem do Google Maps.

A cidade de Campina Grande¹, localizada na mesorregião do estado da Paraíba, nasceu a partir do entroncamento dos caminhos que conduziam o gado e os tropeiros, no

¹ Campina Grande é um município brasileiro no estado da Paraíba. Considerada um dos principais polos industriais da Região Nordeste bem como um dos maiores polos tecnológicos da América Latina. Pertence à Microrregião de Campina Grande e à Mesorregião do Agreste Paraibano. De acordo com

século XVII entre o litoral e interior da Paraíba. A vila tornou-se um importante centro de escoamento da produção primário-algodoeira realizada no semi-árido nordestino (SÁTYRO MAIA, 2010). Foi elevada à cidade em 1984, sendo uma das principais cidades do interior com destaque no estado. Dentre os bairros, destaca-se o bairro das Malvinas, considerado o maior bairro populacional da cidade estando com cerca de 40 mil habitantes de acordo com o censo de 2010. O espaço escolhido nos faz caminhar em meio à crise de moradias, às relações de poder, às vivências dos sujeitos, ao seu cotidiano, às cartografias que o governo planejou e às cartografias que os moradores desejaram, construíram.

Visto que espaços da cidade são planejados cartograficamente construindo uma cultura de massa que produz indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, de submissão – sistemas esses que o autor GUATARRI (1996) coloca não como interiorizados, ou como algo que deve ser preenchido, mas o que há é simplesmente uma produção de subjetividade. Além do mais, não é apenas uma produção de subjetividade individualizada (subjetividade dos indivíduos), mas uma produção de subjetividade social, que se pode encontrar em todos os níveis de produção e consumo.

É uma produção de subjetividades adjunta com uma série de agenciamentos sociais. O limite da subjetividade não está no indivíduo o que há é uma produção de subjetividade coletiva. Neste sentido, nos organizamos de maneira coletiva onde o sujeito é fruto de uma série de agentes. O sujeito é o final e os agentes são o processo ou formação desse sujeito. Assim, somos sujeitos no sentido coletivo.

Por conseguinte, a tentativa de controle social, através da produção da subjetividade em escala planetária, se choca com fatores de resistência consideráveis, processos de diferenciação permanente, chamado de “revolução molecular” (op. cit). O autor afirma que durante muito tempo acreditamos que a história era feita pelos partidos, pelos líderes, pelos grandes movimentos sociais e econômicos. Hoje, percebemos que ela também é feita por esse tipo de onda molecular, caso isso não seja levado em consideração, ficamos a margem dos acontecimentos.

O autor vai dizer que o que nos move não são apenas as histórias de grandes pessoas ou acontecimentos, mas também de minorias. Ele também acredita que os

estimativas de 2016, sua população é de 407.754 habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa da Paraíba, e sua região metropolitana, formada por dezenove municípios, possui uma população estimada em 638.017 habitantes. Disponível em <https://www.campinagrande.pb.gov.br/governo/o-municipio/> Acesso em 12 de Janeiro de 2018.

movimentos sociais não representa somente a resistência contra esse processo de serialização da subjetividade, mas também, a tentativa de produzir modos de subjetividades originais e singulares, processos de singularização subjetiva. Sendo assim, a “revolução” social tem que deixar o processo de singularização se afirmar. Michel de Certeau também aborda sobre práticas micro de resistências que vão construir relações e subjetividades.

[...] pode-ser enveredar por outro caminho: analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu pericínio; seguir o pulular desses procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítima, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis, mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividade sub-reptícia que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora. (CERTEAU, 2009, P. 162).

Certeau nos faz pensar numa observação de instrumentalidades menores, capazes de uma organização dos “detalhes”, de transformar uma multiplicidade humana que está inserida numa sociedade “disciplinar”, ou normalizada, e gerir, diferenciar, classificar hierarquizar os desvios concernentes à aprendizagem, saúde, à justiça, forças armadas, trabalho ou moradia. “Essas astúcias muitas vezes minúsculas da disciplina, maquinarias menores, mas sem falha, tiram a sua eficácia de uma relação entre processos e o espaço que redistribuem para produzir um operador”. (Ibid, p. 162).

São estas astúcias que demonstram que o sistema urbanístico não consegue administrar totalmente as práticas realizadas no espaço. Há práticas que não conseguem ser controlados pela normalização do poder (do governo), mesmo com redes de vigilância, com uma administração panóptica, mas percebe-se que nas relações cotidianas há burlas, há meios que vão de encontro com esta organização observadora.

O espaço é fabricado para ser local de administração, de normatização, disciplina; porém, os sujeitos modifica este espaço, o transforma, o constrói de acordo com suas subjetividades.

Estudando a cidade de Campina Grande, procuramos conhecer homens e mulheres com experiências vividas, que fabricam o espaço por meio das suas moradias, de suas construções do espaço, seus pertencimentos e a identidade que é formada no lugar. Procuramos compreender as moradias populares, os seus planejamentos e as suas realidades. Ao longo dessa escrita, o recorte que ganhará forma serão as configurações

do bairro das Malvinas², ao longo dos anos da sua construção em 1983 e as conquistas que tornaram o bairro, hoje, o maior da cidade, de acordo com o aspecto populacional. Como Falar de um bairro e das significações que sua ocupação e criação formaram em sua construção histórica pode fazer pensar de uma forma bem mais ampla, sobre os momentos históricos da cidade e até do país.

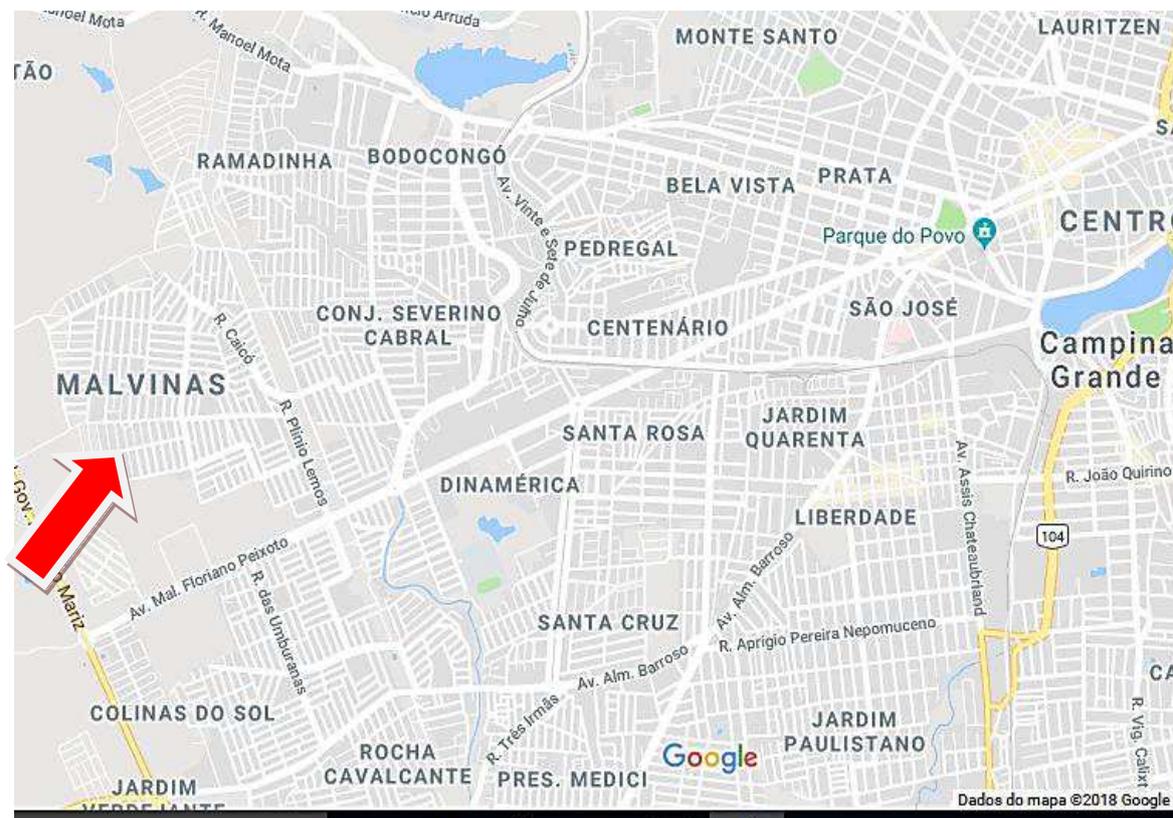


Figura 2 Mapa - Localização Bairro das Malvinas, Campina Grande. Imagem do Google Maps.

Nasci em Campina Grande - PB e desde criança até os dias atuais moro no bairro estudado. Enquanto historiadora, meu olhar sobre a cidade e, principalmente sobre o bairro foi sendo construído pelas vivências e experiências dos e com os moradores. Cresci escutando sobre a diferenciação da história do lugar, por ter sido um local de lutas e conquistas. Isto é algo que traz uma memória de sentimento de orgulho,

2 O nome Malvinas veio do conflito militar, que ocorria na mesma época da invasão, o das Ilhas Falklands, popularmente conhecidas como Ilhas Malvinas, localizadas ao extremo sul da América Latina. Em 1987 é que o conjunto passa a bairro, como hoje é conhecido. (MIGUEL, Agnaldo; SILVA, Francinete. Especial Malvinas 24 anos de lutas e conquistas. Campina Grande, mar 2007. Encarte jornalístico realizado pela prefeitura de Campina Grande em comemoração ao aniversário das Malvinas.)

pertencimento e valorização sobre o que os indivíduos vivenciaram durante a invasão/ocupação do espaço.

A aproximação com o lugar, sendo uma das moradoras, uma das caminhantes deste espaço, ora convivendo, ora explorando, ora territorializando os espaços. Foram nos projetos de Mostras do bairro realizadas no Programa de Educação Tutorial – PET História UFCG, o qual participei de 2011 a 2015, que me vi fascinada com estudos da cidade e do bairro. Foi uma apresentação do bairro, juntamente com relatos, que me levaram a voltar o olhar para as Malvinas enquanto objeto de estudo.

Com a possibilidade de fazer o desejo de pesquisa florescer, primeiramente com o trabalho de conclusão de curso e posteriormente, com a possibilidade de ingresso em uma pós-graduação, em especial a Linha de pesquisa Cultura e Cidade, que integra a área de concentração História, Cultura e Sociedade do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande.

Esta linha busca aproximar as pesquisas que tenham como centro de seus interesses os estudos sobre a cidade, as suas mudanças culturais, as tramas e práticas político-econômicas e as relações e conflitos sociais. Pesquisando a cidade a partir de diferentes aspectos, tais como: o cotidiano (diversão, lazer, moradia, vizinhança, trabalho etc.); o advento de equipamentos modernos e as mudanças de hábitos e costumes por eles provocados; as reformas urbanas e os jogos e tramas político-econômicas que as acompanham; e as tensões e conflitos por essas práticas e mudanças provocadas.

Entendendo, portanto, a cidade como espaço de sociabilidades, de conflitos, de múltiplos olhares que se adequam com os lugares e suas imagens de casas, natureza, dos ambientes de sociabilidades, com as vivências que são construídas ao sujeito em relação com o outro e estes com o local; com a cultura do espaço, caracterizado pelo cotidiano dos moradores e pelas tentativas de sistematização do governo; a pesquisa se adequava à proposta da linha, possibilitando trabalhar com o bairro das Malvinas, como e por que este local ganhou destaque na história da cidade.

Estes estudos e análises micros, de aproximação com o autor, são permitidos devido às mudanças na sociedade e no espaço no decorrer do tempo, assim como a História. Esta, passou por processos teóricos que a modificaram, complementaram, a questionaram e trouxeram releituras sobre os acontecimentos. Vista apenas como ciência em busca de uma verdade considerada absoluta, em que a fonte escrita era a única oficial.

Com a Escola dos Annales, corrente historiográfica que, por meio do grupo da Nova História, conhecido também como a 3ª geração dos Annales, elaborou perspectivas da Antropologia Histórica, da História das mentalidades e da Micro História (BURKE, 1992), propõe-nos uma ampliação do conceito de fontes nos estudos históricos. Os historiadores passaram a enfatizar outros métodos de fontes e a utilizar em larga escala as representações na construção do conhecimento. José de Assunção Barros (2010) faz uma análise sobre as mudanças que o movimento dos Annales traz para a historiografia:

Os novos tempos começavam a trazer um novo padrão historiográfico, novas aberturas, retornos e possibilidades, e também incertezas para os historiadores no que se refere à natureza do conhecimento que produzem e ao papel do conhecimento histórico na sociedade. Entre os “retornos historiográficos”, há a retomada da narrativa, do político, da biografia, aspectos que haviam sido de alguma maneira reprimidos ou secundarizados pelo padrão historiográfico anterior, e que agora reemergiram com inesperado vigor. Entre as novidades, postula-se a possibilidade de examinar a história de acordo com uma nova escala de observação – atenta para o detalhe, para as micro-realidades, para aquilo que habitualmente escapa ao olhar panorâmico da macro-história tradicional – e é esta nova postura que se passou a chamar de Micro-História. (Ibid. p.20).

A terceira geração dos Annales traz consigo a perspectiva de uma história-problema, em que aborda uma nova noção do fato histórico. Portanto, os acontecimentos históricos passam a ser uma construção do historiador. Permitiu assim, múltiplas tendências e reapropriações sobre um objeto de estudo.

Não há mais uma verdade absoluta, mas representações de um acontecimento. Essas transformações, no campo da produção do conhecimento histórico, tem configurado um novo perfil de historiador. Há várias visões de contemplar determinado momento.

Na perspectiva de uma microrrealidade, como o autor nos afirmou na citação anterior, podemos trabalhar com a escala reduzida para entender acontecimentos maiores. Por exemplo, ao estudo do bairro, neste caso, o bairro das Malvinas.

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. “Quem construiu Tebas das sete portas?” – perguntavam o “leitor operário” de Brecht,

As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conversa todo seu peso. (GINZBURG, 2008, p. 11)

Carlo Ginzburg, ao trabalhar com a escala reduzida, nos faz analisar sobre a importância que pode se ter com este tipo de metodologia, como é questionado por ele no livro “O Queijo e os Vermes” (2008) sobre em que medida as confissões de Menocchio nos ajudam a precisar o problema, qual a relevância que pode ter, num plano geral, as ideias e crenças de um indivíduo em relação aos do seu nível social.

Se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as várias classes sociais como também personalidades individuais, seria absurdo descartar estas últimas. Não é um objeto de pouca importância estender às classes mais baixas o conceito histórico de “indivíduo”. (Ibid. p. 16).

O mérito de Ginzburg foi a composição da história individual de um camponês da idade Média que não era vista como importante na “história oficial”, destacando o cotidiano da cultura camponesa do século XVI. O autor buscou relações entre o singular e o coletivo, uma metodologia de pesquisa que o permitiu olhar além do geral, do totalizante.

Cartografias do Bairro: abordagem teórico-metodológica

Esse corpus teórico metodológico que se diferencia da historiografia tradicional nos permite analisar sobre grupos populares ou categorias profissionais que compõem a classe de trabalhadores e que perderam as suas peculiaridades de experimentar a cidade, pois estavam, muitas vezes, exilados ao silêncio ou não estavam inseridos na história dita oficial. Estas percepções são permitidas devido aos documentos escritos sobre os acontecimentos, como os jornais, as fotos e as entrevistas com os moradores ocupantes do Conjunto.

Segundo Pesavento, (2004, p.181) trabalhar com uma escala reduzida proporciona uma maior profundidade de análise das fontes gerando, conseqüentemente, uma pluralidade de respostas para uma questão, ampliando as possibilidades de investigação histórica. A Micro-História entra nesta perspectiva com as possibilidades de preocupações de seu tempo, tendo lugar na corrente historiográfica contemporânea que se convencionou chamar de História Cultural.

No entanto, este trabalho com escalas reduzidas traz alguns desafios ao historiador e a sua prática, tendo então a preocupação de que as relações macro/micro estejam articuladas. Pois a preocupação é abordar o objeto na perspectiva micro não deixando a percepção do macro, ou seja, partir do individual para o geral, sem negar a interação da microanálise com o geral.

(...) pois a escolha do individual não é vista como contraditória a do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a medida das relações nas quais ele se inscreve (REVEL, 1998, p. 21. IN: ANDRADE, 2009, p. 03)

Esta prática, forjada por GINZBURG, (1989) pode ser de grande valia aos historiadores que reduzem a escala para aprofundar a análise. Ajuda-os a enxergar com outras matizes os acontecimentos cotidianos, vendo no que é aparentemente corriqueiro, comum, negligenciado, os indícios, sinais e vestígios que podem funcionar como a chave para o conhecimento da realidade. (op. cit, 2009).

Ademais, aprofundar as considerações sobre os estudos micros tornam-se também uma preocupação de analisar o cotidiano. Muitas vezes, é na vida do dia a dia que os historiadores encontram o seu entendimento do conhecimento histórico produzido pelos indivíduos nas relações com a sociedade.

CERTEAU (1994, p. 38), enfatiza que esses modos de procedimentos ou esquemas de ação, se dão sempre no social, “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade”. Portanto, tornou-se possível pensar a cidade e o urbano numa escala menor, mais detalhada, analisando as práticas sociais como o espaço vivido, o lugar das experiências, das trocas, da reprodução da sociedade no cotidiano. Neste caso, o bairro.

Diante dessas modificações e novos métodos metodológicos de se estudar um objeto, o trabalho com fontes orais vem ganhando força no Brasil desde a década de 1970, como método de observação, de coleta de dados, hábitos, crenças, práticas, comportamentos de um grupo social, e, principalmente, uma maior aproximação com o objeto de estudo, conforme salientado pela autora Keila Queiroz e Ramos (2004),

Contar histórias é uma forma de salvação dos nossos corpos dissecados pelo paradigma da funcionalidade, a minha fome de alma é alienada pelo contato com histórias de vida de pessoas que pulsam e reinventam com muita astúcia o seu cotidiano, conforme saliente o historiador CERTEAU (1994) (IN: RAMOS, 2004).

Visto assim, as fontes orais nos possibilitam uma complexidade de fatores, como a escuta de histórias podem possibilitar novas representações de determinado acontecimento, como a aproximação faz compreender melhor o cotidiano e a construção de memórias. Porém, a História Oral não possui uma uniformidade de sentido, coexistindo uma série de interpretações diferenciadas sobre a mesma, sendo vista como teoria ou método, por exemplo. Entretanto, a utilização de fontes orais permite construir um discurso de interpretação histórica mais completa e mais complexa.

A História Oral, para SILVA (2013) seria um termo amplo, que recobre tipos variados de relatos obtidos através de fontes orais, a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentos, de fatos cuja documentação se quer completar, ou que se quer abordar por diversos ângulos. Ou seja, ela registra a experiência vivida ou testemunho de um indivíduo, ou de vários indivíduos de um mesmo grupo social.

Como assinalado por THOMPSON (1998, p. 45apud SILVA, 2013), de início, toda história é oral e, como indivíduos e como grupos, estamos sempre lidando com as formas de preservação e registro de nossas narrativas. Ainda seguindo a linha de pensamento do autor, ele nos aponta sobre o movimento que a história oral nos possibilita,

É uma história constituída em torno de pessoas. Ela lança vida para dentro da própria história e isto alarga seu campo de ação. Admite heróis vendo-os não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a história *para dentro* da comunidade e extrai a história *de dentro* da comunidade. (Ibid, p. 22).

As possibilidades de estudar as práticas culturais e sociais de vivência e experiência do espaço urbano são percebidas e realizadas pela mobilidade que a memória, através dos estudos orais, podem permitir. Na perspectiva de que a história oral é uma história viva, os indivíduos que narram as suas histórias, dão sentidos às suas experiências individuais e coletivas, representam e explicam o mundo em que vivem, como também é afirmado por AUTUMM,

Nossos primeiros e um tanto ingênuos debates metodológicos e nosso entusiasmo pelos depoimentos acerca do que realmente aconteceu amadurecem, dando lugar a um entendimento comum das questões técnicas e humanas fundamentais de nossa profissão e, o que é igualmente importante, a uma percepção muito mais apurada de como cada história de vida interliga inextricavelmente evidências tanto objetivas quanto subjetivas, que são diferentes, mas igualmente importantes. (AUTUMM, 1989. IN: AMADO, FERREIRA, 2006, P. 69)

As memórias são construções por indivíduos e grupos sociais, são estes que determinam o que é “memorável” e as formas pelas quais será lembrado. Assim, refletimos que os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos que são relevantes para o seu grupo. Podendo destacar que há informações que não são ingênuas, mas que fazem a partir de interesses de grupos.

Portanto, a memória é seletiva e também direcionada, como qualquer outra fonte, bem como aponta HALBWACHS (1968) não há apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais (apud POLLAK, 1989).

Esta memória, coletiva e individual, está relacionada também com o sentido da identidade individual e do grupo, ou seja, há que entender que o trabalho da memória é também uma interpretação do passado e que mesmo no nível individual, o trabalho é indissociável da organização social da vida. O lugar do entrevistado, bem como do entrevistador, carregam subjetividades que se entrelaçam com a memória, com os espaços vividos.

O autor POLLAK (1989) nos possibilita pensar a memória como um registro fragmentado, como em destaque:

[...] Uma história de vida, colhida por meio da entrevista oral, esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser representada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada. (POLLAK, 1989, p. 13; apud OLIVEIRA, 2014, p. 27).

A memória está relacionada com o coletivo, ocultando silenciamentos. A lembrança sempre seleciona os eventos de forma individual, pois depende de como cada um viveu. Dessa forma, cada um guardará na memória o mesmo fato de maneira diferente. As lembranças são sociais e permanecem coletivas, pois podem também serem trazidas à tona por outros que tiveram experiências, e estão ligadas ao mesmo evento.

No entanto, “a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem ser conscientes como inconscientes” (Id. 1992, p. 2014). Ou seja, o que a lembrança grava ou exclui é um processo que pode ser constituído social e individualmente.

Esta seleção da memória pode ser entendida na percepção de que a experiência é algo que nos passa, que nos acontece, o que nos toca. Entendo que a memória seja isto, o que fica memorável é o que nos toca, “o sujeito da experiência é, sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos”. (BONDIA, 2002, p. 24).

Portanto, a ação da história oral é transformadora, seja para entrevistado com as suas memórias, pela abertura delas, pela forma que vai falar; como também para o entrevistador, desde a escolha dos colaboradores, as entrevistas, como a análise.

Como também enfatiza THOMPSON (1994) (IN: SILVA, 2013), a história oral como prática que recupera histórias não-conhecidas e capacita pessoas a fazer suas próprias histórias. Visto assim, as histórias de vida das pessoas revelam-se ricas sobre determinado acontecimento, mas também, estão profundamente influenciadas pelas vidas dessas pessoas e seu papel de contadores de histórias, além de seu relacionamento com o entrevistador.

As entrevistas realizadas para o trabalho, mesmo que sendo analisadas menos do que as pretendidas para esta dissertação, nos nortearam para entender os acontecimentos, as memórias e as seleções da memória coletiva como método de pesquisa. A memória de ocupantes, de líderes da Associação de moradores nos permitiu um novo olhar e um enriquecimento da pesquisa.

O trabalho com a memória e com a perspectiva de histórias de vida é importante para este texto para que se perceba o acontecimento e a construção de um lugar de acordo, não apenas com a história que é contada nos jornais e nos diversos documentos oficiais, mas com a lembrança de pessoas que passaram por a experiência de está no bairro, de ocupar o bairro e de lutar para que o lugar continue tendo a significação que estes adquiriram. É ter a sensibilidade de escutar o outro, de vivenciar o acontecimento por meio dos indivíduos que o vivenciaram.

Utilizando o método cartográfico enquanto prática de pesquisa o pesquisador toma ciência dos efeitos e itinerários a serem percorridos na medida em que habita e percorre os territórios, fazendo a sua pesquisa ganhar corpo. Passeando pelas quadras do bairro, pelas casas, pelas antigas construções que não foram modificadas, pela primeira igreja construída no local, o campo em que foi feita a primeira missa e os campeonatos de futebol, a primeira escola do bairro nos faz analisar e entender os pontos estratégicos dos moradores e governo e a construção do bairro de acordo com o meio físico em que os moradores estavam inseridos.

A cartografia se apresenta como valiosa ferramenta de investigação, exatamente para abarcar a complexidade, zona de indeterminação que a acompanha, colocando problemas, investigando o coletivo de forças em cada situação, esforçando-se para não se curvar aos dogmas reducionistas. Contudo, mais do que procedimentos metodológicos delimitados, a cartografia é um modo de conceber a pesquisa e o encontro do pesquisador com seu campo. Entendemos que a cartografia pode ser compreendida como método, como outra possibilidade de conhecer, não como sinônimo de disciplina intelectual, de defesa da racionalidade ou de rigor sistemático para se dizer o que é ou não ciência, como propaga o paradigma moderno.

“(…) a grama só existe entre os grandes espaços não cultivados. Ela preenche os vazios. Ela brota entre as outras coisas. A flor é bela, o repolho útil, a tulipa endoidece. Mas a grama é transbordamento, é uma lição de moral”. (DELEUZE, 1998)

É no espaço não cultivado das importâncias culturais e sociais que devemos colocar nossos olhos e corpos. Perguntar por aquilo que brota nos espaços mais improváveis, pelos montículos de vida que se fazem nos cantos, naquilo que o próprio espaço costuma refugar ou avaliar enquanto não importante. Neste sentido, dizemos que o pesquisador é um gamado em grama e que sua cartografia não deixa de ser um desenho dos desdenhos sociais. (COSTA, 2014). Um espaço que não é considerado de importância cultural como um bairro em relação a uma cidade ou um estado ou até um país, mas que se tem muito a nos falar, a nos apresentar, a nos fazer questionar.

Assim como a grama que nasce em espaços não cultivados, o bairro das Malvinas nasceu em um local incompleto, mal estruturado e que não recebeu apoio do governo. Mas o bairro “transbordou”, se fez o maior bairro da cidade, teve uma história diferenciada. E, como pesquisadora, fazer o desenho dos desdenhos sociais é necessário para a compreensão de um todo, de um sistema maior como as lutas das moradias e os seus questionamentos.

Estas observações das “gramas” são feitas a partir de que nos questionamos na medida em que estabelecemos relações com aquilo que nos provoca indagações.



Figura 3 Especial Malvinas 24 anos. DABLIU A. Bureau de Criação, Agência e Propaganda. Campina Grande- PB. Março de 2007.

O bairro das Malvinas, considerado atualmente o terceiro maior colégio eleitoral e o maior em extensão geográfica teve a sua ocupação ocorria no dia 23 de Março de 1983, tendo o processo demorado três dias. Inicialmente, cerca de 3 mil casas fora ocupadas no Conjunto, construído pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) e ficou com sua infraestrutura parada por aproximadamente dois anos. A área ocupada era de 18 mil metros quadrados, divididos em cinco conjuntos: Bodocongó I, II, III, IV e V. O conjunto recebeu o nome de Álvaro Gaudêncio em homenagem ao deputado do mesmo nome e passou a bairro em 1987, através da Lei Municipal nº 1.542, de autoria do vereador Márcio Rocha. (DABLIU A, 2007).

Adentrando no objeto de estudo desta pesquisa, na visão histórico-social, o bairro, espelho das circunstâncias temporais, ainda mais perceptíveis com a urbanização, traduz diferentes espacializações da vida social da cidade, surgindo dentro da história do urbano, como um ícone na busca de resultado da construção histórica e

social do espaço. Neste caso, o local traz em seu objetivo próprio a luta pela sobrevivência, tratava de enfrentar os poderes constituídos e seu aparato repressivo que resultou possíveis laços sociáveis.

Os estudos de Michel de Certeau, em suas obras sobre o cotidiano são de importante valia. Este autor possibilita compreender sobre o espaço como a prática do lugar, ou seja, como os sujeitos o transformam a partir de suas ocupações, apropriações e vivências; além das táticas e resistências que são favorecem a problematização da luta gerada no Conjunto pela sobrevivência e a obtenção de uma casa própria.

Seus apontamentos podem ser bem relacionados com a formação do conjunto a ser estudado, como forma de refletir como os sujeitos, em seu cotidiano, simbolizam e modificam o seu espaço, moldando o lugar, já que é sabido que os “invasores/ocupantes” em sua maioria eram constituídos por pessoas simples do povo, trabalhadores de categorias diversas, provenientes de diversas partes da cidade que alimentavam o sonho da casa própria, sendo as Malvinas a oportunidade para concretizá-lo.

A cidade de Campina Grande e o bairro das Malvinas, enquanto lugares vividos e palco de tensões serão aqui percebidos em suas imagens e discursos a partir dos vários agentes, componentes e elementos articulares em relações sociais, de poder, de práticas, crenças, valores, desejos, instituições. Que relacionados, configuram em sua multiplicidade.

Foram a partir desta concepção teórica-metodológica sobre espaço, bairro, memória, cartografias e a história oral que fez o trabalho ser realizado. Foram os jornais pesquisados - Gazeta do Sertão, Diário da Borborema e o Jornal da Paraíba -, as histórias orais feitas ao longo do processo e as historiografias sobre o bairro das Malvinas – como o vídeo realizado pelo Programa de Educação Tutorial Conexão de Saberes da UFCG - que nos fez encontrar meios de destrinchar as memórias e as histórias do bairro das Malvinas.

Dessa forma, este trabalho se apresentará dividido em três capítulos, sendo a escolha considerada pelos objetivos limitados, distribuídos da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, intitulado “Cidade planejada x Cidade desejada: O processo urbano da cidade de Campina Grande e a ocupação do bairro das Malvinas (1983)”, localizamos a cidade de Campina Grande, procurando refletir sobre os dois grandes processos de urbanização da cidade. A primeira, iniciada pelo prefeito

Vergniaud Wanderley, pautada nos ideais de higiene, circulação e embelezamento, trouxe novos padrões de urbanismo, formulando a diferenciação entre centro e periferia.

O outro principal processo urbanístico foi a segunda grande reforma urbana. Compreendendo sobre o processo de crescimento de Campina Grande e evidenciando as transformações urbanas ocorridas como os planejamentos realizados e os concretizados, o início da década de 1970 será destaque neste processo, como a implementação de alguns projetos políticos.

Ademais, procura-se compreender sobre os motivos que o Conjunto Deputado Álvaro Gaudêncio de Queiroz ter sido invadido/ocupado, observando os discursos da imprensa – considerados oficiais – divulgados durante o processo de construção do bairro no ano de 1983. Algumas entrevistas foram necessárias para a discussão realizada. Ao estudar a cidade e o bairro escolhido, estamos procurando conhecer os homens e mulheres que habitavam o espaço, as suas experiências e significações. São os indivíduos que formam a cidade, são seus passos que tecem o lugar. A cidade passa a existir a partir das suas práticas.

No segundo Capítulo, denominado “Os percursos de espaços: Cartografias das Malvinas por meio dos Jornais e dos símbolos do Bairro.”, discutiremos sobre a ocupação, construção e experiências por meio de um contraponto com a percepção das imagens jornalísticas e das representações dos moradores por meio dos símbolos construídos por eles como forma de dar significação para o conjunto.

Abordaremos como as imagens acompanham o processo histórico do ser humano e de sua sociabilização e quais as intencionalidades de quem as utilizam. Quais as representações podem ser feitas por meio das imagens.

No terceiro capítulo, “As lembranças fazem o espírito do bairro: A representação do bairro das Malvinas pelo olhar de moradores ocupantes”. Pretendemos trazer narrativas e experiências de sujeitos, que vão dar o significado do bairro, como é caracterizado até os dias atuais. Um bairro fruto de lutas e conquistas.

Pretendemos discutir sobre a identidade do bairro de acordo com o grupo social inserido e a práticas sociais como meio de criar o sentimento e a significação do espaço urbano para estes sujeitos.

Nestes capítulos, principalmente no terceiro capítulo, as entrevistas se mostrarão mais contundentes, pois a forma como se relacionavam, se moviam no lugar, que trabalhavam serão importantes para o entendimento da cidade. Vemos o cotidiano

destes indivíduos moradores entendendo a partir deles a transformação urbana ocorrida na cidade e no bairro.

Mover-se em uma cidade é uma experiência muito particular. Nas experiências dos moradores sobre a invasão/ocupação, percebe-se que há vivências que são destacadas pela maioria deles, como também há suas peculiaridades. Essas experiências são apresentadas por meio de relatos. Como afirma Michel de Certeau, “Os relatos poderiam igualmente ter esse belo nome: todo dia, eles atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços.” (CERTEAU, 2009, p.182).

São estes percursos que queremos destacar, valorizar estas memórias, trazer o cotidiano e o universo dos populares do bairro das Malvinas, perceber as mudanças cidadinas.

CAPÍTULO 1: CIDADE PLANEJADA X CIDADE DESEJADA: O PROCESSO URBANO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE E A OCUPAÇÃO DO BAIRRO DAS MALVINAS (1983).

Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. **A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado.** [...]A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que refluí das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. **Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.”.** (CALVINO, 1991, P.14-15, grifo meu)

Essa história começa com passos, caminhadas, sujeitos. As suas caminhadas moldam o espaço, as suas agitações são inúmeras singularidades. Tecem os lugares. Criam os espaços. Eles se espacializam. Os processos do caminhar podem reportar-se em mapas urbanos de maneira a transcrever-lhes os traços e as trajetórias (CERTEAU, 2009, p. 163). Os criam as suas cartografias desejadas. As formas de pertencer ao lugar, as suas astúcias em permanecer nele. São os caminhantes que nos trazem as fala dos seus passos, do seu espaço, do bairro.

O bairro com uma grande extensão territorial, as casas estão modificadas, o espaço está transformado. A primeira igreja, a primeira escola, as ruas foram reformadas. As pessoas se mudaram, outras se tornaram moradores do lugar. O bairro foi evoluindo, mas as lembranças por quem vivenciou o acontecimento ainda são recorrentes.

A cidade é isso, as relações entre o espaço e os acontecimentos. Nela contem recordações, identidades, significações. O passado da cidade está entre as ruas, entre as casas, entres as janelas, nas escadas. Assim como Ítalo Calvino relata na citação anterior, a cidade é feita por traçados e planos, estando inseridas nos caminhantes por meio de lembranças, sentimentos e emoções.

A cidade, principalmente, é feita de linguagens e imagens, e nos questionamos sobre ela na medida em que produzimos encontro com algo desta cidade. Ou seja, é preciso que a gente entre em contato com um objeto que nos faça pensar e sair do lugar de conforto de pensamento.

A cidade é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de um domínio e transformação de um espaço social no tempo. A cidade é concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do 'habitar', e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do 'humano', (...) cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais. (PESAVENTO, 2007, p. 14 e 15. apud SILVA, 2013, p.12)

A cidade é um sujeito universal e anônimo, tendo a capacidade de construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas uma sobre a outra. A sociabilidade encontrada na cidade, sempre registrada de ações sociais que nos fazem analisar sobre a cidade de Campina Grande e as suas relações, tem ganhado significações ao decorrer do tempo. Começamos a observar a cidade e os seus planejamentos e como alguns objetivos pensados para a cidade foi se transformando devido a ocupação do bairro das Malvinas com o redesenho da cartografia da cidade.

Além de que experimentar a cidade é algo que os grupos populares fazem muito bem, pois o espaço urbano é uma extensão da casa. A cidade é composta e vivenciada por formas, essências e práticas de trabalho, de lazer, de solidariedade, de violência, de lutas e de conquistas.

As relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo uso ou relações de uso: aqui lugar de morar; aqui lugar de trabalhar; aqui lugar de circular. Estas seriam relações puramente funcionais; só que a cidade não é isso. Para além delas existe todo um processo de significação, de percepção e de construção desta territorialidade. então, uma rua, para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que o seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve. (ROLNIK, 1192, p. 28; IN: SILVA, 2008, p. 38).

Ao estudar Campina Grande e o bairro das Malvinas, estamos procurando conhecer homens e mulheres que habitaram a cidade e o bairro em períodos e situações específicas, tendo as suas experiências vivenciadas e significações por seus moradores. São os indivíduos que formam a cidade, pois é partir deles que a cidade passa a existir, são os seus passos que tecem o lugar. Assim como CERTEU (2009, p. 160) nos fala,

“planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento no plural: é saber e poder articular”.

1.1 A CIDADE PLANEJADA: CAMPINA GRANDE E SEU PROCESSO URBANÍSTICO.

“A cidade desejada, a cidade ideal, a cidade adversa. A cidade aparece como protagonista, violenta e sedutora. (CORADINI, 1995, p. 12 apud CARVALHO, 2011)

A cidade de Campina Grande começa a vivenciar sua urbanização, nos sentidos de se vivenciar e projetá-la através da inserção de elementos urbanos e novos espaços. São os processos urbanísticos, tomando significativas transformações que vão caracterizá-las, com objetivos econômicos, políticos e sociais, construindo discursos e imagens que vão ressaltando espaços e os rumos tomados pelo crescimento urbano da cidade.

As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelas quais um grupo impõe ou tentar impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHATIER apud MELO, 2007, p. 19)

Desse modo, as reformas urbanísticas melhorariam a imagem da cidade de Campina Grande, melhorando o significado de sua imagem, o modo como os campinenses interpretariam, distinguiam, ocupariam, projetariam, usariam os lugares na cidade a partir da configuração instaurada.

Campina Grande, assim como outras cidades brasileiras, compreendeu uma camada pobre da população no seu espaço urbano, à medida que este começou a se urbanizar e população a crescer. A urbanização se deu nesta cidade especialmente com a chegada do sistema de abastecimento de água, de energia, de esgoto, bem como a concentração de serviços, públicos e privados, que, por conseguinte, acarretam um adensamento populacional. (SILVA, 2013).

Houve um inchaço populacional durante os anos de 1930 e 1970, passando a população de 38 mil para aproximadamente 165 mil habitantes. A cidade não estava planejada para ter este crescimento populacional, havendo um considerado aumento das moradias irregulares. Para tentar amenizar este adensamento de moradores e continuar a

cidade como um lugar ideal de moradia, Campina Grande passou por alguns processos urbanos.

O processo de urbanização na cidade de Campina Grande tem dois marcos principais: a primeira revolução urbana, na década de 1930-50 em que começou o seguimento de modificação dos locais dos populares, conjuntos que fossem longe do centro da cidade. E a segunda revolução urbana que acontece a partir da década de 1970, qual o bairro das Malvinas está inserido.

Assim, desde a década de 1940, com a industrialização e o desenvolvimento das atividades comerciais, houve em Campina Grande a construção de edifícios e notórias reformas urbanas.¹¹ Na década de 1960, sua população urbana superaria a rural (120.951 e 36.629 habitantes, respectivamente),¹² acompanhando um processo que repercutia no interior nordestino um modelo comum no Sudeste do Brasil. Os primeiros edifícios construídos na cidade foram: o Rique, o Palomo e o Lucas, entre as décadas de 1950 e 1960. Os três deram novos ares à cidade interiorana, que os imaginava como portadores e atrativos da modernidade em suas variadas expressões. (AGUIAR, 2017, p. 217).

Durante essas experiências de transformações urbanas, entre a década de 1930 e 1960, que são ser elaborados vários planos e legislações sobre a ocupação dos solos urbanos em Campina Grande (idem). Destacamos o Plano de Urbanização de embelezamento da cidade de Campina Grande: O Plano Diretor de Nestor Figueiredo possui uma concepção de urbanismo baseados na estética e no sanitário.

[...] entre as décadas de 1930 e 1940, Campina Grande passou pela intensificação de um processo de reformulação urbana pautado nos ideais de higiene, circulação e embelezamento, alicerçado no mesmo lema positivo de PROGRESSO, MODERNIDADE e BELEZA que ainda hoje guia as intervenções sobre o município. (QUEIROZ, 2008, P. 15)

Casas foram destruídas, ruas foram alargadas, relocando moradores para outros locais. A execução de obras pensadas pelo arquiteto Nestor de Figueiredo e as reformas de Vergniad Wanderleuy foi a primeira experiência de planificação realizada da cidade.³

Foi a partir do final da década de 1940 e início da década de 1950 que Campina Grande passa por uma significativa urbanização e expansão devido ao crescimento econômico e populacional, o qual se deu, principalmente, por causa da produção do algodão em larga escala. O aumento desta produção no interior paraibano atraiu capital para a cidade, que passou a ser implantado na

³ “É interessante pontuarmos que data da administração de Vergniaud a primeira planta da cidade (1937), isto é, do que se preservou como dado do que seria a cidade antes de suas obras, (CARVALHO, 2011, p.125)

construção das primeiras indústrias; na disponibilização dos serviços como cinemas, colégios, luz elétrica, abastecimento de água e esgoto e na implantação da linha férrea na cidade. Todos estes aparatos técnicos vão promover uma maior dilatação da cidade para além do centro tradicional. (SILVA, 2013, p.46)

Com o destaque econômico por causa do comércio de algodão, o intuito era tornar a cidade mais civilizada, moderna e com ares do progresso. Esta primeira revolução urbana foi uma busca para tentar solucionar soluções elitistas, de retirada da classe social popular da visão de beleza e modernidade de Campina Grande.

Campina Grande vai desfrutar de um destaque econômico em decorrência do beneficiamento e comercialização do algodão. Esta experiência é imortalizada pelas ações do prefeito Vergniaud Borborema Wanderley, que promoveu uma reforma significativa no traçado urbano do centro de Campina, abrindo a Avenida Marechal Floriano Vieira Peixoto (ainda a maior da cidade, um emblema da primeira grande reforma), relocando a Igreja do Rosário e o Cemitério Velho das Boninas, alinhando e alargando ruas (encerrando becos), ou seja, promovendo uma profunda transformação nas ruas centrais imbuído de um intrínseco ideal estético higiênico/sanitarista (SOUSA, 2003. IN: OLIVEIRA, 2014, p.37).

Dessa maneira, as elites campinenses foram para um novo bairro, ao sul do centro, que vinha se valorizando com novos moradores, além do bairro da Prata⁴, que estava sendo incorporada como a extensão da cidade dentro dos novos padrões de urbanismo. Já os moradores de menor poder aquisitivo foram para bairros mais distantes do centro, considerados bairros marginais. (SOUSA, 2003, sp).

Este processo inicia uma diferenciação urbana entre centro e periferia. A área central transforma-se em uma paisagem com ares mais modernos, área mais valorizada, destinada ao comércio e à elite da cidade. Por outro lado, surgem as ocupações de novas áreas destinadas às pessoas retiradas do centro e aos migrantes de outras cidades. A população pobre começava a ocupar locais e bairros longe do centro.

Nesta década, uma explosão urbana vai tomar conta das cidades brasileiras. Grande número de camponeses sem perspectivas no campo vão ser atraídos para os conglomerados urbanos. Estes trabalhadores rurais vão ocupar as áreas periféricas.

⁴ “Depois do fim da segunda guerra mundial, instalaram-se e desenvolveram-se indústrias na cidade, o que proporcionou a formação de novos bairros, como a Prata, que seriam ocupados por industriais e comerciantes. Especialmente nesse contexto que se acentua também o processo de concentração fundiária que obriga o homem do campo, sem terra, a procurar a cidade, o que em consequência contribui para um aumento populacional de 114 % entre 1940 e 1950.” (SILVA, 2013, P. 50).

Favelas, mocambos e cortiços surgem e os seus ocupantes são exatamente os migrantes que vão viver de uma forma marginal. (OLIVEIRA, 2014. P.57).

Portanto, o início da favelização em várias cidades do país como também em Campina Grande está associado ao crescimento populacional e ao êxodo rural em direção aos centros urbanos. Porém, a crescente urbanização está associada, também, com o aumento da pobreza na cidade, pois o local moderno afasta os pobres e trabalhadores de renda baixa.

Os espaços vão ter novas redefinições por causa das ocupações, aglomerações de pessoas, pelas novas moradias. A imagem da cidade vai sendo modificada, as suas formas de sociabilidade e convivência também.

É a partir dos anos 1960 que Campina Grande começa a se deparar com problemas advindos pela urbanização. A década é considerada o auge do desenvolvimento do país, atraindo indústrias automobilísticas, como também de tensões políticas com o golpe militar de 1964.

Dois elementos são fundamentais para a confirmar a tendência na qual Campina Grande viu-se envolvida com a força de atração populacional. O primeiro, apesar de seria o processo de industrialização e de desconcentração industrial na direção do Nordeste, e o segundo, a intensificação do processo de urbanização apoiado pelo governo federal, ainda mais na realidade local, em que dramatizadas periodicamente pela incapacidade de convivência com as secas, as populações regionalmente circunvizinhas, sob a influência de forças centrípetas, vão acorrer para Campina Grande em busca de melhores possibilidades de vida. (SILVA JÚNIOR, 2009, p. 21-22. apud OLIVEIRA, 2014, p. 57).

Essas forças são notáveis a partir da análise do crescimento de Campina Grande e das cidades vizinhas. A cidade recebe a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), implantando seu Distrito Industrial, perdendo para Recife lugar de destaque comercial e para João pessoa o primeiro lugar de economia do estado. Com a instituição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE em 15 de dezembro de 1959, o Nordeste vai ser “integrado ao desenvolvimento do país” (Ibid, p.50). Ademais, foi destaque no Estado como centro educacional com o desenvolvimento da Escola Politécnica, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Regional do Nordeste e da construção do Teatro Municipal. (FERNANDES, 2010 apud SILVA, 2013, p. 50).

Em 1962 foi criado o Conselho Federal de Habitação - CFH (Decreto nº 1281/1962) tendo como uma das atribuições “orientar e promover a política de

habitação do Governo, mediante um planejamento de âmbito nacional, visando de maneira particular a habitação destinada às classes economicamente menos favorecida”. Este conselho foi instituído para ser responsável pelas habitações populares e os seus projetos para a devida finalidade.

Em 1964, foi instituído o Plano Nacional de Habitação – PNH, criando o Banco Nacional de Habitação – BNH, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e a instituição de correção monetária nos contratos imobiliários. Com a criação desses e outros planos, a política pública habitacional ganha um caráter nacional⁵.

Com o advento do BNH, a questão da moradia, que estava sob a responsabilidade dos IAPS e da FCP, passou a ser comandada unicamente pelo banco, que detinha o controle do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) – formado por recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), a partir de 1966-1967. Criados durante o regime militar, num período de fortes tensões sociais, é consensual entre os autores que abordam o tema, que o principal objetivo do BNH não consistiu na produção de habitações propriamente dita: visavam-se objetivos econômicos, como dinamizar a economia do país, por meio da geração de renda e empregos, além da capitalização de empresas nacionais, bem como objetivos políticos, como o controle da ordem social e a legitimação do poder do Estado, em que entra o papel da ideologia da casa própria. (BONATES, 2009, p. 38-39);

Portanto, o objetivo do BNH se caracterizou pela construção em larga escala das novas moradias, financiadas em longo prazo, e pelo estabelecimento da ideologia de propriedade privadas, tendo uma gestão centralizada e autoritária, priorizando as camadas médias da população. Foi o principal agente da política habitacional do governo militar de 1964 a 1986.

A partir de então, a cidade passa cada vez mais a servir como instrumento de concentração urbana populacional, sendo forte atrativo o seu comércio e a localização geográfica. Nas décadas de 1970 e 1980, Campina Grande teve um impulso demográfico tão grande quanto o observado entre 1940 e 1950. A cidade passou a ser considerada de porte médio, de acordo com o censo do IBGE⁶, e a crise de moradia passou a ser vista como fruto desse processo.

⁵ “A produção estatal de moradias no Brasil, até 1986, foi resultado, em grande parte, da ação dos agentes públicos, orientados por políticas habitacionais que foram desenvolvidas principalmente por três instituições federais, a saber: Os Institutos de Aposentadoria e Pensões (1937-1964); a Fundação da Casa Popular (1946-1964) e o Banco Nacional de Habitação (1964-1986). O conjunto de ações desses órgãos constitui o modelo desenvolvimentista de intervenção do Estado.” (BONATES, 2009, p.35).

⁶ Segundo o IBGE, cidades médias seriam cidades entre 50 a 100 mil habitantes. (SILVA1946).

Os planos, programas e projetos enquanto planejamento urbano local traçam e definem um perfil econômico, social, político e espacial da cidade. A partir de 1970 estes planejamentos encaminham a cidade para outro padrão de urbanidade, tendo como base um planejamento centralizado e calcado em um discurso racional e científico.

A instabilidade política e administrativa características do período ditatorial gerou uma inércia da política urbana local, praticamente inexistente até então. Porém é justamente neste momento que se tenta retomar a urbanização de Campina, através de uma política de racionalização preconizada pelos militares. Interessante reforçar que a ideia de intervenção urbana teve por tônica a industrialização, articulada pelo Grupo Desenvolvimentista nos anos 1950, e a marca dos financiamentos de projetos via SUDENE nos anos 1960. (CARVALHO, 2011, p. 122).

Estes planos obedeciam a uma orientação em âmbito federal, de uma espécie de modernização autoritária das cidades brasileiras iniciadas em 1964, como a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), acima citado, sofrendo adaptações e mudanças nas suas estruturas físicas. Porém, a cidade de Campina Grande não tem uma articulação urbana ampla tendo em vista que a grande parte das lideranças locais era oposicionista ao regime civil-militar, que “no primeiro decênio em que vigorou a política centralizadora, ocorreu o acúmulo enorme de prejuízos e quase nenhum benefício por parte do governo federal para o município de Campina Grande (Ibid, p. 122).

Deste modo, a cidade teria que encontrar meios para ordenar o seu espaço urbano que tinha uma necessidade de planejar e sistematizar estudos sobre o município devido ao seu crescimento, exigindo assim olhar Campina Grande pelo estabelecimento de uma imagem de cidade ordenada, controlada e planejada.

A partir dessas novas transformações urbanas da cidade no século XX, os planejamentos com as habitações e as suas realizações não foram suficientes para evitar as periferias em Campina Grande. A cidade, compreendida como uma cidade média devido a sua oferta de serviços, do comércio, o contingente populacional e a centralidade se torna um lugar de acomodações populares se tornou maior do que as habitações. No entanto, o projeto de periferia planejada que vem desde a década de 1970, com a modernização de Campina Grande⁷, na tentativa de trazer uma concepção

⁷ A primeira experiência de planificação quanto ao desenvolvimento urbanístico de Campina Grande vem da década de 1930, com a tentativa do Plano Diretor do arquiteto Nestor de Figueiredo, que abrangia um plano estético e de engenharia, com a abertura de novas ruas e avenidas, a correção ou alargamento de ruas existentes etc. Na década de 50 foi criada a Comissão Municipal do Desenvolvimento Econômico

de cidade moderna, arejada e que não havia grandes índices de pessoas de classe baixa habitando a cidade.

No fim da década de 1970 seu espaço viário urbano também sofreu alterações, algumas ruas foram alargadas, enquanto outras ruas foram fechados ao trânsito, formando assim os calçadões. O parque do Açude Novo também foi construído nessa época, observamos que assim que a preocupações com elementos modernos, de beleza estética e aspecto funcional, estava presente na ordem das preocupações dos administradores. Até mesmo a Igreja Matriz passou por essa reforma estética. (FERNANDES, 2010. apud SILVA, 2013, P. 51).

O Projeto de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), elaborado em 1973 e aprovado em 1975, será continuamente ajustado às metas dos governos para melhorar a infraestrutura urbana da cidade. Cria-se um discurso de que Campina Grande necessitava de um planejamento funcional, no qual as questões urbanísticas devam ser pensadas pela implantação de um sistema local de ordenação e controle.

(Comude) que tentou reunir elementos para um plano de desenvolvimento do núcleo urbano municipal. Ainda na década de 1950 cogitou-se de um Pré-Plano Diretor, com vistas à integração do setor físico-territorial (urbanístico) com os setores econômico-social e administrativo, constituindo-se a equipe que assinou o seu relatório final de urbanistas, arquitetos, engenheiros e sociólogos. Já na década de 60 surgiu a Companhia de Industrialização de Campina Grande - Cingra -, objetivando fomentar o desenvolvimento econômico do município e assessorar o governo municipal, tendo elaborado importantes projetos setoriais, como o da Companhia de Eletricidade da Borborema – CELB e da Telecomunicações de Campina Grande S/A – Telingra -, bem como o da Universidade Regional do Nordeste, URNe. Ao encerrar-se aquela década, a Cingra foi transformada em Conselho de Desenvolvimento de Campina Grande – Fundec, a ser administrado pelo Conselho. Por fim o Condeca foi transformado em Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande – Comdeca, que daria novo impulso ao desenvolvimento integrado do município, elaborando projetos setoriais dentro de um planejamento integrado. O Primeiro Plano Global de Campina Grande, Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, foi elaborado pelo Condeca, em colaboração com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, do Ministério do Interior. Ao mesmo tempo, com a sua vocação industrial, Campina Grande evoluiu para a implantação dos seus Distritos Industriais. Disponível em: http://enivaldoribeiro1.blogspot.com.br/p/prefeito_13.html Acesso dia 01/07/2017.



Figura 4 Capa do PDLI. Fonte: OLIVEIRA, 2014. p. 74

Elaborado em atendimento às normas traçadas via governo militar, o PLDI estabelece um forte discurso sobre o planejamento que opera estrategicamente em uma nova percepção do espaço urbano de Campina. Dentre as ações do projeto cabe destacar a legislação urbana, a definição de zoneamento urbano diagnosticando Campina Grande como cidade globular e radial concêntrica, as propostas de erradicação de favelas e cortiços, a expansão seletiva do centro, a elaboração do sistema viário, dentre outras (CARVALHO, 2011, p. 132).

Foram definidas as quinze artérias de penetração no tecido urbano, radiais entre o centro e os bairros, assim como as de penetração secundárias. Podemos afirmar que o tecido viário urbano se redefiniu completamente, fazendo com que a cidade passasse por uma verdadeira reorganização do seu espaço, a partir da reestruturação do seu sistema viário. Exemplo disso se dará com a abertura, em 1974, das principais Avenidas da cidade – Canal, Almirante Barroso, Oswaldo Cruz e Elpídio de Almeida. (Ibid, p. 132-133)

Portanto, o delineamento dos problemas relacionados às transformações sociais que iam surgindo junto com o crescimento da cidade, passaria pela ocupação de espaços distribuídos irregularmente na área urbana, e seria apresentada pelo PDLI como uma

necessidade de erradicação para o bom funcionamento da cidade através das divisões de zoneamento.

Esse projeto tinha como objetivo solucionar os desequilíbrios gerados na cidade, o que em sua maior parte, trará consequências drásticas a problemas que começavam a ganhar destaque como questão urbana a ser enfrentada por uma imagem pública e peculiar de pensar o urbano em Campina Grande. É o caso, por exemplo, da favelização e a da pobreza urbana que serão percebidas como perigosas débeis em suas formas, marginais em seus usos e atravessadas em suas práticas (Ibid, p. 132 et seq).

Uma característica do projeto foi a implantação de equipamentos de recreação e lazer distribuídos pelo centro da cidade como estratégias de expansão do território e em justificativa à política de remoção da população pobre do centro para áreas de periferia.

No final da década de 1970, na administração de Enivaldo Ribeiro, outro projeto que ganha destaque nesta segunda revolução urbana na cidade é o CURA (Projeto Comunidade Urbana para Renovação Acelerada) que, tomando-se como base o PDLI (Projeto de Desenvolvimento Local Integrado), passava a invocar a cidade por um conjunto de ações que enunciavam complementar o seu adensamento urbano, impulsionando a dinâmica da estrutura urbana da cidade e, conseqüentemente, a segregação social do espaço. (Ibid)⁸.

O projeto garantia recursos às médias e grandes cidades, no sentido de minimizar diversos problemas urbanos, estabelecendo a “ordem e o progresso”. O objetivo básico foi procurar, através de indução de investimentos, provocar, de forma acelerada, uma reativação da ocupação da terra urbana e, simultaneamente, a melhoria de serviços de apoio e equipamentos urbanos, resultando na elevação da arrecadação de impostos e taxas. (OLIVEIRA, 2014).

O CURA foi elaborado em 1972, lançado no ano seguinte e financiado pelo Banco Mundial (BIRD), administrado pela Carteira de Desenvolvimento Urbano (CDU), BNH e Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) via recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caracterizava-se por uma ajuda financeira às cidades de porte médio voltada aos empreendimentos de infraestrutura e urbanização (op cit, 2011). Tinha preocupações mais de ordem urbanística, se propondo a orientar a expansão da cidade e incentivar a ocupação dos vazios.

⁸ O PLDI e CURA se caracterizam como intervenções voltadas à necessidade de resolução de crescentes problemas, cujos desafios mais visíveis localmente seriam o precário padrão da reprodução social e a exigência em pensar Campina Grande a partir de outra ordem, a urbana.

O projeto teve três etapas de execução, o CURA I, que atendeu a Zona Sul da cidade; o CURA II, a Zona Oeste, e o CURA III, em sua maior parte, o Nordeste da cidade⁹.

Lima (2004) afirma que, a partir de 1977, a posse do Prefeito Enivaldo Ribeiro facilitará a vinda de recursos para grandes intervenções urbanísticas no Município, o que aumenta consideravelmente os investimentos realizados em Campina Grande via Governo Federal. Mesmo ocorrendo desde o início dos anos 1970 a ascensão e alinhamento de políticos locais ao projeto nacional, a exemplo de Luiz Motta Filho e Evaldo Cruz, é no Governo de Enivaldo Ribeiro que os recursos efetivamente aportarão em Campina. (CARVALHO, 2011, p. 144).

O prefeito Enivaldo Ribeiro tinha relações pessoais com políticos com o então Ministro Mario Andreazza, que por meio dessas amizades, as aprovações de projetos urbanísticos e o volume de recursos para a cidade tem um aumento significativo. “passou a ser chamado, por alguns, sob a alcunha de *o Prefeito dos 20 milhões de dólares*”.

O CURA I permitiu a implantação de dois equipamentos urbanos de maior significação, o Centro Cultural e o Centro Comercial (Shopping Center de Campina Grande) na sua área de incidência. Possibilitou ainda a pavimentação de ruas e avenidas (pavimentação asfáltica).¹⁰ Além disso, essas vias tiveram trabalhos de drenagem e iluminação. Foram igualmente implantados os Centros de Bairro de Catolé e de Santa Rosa.

O CURA II compreendia a pavimentação e drenagem das seguintes ruas: conclusão da Floriano Peixoto, Marginal Leste, conclusão da Almeida Barreto, Osvaldo

9 CURA I, II e III – Era desalentador constatar-se, até pouco tempo, em Campina Grande, a carência quase total de áreas próprias para recreação e cultural, bem como de áreas verdes. Estudos objetivando suprir tais carências indicaram o Açude Novo, o Açude Velho (foto) e o Estádio Municipal como um conjunto de áreas mais adequado para as propostas de equipamentos de lazer e de cultura e de áreas verdes. Em coerência com o Plano de Desenvolvimento Local Integrado que emprestara prioridade à área do Açude Novo, o qual, devido à impossibilidade de continuar como reservatório hídrico fora submetido a um plano paisagístico e ao projeto de recuperação da Estação Ferroviária, cujas edificações e espaços foram transformados em equipamentos de cultura e de recreação, partiu-se para a divisão da área em quatro trechos denominados Áreas para Fins Recreativos e Paisagísticos e Áreas para Fins Paisagísticos, uma compreendendo a urbanização do trecho Açude Novo-Açude Velho, outra o trecho das margens do Açude Velho, outra o trecho Açude Velho - Ponte Quebra-Quilos e a quarta o trecho das margens do Canal às imediações do Estádio Municipal. Disponível em: http://enivaldoribeiro1.blogspot.com.br/p/prefeito_13.html Acesso dia 01/07/2017.

10 : Almirante Barroso, Vigário Calixto, Rio de Janeiro, Pedro I, Paulo Frontin, Sebastião Donato, todo o contorno do Açude Velho, compreendendo as ruas Almeida Barreto, João Moura, Siqueira Campos, Independência, Nilo Peçanha, Quebra-Quilos, Campos Sales e Fernandes Vieira, Moisés Raia, Santo Antonio, Marinheira Agra e Avenida Dinamérica, uma avenida em faixa dupla, com canteiro central, de 70 metros Disponível em: http://enivaldoribeiro1.blogspot.com.br/p/prefeito_13.html Acesso dia 01/07/2017.

Cruz, José de Alencar e Projetada Um. São obras viárias e complementares que redesenharam a cidade, com abertura de avenidas e pavimentação de ruas.

No CURA III são contemplados os trabalhos de pavimentação, em asfalto, prolongamento da Avenida Floriano Peixoto. E ainda um Centro de Bairro, na favela denominada "Buraco da Jia", duas rótulas, uma Avenida Canal com a rua Dr.Vasconcelos, e outra onde atualmente se situa o posto fiscal do Estado. Iluminação em toda área. Drenagem. Abrigos para pedestres nas linhas de transporte coletivo¹¹.

As obras envolveram demolições, desapropriações e erradicações de áreas pobres na zona principal do comércio campinense, sucedendo de justificativas de reordenamento do espaço urbano por ações que redesenham a cidade, isto é, estavam formando uma cidade planejada.

O programa CURA (1973) é o resultado das políticas federais de desenvolvimento urbano durante o centralismo autoritário do regime militar. Após a década de 1960, o poder público estimulou a expansão urbana pela criação do BNH (1964), incentivando a formação de conjuntos habitacionais e linhas de financiamento a unidades residenciais isoladas. Na década de 1970, nas cidades de portes médio, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano previa investimentos em áreas específicas, contribuindo para a segregação social em favor do capital imobiliário. A partir da década de 1970, a expansão urbana em direção ao sul de João Pessoa foi estimulada por investimentos públicos em acessibilidade, equipamentos urbanos e conjuntos habitacionais (LAVIERI E LAVIERI, 1999; MAIA 2000. apud OLIVEIRA, 2014).

O programa CURA parte, portanto, da concepção de consolidar áreas “ociosas” pela urbanização e valorização dos investimentos realizados, no entanto, se observa também a expansão dos bairros periféricos em Campina, que passam a alojar os que formam erradicados pelo projeto, onde tanto a pobreza da cidade como de seus habitantes se fundem em uma só imagem. (CARVALHO, 2011)

Em termos gerais, as intervenções públicas incentivaram o crescimento de bairros e a construção da infraestrutura em novas centralidades e, conseqüentemente, de novos padrões de segregação. Nesta perspectiva de relocação de moradores que surgem

11 Das ruas Apolônia Amorim, Manuel Tavares, Avenida das Nações e Nossa Senhora de Lourdes. E pavimentação em paralelepípedos das ruas: Avenida Canal, Manoel Elias de Castro, José do Ó, Estilac Leal, Adalto Travassos de Moura, Presidente Roosevelt, Estelita Cruz, Agamenon Magalhães, Floriano Peixoto (no sentido oeste), Salvino de Oliveira Neto, Silva Jardim, Santa Cecília, Sindolfo Montenegro, continuação da Nossa Senhora de Lourdes, Félix Carolino, Projetada Um, Napoleão Laureano, Benedito Mota, Capitão Ademar Maia de Paiva, Conselheiro Paulo Aguiar Soares, Ordenez Trovão de Melo, Noberto Leal, Franklin Araújo, Monteiro Lobato, Paulo Araújo Soares, Vigário Virgínio, Manoel Elias de Araújo e Mauro Luna. Disponível em: http://enivaldoribeiro1.blogspot.com.br/p/prefeito_13.html Acesso dia 01/07/2017.

as periferias. No final da década de 1970 e início da década de 1980, devido ao crescimento populacional e às intervenções públicas segregacionistas, fez surgir juntamente com as periferias, as favelas.

Apesar dos investimentos feitos, esses programas não asseguram o sucesso contra a crise econômica no município, tampouco foram suficientes para minimizar a degradação das condições sociais da vida urbana na periferia de Campina Grande, o que nos leva a crer que com o projeto de desapropriação da população excedente do centro da cidade, intensificou-se o processo de inchaço da periferia, pois a massa expulsa se direcionou a lugares inadequados à habitação humana. (SILVA, 2006, p. 56).

Este aumento populacional incide na questão da habitação, relacionada com o processo migratório – mobilidade populacional – tanto pela saída do centro da cidade, como também por migrações objetivando empregos e, conseqüentemente, há o aumento de áreas de habitações precárias, e que muitos com pouca aquisição financeira começam a morar em periferias ou favelas. (CARVALHO, 2011).¹²

De repente, num roupante negativo de cidade grande, Campina passou a ter seus principais bairros, e mesmo o centro, assolados por uma onda de aglomerados, surgidos indisciplinadamente, verdadeiras favelas à moda sulista, (...). Normalmente girando em torno de barracos e bares de má fama, os primeiros a chegar, essas verdadeiras ilhas dentro da cidade, logo vão ganhando corpo, proliferando, tornando-se o recanto preferido de marginais e prostitutas que ali, longe dos olhos da lei (...). com o mínimo de condições higiênicas, sem obedecer nenhum traçado, sem ao menos constarem do mapa, esses redutos vão ganhando nomes curiosos, plenamente identificados com sua condição marginal. “Cortiço Ferroviário” nas imediações do Quartel da Polícia, “Cova da Onça” no Centro, “Cachoeira” no Monte Castelo, “Beco da Pavoia” na Liberdade e “Buraco da Gia” na Conceição, são alguns dos muitos aglomerados de casebres e barracos que infestam, de um tempo pra cá, a cidade, centro de uma população sub-alimentada e de recursos ínfimos. Depois de sua criação, torna-se praticamente impossível uma medida drástica, saneadora, o que iria por ao desabrigo centenas de elementos que absolutamente não tem condições de pagar aluguel (...). A solução mais lógica seria impedir a criação desses focos, cortar o mal enquanto no começo, evitando que a favela tome forma e vida independente, constituindo-se depois num verdadeiro câncer social, um parasita agregado à cidade, e dela retirando sua sobrevivência, no mais das vezes, por meios ilegais. (DB, 29 dez. 1973. Editorial. apud CARVALHO, 2011. p, 290).

Discursos produzidos pelos documentos ditos oficiais que relatam as camadas excluídas como marginais, ilegais, pessoas pobres que atrapalhavam o funcionamento de imagem modernizadora da cidade. Os cortiços e favelas tinham que ser afastados do

¹² É com essas características que ocorreu a expansão de Campina Grande a partir dos anos 1960, intensificadas nas décadas de 1970 e 1980. Data também desse período, a criação do Campus II da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com sede em Campina. (MAIA, 2014).

centro, levando consigo os moradores excluídos foram da zona mais visada de Campina Grande. Muitas vezes o afastamento dos moradores das favelas do centro para espaços distantes eram realizados por meio de conjuntos habitacionais.

Na cidade, como no Brasil, podem ser identificadas, de um lado, áreas periféricas produzidas pelo Estado com a construção de conjuntos habitacionais providos de equipamentos básicos e, por outro, a periferia produzida sem nenhuma infraestrutura, onde alguns equipamentos essenciais como iluminação, fornecimento de água encanada e pavimentação serão disponibilizados somente após organização e reivindicação dos seus moradores (MAIA, 2014).



Figura 5 Questão de Habitação em Campina Grande¹³

Durante as décadas, com o processo de migração de população da área rural na cidade impulsionando o aumento populacional, esta crise de moradia foi aumentando e uma das formas que o governo tentava minimizar o problema era com as ações

13 "O Déficit Habitacional Básico (DHB) em Campina Grande é de 12.192 habitações, 13,97% dos domicílios existentes no Município, com uma população de 50.451 hab. E 12.130 domicílios localizados em áreas marcadas pela ilegalidade fundiária e urbanística; podemos ainda constatar o número de pessoas morando em cortiços – 24.444 hab. A esse respeito cf. CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal, Diagnóstico Urbano-Habitacional de Campina Grande: SEPLAN, 2001. CAMPINA: urbanização já chegou a 19 comunidades. JP, 21 AGO. 2002, apud CARVALHO, 2011, p. 266.

institucionais na tentativa de evitar conflitos sociais e de aumentar essas “casas” informais, através da construção de conjuntos habitacionais. Além do mais, esses déficits irão proporcionar as subhabitações em Campina Grande (favelas).

Foi um período marcado por invasões na cidade, sobretudo por causa grande área da malha urbana estar sobre domínio da elite, sem desempenhar nenhuma função social, além do grande déficit habitacional (MELO, 1988. apud LEMOS; SANTOS, 2009). Estes movimentos de subhabitações vão ser gerados diante da necessidade da população.

Com o crescimento populacional e a falta de moradia, as pessoas começaram a encontrar novas formas de habitar, e os espaços vazios da cidade são ocupados, criando loteamentos irregulares, como as favelas e as periferias, podendo destacar que “o incremento do número de subhabitações em Campina Grande se deu, sobretudo nos últimos cinco anos: até 1979, a cidade contava com apenas três favelas de maior expressão: Cachoeira, Pedregal e Jeremias” (Ibid, p. 31). Compreendendo, portanto, que o processo que envolve a construção dos conjuntos habitacionais caracteriza-se por romper a estrutura social de um lugar.

Essas moradias irregulares, denominadas de favelas, foram apontadas como lugares a serem combatidos, pois representavam uma imagem de cidade não agradável ao desenvolvimento urbanístico.

A paisagem de Campina Grande se consolida com a presença de determinadas tramas e arranjos socioespaciais, trazidos com a luta pela moradia e a ocupação irregular de inúmeras áreas urbanas. São as mudanças espaciais, “processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre, é a realização espacial do lugar; enfim, implica relações entre posições diferenciadas, ou seja, contratos pragmáticos sob a forma de movimentos.” (CERTEAU, 2009).

Observa-se na cidade a confluência de uma imagem, por um lado, de uma ordem urbanística que traz uma divisão aparente entre as partes vinculadas da cidade. Os pedestres, os caminhantes que lutam por uma apropriação do espaço, vão modificando os planejamentos pensados pela cidade, dando materialidade ao conflito de uma cidade planejada com a cidade desejada.

[...] A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma enorme experiência social da privação de lugar – uma experiência, é verdade, esfarelada em deportação inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensada pelas relações e os cruzamentos desses êxodos que

se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas a Cidade. (Ibid, p.170)

A identidade que vai se construir na cidade é que se torna simbólica, apesar das desigualdades sociais entre os habitantes da cidade, existindo abundantes caminhantes, circulantes, uma agitação do lugar, um universo de locações frequentadas por um não lugar ou por lugares sonhados. A cidade só toma sentido quando há indícios de relações das práticas do espaço. As relações impulsionam movimentos, dando-lhes sentidos, mudando-nos em suas passagens.

Experimentar a cidade é algo que os grupos populares fazem com maestria. O espaço urbano é uma extensão da casa quando se abrem as portas para a rua. Assim a cidade é composta e vivenciada como uma polifonia de sons, de cores, formas, sabores, odores, lugar de práticas de trabalho, lazer, solidariedade e violência. (SILVA, 2013, p. 37)

Os moradores populares criam em Campina Grande, com o crescimento da periferia, itinerários, pertenças de territórios. Existências heterogêneas dos grupos sociais estabelecidos nos espaços demarcam as suas identidades. Os caminhantes e suas ocupações no território emitem os sentidos de novas paisagens, marcando a dinâmica urbana campinense.

São nos espaços ditos como “ilegais” pelo governo que os sujeitos populares projetam, mobilizam e recriam os territórios, demarcando práticas que sublinham seus próprios traços em uma disputa pela cidade. Exemplo dessas recriações de território é o Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz, que, devido à falta dos requisitos essenciais para a moradia, houve formas de organização e reivindicação para o conjunto, tendo a sua ocupação amplamente divulgada pela imprensa como um símbolo de expressão de marginalidade de sujeitos.

As Malvinas, atualmente, é o maior bairro territorialmente quanto em quantidade populacional. Os moradores colocam em prática outra organização da cidade, que solidificam imagens de dinâmica das lutas sociais, ocupações, conflitos, violências e conquistas. Como CERTEAU (1996) nos afirma: “Armamos alguns espaços urbanos, de cidadezinha à metrópole, cada um à nossa própria maneira, espaços onde se davam modos de sociabilidade ativa, na família e na escola, no bairro, entre vizinhos e companheiros”. Seria um território construído a partir de novas sensibilidades.

1.2 BAIRRO DESEJADO: AS MALVINAS ENTRE A “ILHA” E O “NADA”.

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo. “Gosto muito de estar aqui!” é uma prática do espaço este bem estar tranquilo sobre a linguagem onde se traça, um instante, como um clarão. (CERTEAU, 2009, p. 176).

Da memória saem clarões, não é totalmente localizável. Em todo território dorme um passado, assim como nos objetos, nos gestos cotidianos de caminhar, comer, deitar. Isto constitui o lugar, os deslocamentos, as características semelhantes, partilhadas, inseridas nas lembranças. E o que se faz o espírito do bairro é saber que ele está ligado pelas lembranças, existindo lugar apenas quando frequentado por recordações múltiplas, só podendo morar num local com significações e povoações de lembranças.

Antes das Malvinas se constituir como um bairro era apenas um planejamento de casas populares e teve a sua criação antecipada pela invasão/ocupação¹⁴ de pessoas, para conquistar o espaço. Por causa de uma falta de investimento de conclusão pela Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP, homens e mulheres invadem/ocupam as casas do Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz, no ano de 1983, gerando uma mobilização do governo contra estes ocupantes, como cercamento do conjunto por policiais, proibição de entrada ou saída de pessoas e de alimentos no local; propiciando, mobilizações e reivindicações em ações coletivas dos moradores, tentando alcançar mudanças sociais por meio de embates políticos, desarticulando o planejamento urbano da cidade e do Conjunto.

14 “Toda invasão pressupõe uma ocupação, mas a recíproca não é verdadeira. Entre elas, há uma acentuação de força, ou de legalidade – a invasão evoca ilegalidade” (MARCHEZAN; CORTINA. 2004, P.42). Visto então, há duas perspectivas a ser enveredada: primeiro, a utilização da palavra invasão como algo perigoso, trazendo imagens negativas, termo utilizado pelos jornais. Segundo, a ocupação ameniza a ilegalidade e nos põe a par de uma posse legalizada. Portanto, em detrimento de não direcionar ou me colocar em nenhum dos dois termos, apenas pretendendo analisar suas especificidades, pretendi utilizar invasão/ocupação.



Figura 6 Multidão invade Conjunto da Cehap. Gazeta do Sertão, 27 de março de 1983.

O bairro foi ocupado mesmo não estando concluído. Havia uma ineficiência em relação ao projeto habitacional na cidade de Campina Grande, tendo um aumento populacional, mas houve problemas ao desenvolvimento urbano da cidade de acordo com a habitação. Ademais, houve surgimento de novas favelas na cidade e o crescimento das existentes, aumentando os problemas sociais da cidade, e mesmo que as habitações fossem vistas como solução, devido à insuficiência dos programas.

O Álvaro Gaudêncio foi construído com três mil casas com o intuito de resolver os déficits habitacionais de populações de baixa renda, mas que não foi entregue pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), por não terem concluído a segunda etapa da construção, a infraestrutura: saneamento básico, água e energia elétrica, ficando a obra parada por dois anos. Havia cerca de 15 mil pessoas inscritas para serem escolhidas para receber a casa.

Porém, na reportagem do Jornal Gazeta do Sertão, percebe-se que a “invasão” já tinha sido constatada pelo Deputado José Luiz Júnior, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) que foi um dos parlamentares considerados a denunciar sobre o descaso no núcleo habitacional.

Essa invasão foi constatada pelo deputado José Luiz Júnior, do PMDB, que pessoalmente foi observar o desespero de centenas de famílias que disputavam palmo a palmo uma residência. Ele foi um dos primeiros parlamentares a denunciar que com o quadro de dificuldades que a classe operária vinha enfrentando, dentro de pouco tempo aquele núcleo habitacional seria invadido. “O povo não suporta mais os altos aluguéis e não tem coragem de passar o resto da vida em favelas. Todos precisam de uma vida digna e humana”, disse José Luiz Júnior ao observar a revoada. (Gazeta do Sertão, 27 de março de 1983, p. 08).

Já se tinha uma expectativa, mesmo que pequena, de que pudesse acontecer a invasão/ocupação devido à demora da entrega das casas. Vale refletir que a questão política está inserida neste movimento por se utilizar do momento para demonstrarem que apoiam, que estão à serviço da população, para que ganhem benefícios políticos. Será que ir ao conjunto poderia tocar as pessoas? Os moradores confiariam em políticos que se mostrassem compassivos à luta que eles estavam vivenciando?

Ainda sobre a demora da finalização das casas é percebido na reportagem na Gazeta do Sertão, ainda em 05 de março de 1983, antes da invasão/ocupação, havendo um lugar de discurso sobre as impressões do jornal sobre o acontecimento.

Há mais de um ano que foram concluídas as obras de edificação das mais de três mil casas do Conjunto Habitacional “Álvaro Gaudêncio”, que começa no bairro de Bodocongó e termina no Cruzeiro. A Companhia Estadual de Habitação da Paraíba – CEHAP, até agora não deu nenhuma explicação para a interrupção dos serviços da segunda etapa, que seria a introdução da infraestrutura básica de água, esgoto e energia elétrica. Sabe-se porém que faltou dinheiro para complementar a obra. [...] deve a cidade cobrar com a maior urgência uma solução para aquele problema, porque o déficit de moradias em Campina Grande é tamanho que para as três mil casas daquele novo conjunto existem nada menos de 15 ml pessoas inscritas no escritório local da CEHAP, todas elas pagando hoje aluguel caro por moradias ordinárias. (Gazeta do Sertão, 05 de março de 1983).

Como era um momento de repercussão na cidade de Campina, por ter tantas pessoas em um conjunto, em estar vivenciando um conflito tanto social como político, os jornais apareciam como interlocutores nessa disputa política e nos conflitos, fazendo que com o restante da população construísse uma representação sobre os moradores que estavam no conjunto. Entendendo que em todo discurso há uma intenção, essa notícia não pode ser lida apenas como uma maneira de retratar algo, mas com intencionalidades

de formar opiniões. Como também entrevistas, que, mesmo que sejam memórias, as experiências contadas serão seletivas e intencionais.

Um conjunto como o Álvaro Gaudêncio, um dos maiores da cidade, ficou anos a espera de uma iniciativa do poder público, juntamente com a Cehap, para receber o serviço de infraestrutura final para que fosse entregue aos inscritos. Mas, foram milhares de casas abandonadas, numa cidade que já estava com problemas sociais, deficiente na questão habitacional. Ademais, compreende-se que o próprio governo paraibano concorreu para o fato da ocupação, já que não deu a prioridade necessária para a obra, que já estava parada há dois anos, e a reação foi a ocupação do conjunto.

Como não teve as obras concluídas havia uma preocupação para que o novo governador concluísse para melhorar o déficit de moradias. No dia 23 de março de 1983, o conjunto foi invadido/ocupado por pessoas de baixa renda que, em sua maioria, eram pessoas já inscritas junto à CEHAP e o seu deslocamento está associado à má condição de moradia, e como eram informadas nos jornais, as pessoas que ocuparam não tinham a intenção de sair.

Ao chegarem ao local, as famílias procuravam melhorar as condições que viviam, cansadas do alugueis altos que pagavam, mesmo que a paisagem não fosse convidativa, pois o mato rodeava as casas, as ruas não tinham pavimentação, as redes de esgoto não estavam prontas. Enfim, os ocupantes tinham apenas a preocupação de ter uma casa própria, que o Governo prometera, e esta invasão/ocupação foi um movimento movido pela necessidade da população.

As casas não tem qualquer infraestrutura, pois ainda faltam as instalações de água e energia elétrica, além de redes de esgotos. Mesmo assim, os invasores, que na maioria é isenta para receber residência naquele núcleo habitacional, garantiram que em hipótese alguma deixarão as casas [...] Todas as 3mil casas, algumas com rachaduras pelas paredes, foram ocupadas pelas famílias que estão inscritas ou não na Cehap. (Jornal Gazeta do Sertão, 27 de março de 1983, p.8)

Para os moradores, mesmo as casas sem infraestrutura, foram soluções encontradas para os corpos sem teto, eles não tinha onde morar devido às precárias condições de habitações que a cidade estava enfrentando. A população de baixa renda não tinham condições de pagar os alugueis caros, então, mesmo sem infraestrutura, eles tinham a necessidade de ter uma casa própria. Os moradores, mesmo afirmando que não

havia organização, deve ser pensado que, a partir do momento em que eles começaram a invadir/ocupar houve uma organização para que se mantivessem juntos¹⁵.



Figura 7 Invadiram o conjunto da Cehap e, Bodocongó. Gazeta do Sertão, 27 de março de 1983.

O bairro traz em sua história lutas pela conquista das casas por populares, relações de poder, táticas cotidianas para burlar estas relações, além de uma memória sobre a ocupação e a organização social no bairro. Na visão histórico-social, o bairro, espelho das circunstâncias temporais, ainda mais perceptíveis com a urbanização, traduz

¹⁵ Há reportagens que trazem que o Secretário de Segurança Pública Fernando Milanez visita o conjunto Álvaro Gaudêncio quinze dias após a sua invasão/ocupação, onde recrimina a ação dos moradores dizendo se tratar de um ato planejado para desestabilizar o governo de Wilson Braga, e que os populares haviam sido incitados por políticos locais, que faziam a "oposição" ao PMDB. (Jornal Gazeta do Sertão, 08 de Abril de 1983). Porém, havia outros que desconsideravam que tinha havido uma organização, como o jornalista José Luiz Júnior que afirmava que a invasão/ocupação nada tinha a ver com ato organizado, mas sim, tratava-se de um evento previsível, visto que as casas estavam abandonadas pela CEHAP a mais de dois anos e, que Campina contava com uma "carência de habitação popular elevadíssima". Ele divulga também que em 14 anos a Companhia havia construído apenas 1.100 habitações em Campina Grande. (Jornal Gazeta do Sertão, 10 de abril de 1983)

diferentes espacializações da vida social da cidade, surgindo dentro da história do urbano, como um ícone na busca de resultado da construção histórica e social do espaço.

Mesmo com as casas sem infraestrutura, a necessidade de se manter, a vontade de uma moradia fez com que o povo fosse divulgando e muitas pessoas tenham ido ocupar, sem organização, mas, a maioria com o mesmo intuito: de ter uma casa própria. Esta observação sobre as casas serem boas para morar veio também de que os próprios agricultores já faziam de rancho, de local de apoio para um lugar e outro, e fez com que percebessem que as casas podiam ser utilizadas para morar.

O conjunto toma destaque a partir da ocupação das casas da Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP, por moradores no ano de 1983, gerando uma mobilização do governo contra esses ocupantes, por meio de cercamento do conjunto por policiais e da proibição de entrada ou saída de pessoas e de alimentos no local. Esta situação propiciando mobilizações e reivindicações em ações coletivas dos moradores, tentando alcançar mudanças sociais por meio de embates políticos, desarticulando o planejamento urbano da cidade e do Conjunto.

Há existências de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são, para Foucault (1979), indispensáveis para a sua sustentação e atuação eficaz. Foi neste impasse da ocupação como meio de conquistar o seu espaço que o poder público tentou intervir por meio do policiamento, cercando o conjunto como forma de controle para que minimizasse e os moradores do conjunto fossem retirados.

As reivindicações da sociedade foram baseadas numa lógica de necessidades ou demandas a serem atendidas pelo Estado, porém, para fazer com que o poder fosse exercido de forma governamental a segurança se torna importante para conduzir à formação de um governo. Foi por meio desta segurança que se tentou controlar os moradores do conjunto, refletindo nas relações de poder naquele território.

Qualquer ação cotidiana constitui uma relação de poder. No espaço do conjunto havia algumas relações de poderes como a conquista por sua casa ou um morador induzir o outro a fazer mobilizações ou sua intenção, um morador querer a sua casa do outro, como também relações de poderes entre o poder público e os moradores na tentativa de evitar que novas pessoas entrassem no conjunto.



O governo do estado interviu por meio do policiamento: cercou e sitiou o Conjunto por vários meses, ficando os ocupantes das casas impedidos de entrar com alimentos e água e/ou sair do conjunto. Era um meio de intimidação por meio do poder público para que os ocupantes saíssem do Conjunto e também para que outras pessoas não viessem.

Os policiais que guardavam o conjunto, tinham “ordens expressas para não permitir a entrada de qualquer veículo, exceto militares. [...], não permitir a ordem de pessoas conduzindo móveis ou outros aparelhos domésticos.” (Gazeta do Sertão, 06 de abril de 1983). Mesmo que não houvesse qualquer incidente com os policiais, a presença deles já era algo para controlar os moradores e para evitar que continuassem no local.

A polícia ficará no conjunto “Álvaro Gaudêncio” até que seja resolvido o impasse entre os invasores e a Cehap, conforme garantiu ontem, o comandante geral da Polícia Militar, coronel Benedito de Lima Júnior, que visitou pessoalmente o núcleo habitacional invadido, em companhia do

16 Na reportagem no jornal Gazeta do Sertão notícia que a Cehap inicia dentro do conjunto, o levantamento das famílias que invadiram o núcleo habitacional e que, de acordo com o secretário de Habitação, na época, Enivaldo Ribeiro, só ficaria quem estivesse inscrito e que tenha sido escolhido por meio de sorteio, mesmo sabendo que isto não seria mais possível, visto que, as três mil casas já estavam ocupadas, e que mesmo assim, o conjunto permanecia cercado pela polícia

comandante do II BPM, tenente-coronel Ednaldo Rufino. **O comandante geral da PM observou o policiamento ostensivo em torno do conjunto e elogiou a conduta de seus subordinados, que desde sábado que encontram-se vigilante na área, sem qualquer revezamento.** (Gazeta do Sertão, 31 de março de 1983 – Grifo nosso).

O cercamento do Conjunto passou a ser um movimento de reclusão e exclusão dos indivíduos inseridos dentro do local. A vigilância, para Foucault (2005) é um mecanismo de poder utilizado para docilizar e adestrar as pessoas para que essas se adequem às normas estabelecidas. A vigilância estaria controlando os gestos, atividades, aprendizagem e a vida cotidiana dos indivíduos.

Portanto, os policiais estavam para vigiar e controlar a passagem dos moradores, além de intimidar e representar o poder do Estado naquele local. O policiamento ostensivo ressaltado na reportagem da Gazeta do Sertão é bem admirado pelo comandante, e como os mesmos policiais encontravam no local, sem revezamentos, não considerou nenhum incidente.

Já está praticamente consolidada a invasão ao conjunto Deputado Álvaro Gaudêncio, construído pela Cehap em Bodocongó, em decorrência da flexibilidade do aparato policial nos últimos dias, que permitiu que aqueles que tinham assegurado a posse apenas com a presença física fizessem entrar no núcleo toda mobília.

Ainda ontem, caminhões e outros veículos chegaram ao conjunto conduzindo móveis. A Polícia não permitia a entrada no interior do núcleo habitacional mas o material era descarregado da viatura e transportado na cabeça, pelos ocupantes, única condição permitida.

Milhares de pessoas que ocuparam o Conjunto Álvaro Gaudêncio estão sentindo as consequências da falta de infra-estrutura. As necessidades fisiológicas estão sendo feitas nos matagais, e a água é carregada de longa distância, em baldes e panelas e os aparelhos eletrodomésticos tornaram-se figuras decorativas, em decorrência da inexistência de corrente elétrica.

Barracas vendendo bolachas e aguardentes estão proliferando em toda extensão do Conjunto. O problema de transportes coletivos vem sendo sanado, com os ônibus do Cruzeiro, que vez por outra alongam o percurso até o início da primeira quadra, apanhando os ocupantes para a feira e o trabalho.

Praticamente todo ocupado, com as casas já mobiliada, acredita-se que será difícil o trabalho da Cehap, caso queira desalojar os ocupantes para realizar o trabalho de infra-estrutura. (Gazeta Do Sertão, 03 De Abril De 1983).

Neste contexto, mesmo com a tentativa de intimidação por meio do poder público, havia resistências. Os moradores encontravam meios de permanecer no espaço, de conseguir alimentos e água, de irem trabalhar e retornar ao final do dia. Meios de

burlar o policiamento, meios de vivência, meios de mobilizações para incentivar outros moradores a permanecer e a lutarem por sua moradia. A habitação, quando ocupada, não tinha saneamento básico e os moradores, por meio de táticas, conseguiram transformar aquela habitação imprópria numa moradia que merecia ser defendida para permanecer no lugar.

As táticas dos moradores para continuarem no conjunto, burlando o poder do Estado, em meio às astúcias, subvertendo as imposições em que foram submetidos, como a entrada da mobília, os meios para se fazer as necessidades fisiológicas, as vendas, os transportes. São ações de homens simples, ordinários, que contribuíram para a construção de um lugar.

Ademais, um vínculo que é criado com os moradores, como o entrevistado João Batista Miranda, quando perguntado sobre a questão do policiamento no conjunto afirmou.

Passou uns 4 a 5 meses mais ou menos, porque assim, depois que viram que não tinha jeito, eles mesmo ocupavam (risos), é “segura uma pra mim”, ai colocava as mãos deles, num sei quem pra lá, porque todo mundo sem casas né? Ai abria, eles com fome, os policiais passava o dia todo aqui, ai o pessoal dava lanche... ai dizia, “não deixa eu entrar ou sair”, ai toma aqui, e passavam. Ai, chegava um café aqui, levava lanche... (MIRANDA, 2015.)¹⁷

A fala de Miranda, por exemplo, nos remete às burlas que Michel de Certeau (1996) afirma, há formas de resistências, dentro das estratégias, que seriam o lugar que enuncia, que neste caso seria o Estado, com seu conjunto de agenciamentos que permite que funcione o seu poder, e os moradores, como sujeitos, que mesmo que em seu cotidiano estejam ao mesmo tempo, se submetendo à determinadas estratégias, eles também estão articulando astúcias e incluindo outras maneiras de subverter os mecanismos que eles estão impostos. Ou seja, com as táticas de sobrevivência, os moradores do conjunto encontraram maneiras para lutarem, conquistarem o lugar e formas que burlassem o poder público.

17 O senhor João Miranda participou da invasão/ocupação do conjunto, juntamente com a sua esposa. Ele não esteve inserido na Associação das Malvinas, mas sempre teve uma aproximação com as pessoas que tomaram a frente nas reivindicações para o bairro, como também colecionou várias notícias e ações, que ele tem tanto orgulho de mostrar e dizer que participou da construção do bairro das Malvinas. Entrevista concedida dia 07 de abril de 2015.

Esta noção de táticas exercidas pelos moradores é uma ação e uma noção conceitual que tomo de empréstimo de Michel de Certeau que fala das táticas como sendo uma forma de utilizar as falhas das conjunturas de poder para exercer a sua ação:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado. [...]. Isto é, o lugar do poder e do querer próprios. [...] Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. [...] **A tática não em por lugar sendo o do outro. [...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É a astúcia.** (Idem, 2009, p. 94-95. Grifo nosso)

O lugar das estratégias seria o Conjunto, agenciado pelo Poder Público, onde os sujeitos ordinários se movem, buscando táticas no campo do “inimigo”. Mesmo que os sujeitos, em seu cotidiano, estejam ao mesmo tempo se submetendo à determinada estratégias, eles também estão articulados às astúcias, incluindo maneiras de subverter os mecanismos que lhe são impostos. São táticas de sobrevivência. Neste caso, muitos moradores encontraram meios de burlar as regras, às condições do Estado para que pudessem continuar no conjunto.

Sob a perspectiva, as estratégias correspondem a um cálculo de relação de forças empreendido por um sujeito detentor de algum tipo de poder, neste caso o poder público, que, por esta via, “(...) postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (Idem, 1994 [1980], p.46).

As táticas, por sua vez, são apresentadas pelo autor como ações desviantes, que geram efeitos imprevisíveis. Em oposição às estratégias – que visam produzir, mapear e impor – as táticas originam diferentes maneiras de fazer. Elas estão inseridas no cotidiano da cultura ordinária, e resultam em sutis vitórias dos “fracos” sobre os mais “fortes”, com isto pequenos sucessos ou golpes.

Certeau destaca a capacidade de dispersão das práticas cotidianas em relação à esfera normativa da sociedade. Ou seja, ele enfatiza as formas de mobilização que, aproveitando-se das lacunas deixadas pela normatividade social, também podem, até mesmo sob a aparência de reprodução da ordem, perturbar, transgredir ou estabelecer outras formas de organização social. Em um dos exemplos de transgressão do conjunto, o entrevistado conta uma ocasião, que chamou minha atenção pela criatividade da resistência:

Teve um cara que foi tão audacioso que ia ter o jogo da seleção e ele colocou a televisão no meio da rua, na bateria do carro. A rua ficou lotada (risos). Outra vez ele foi esperto, cavou um cano, uma mangueira para a irmã dele, era uns 500 metros de mangueira ou mais e ele colocou água na casa da irmã dele lá. Ai depois deduraram ele, ai tiraram. Como tem gente ruim né? (risos) (MIRANDA, 2015)

São essas práticas cotidianas que Certeau fala. As maneiras de fazer pelas quais os sujeitos se apropriam criativamente do espaço social. São esses tipos de microresistências que são criadas a partir das táticas cotidianas, como a que o “cara” fez quando assistiram ao jogo, ou colocou água na casa da irmã. Mesmo que o poder público esteja tentando manter o controle sobre o Conjunto, há momentos que as táticas aparecem.

Além do mais, há certas práticas que tomam que leva a implicar as práticas cotidianas, como no conjunto habitacional, em que ocorreram várias táticas que resultaram em pequenos sucessos, como a permanência nas casas de quem já havia ocupado, mesmo que tendo que burlar cotidianamente o poder público para a sua efetivação da moradia; como a maneira de conseguir água, conseguir energia para se manterem na casa.

São exemplos do que Certeau chama de “as formas subreptícias que assume a criatividade dispersa, tática e bricoleuse dos dominados, com vistas a reagir à opressão que sobre eles incide” (idem, 1994, p. 38 et seq). Os moradores tentam encontrar meios para se organizar e reivindicar seus direitos. As repercussões dos conflitos, embates, repressão, provocam outras formas de organizações.

Certeau enfatiza que esses modos de procedimentos ou esquemas de ação, se dão sempre no social, “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade”. Portanto, tornou-se possível pensar a cidade e o urbano numa escala menor, mais detalhada, analisando as práticas sociais como o espaço vivido, o lugar das experiências, das trocas, da reprodução da sociedade no cotidiano.

“Armamos alguns espaços urbanos, de cidadezinha à metrópole, cada um à nossa própria maneira, espaços onde se davam modos de sociabilidade ativa, na família e na escola, no bairro, entre vizinhos e companheiros de trabalho.” (Idem, 1996, p.23).

Os espaços, portanto, são locais de sociabilidade e que neles estão presentes as relações de poder, as microdiferenças, as micro resistências, as práticas cotidianas. São relações que vão se modificando de acordo com que a cidade ou lugar também se transforma, surgindo novas práticas, as práticas culturais.

Estas práticas culturais, em que o autor questiona o que seria a cultura, pois para ele há culturas múltiplas, tanto as impostas por instituições, como pelas classes populares. Certeau utilizou a noção de bricolagem para representar a união de vários elementos culturais que resultam em algo novo.

Em meio ao contexto de consumo e descarte, coletar e fazer outro uso de objetos que foram destituídos de sua função e descartados é uma ação “desviacionista”, segundo Michel de Certeau (Idem 1994, p. 52). Esse papel é assumido pelo bricoleur dentro da cultura do consumo e do descarte, ou seja, pelo usuário que não é passivo, mas que “fabrica” a partir de tudo o que consome. Segundo Certeau, essas “maneiras de fazer” são modos de reapropriação do sistema produzido; por meio deles os usuários praticam o cotidiano.

Dentre essas táticas, a bricolagem é uma maneira de praticar o cotidiano, de reapropriar o produto final de toda ação de consumo para ressignificá-lo em uma nova estrutura (Ibid, p. 52). É a partir daí que se destaca o sujeito insubmisso, aquele que vai ressignificar, vai fabricar algo novo, daquilo que seria descartado. São os sujeitos que fogem da ordem, os que representam rebeldia, que tem a liberdade de trazer a sua contribuição, o sujeito ordinário.

As práticas culturais dos usuários da cidade podem ser melhores estudadas a partir do seu bairro. Este aparece como o lugar onde se manifesta um “engajamento social” ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, das proximidades e da repetição. (Idem, 1996, p. 39).

“O bairro é uma porta de entrada e saída entre espaços qualificados e o espaço quantificado.” O bairro surge como o domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja deslocar-se por ele a pé saindo de sua casa. Por conseguinte, é o pedaço atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma caminhada, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência. (op cit, 1994, p.41)

De acordo com Certeau, o bairro constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano no qual ele se sente reconhecido. É a sua identidade, o seu

pertencimento com o lugar. O bairro é o espaço de uma relação com o outro ser social, efetuando um ato cultural, como sair de casa e andar na rua, seria trazer significações para o lugar. O fato de pertencer a um bairro, quando corroborado pela pertença a um meio social específico, vem a ser uma marca que reforça o processo de identificação de um grupo determinado. (Ibid, p. 84). É uma apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública. As relações construídas no espaço tornam-se não apenas objeto de um conhecimento, mas o lugar de um reconhecimento.

Por conseguinte, a prática do bairro é totalmente tributária do “resto” da cidade, centro ou subúrbios modernos. É que o bairro é muito restrito para assumir a totalidade do desejo urbano. [...] Tem portanto necessidade de “outros lugares” dos quais os usuários possam usufruir para enriquecer seu domínio do espaço urbano em geral. Mas é também esta diferença de prática que o bairro retira um acréscimo de identidade.” (Idem, 1996, p.157)

Os moradores construíram uma significação para o espaço do conjunto, seja por meio de gestos, de memória, como por meio de práticas. Como Certeau destaca, são modos de fazer dos sujeitos, suas práticas criativas, como eles se utilizam do espaço, quais as suas convivências, os seus cotidianos. Enfim, o que tornou possível a vida no bairro por aqueles praticantes. Eles constituíram um conjunto de sentimentos que fizeram com que ocorresse uma ligação entre as experiências e a construção de uma memória coletiva, podendo até dizer, de uma identidade.

“As populações pobres, que vivem nas periferias das cidades, numa luta diária contra a falta de tudo, constroem representações, instituem um imaginário, perpassado também por essas experiências cotidianas.” (MONTENEGRO, 2007. apud SILVA, 2010, p. 62). A partir dessa construção, podemos refletir sobre o urbano, sobre as relações sociais, econômicas, subjetivas e políticas, que estão relacionados. Esta formação e apropriação do espaço urbano pelas pessoas que são apresentadas, os moradores, os sujeitos ordinários, refletem as contradições e desigualdades na sociedade, no entanto, são indivíduos que construíram métodos de sobrevivência, interferindo no propósito original da cidade, do bairro, mesmo que estes mecanismos sejam imperceptíveis.

Como Certeau (1996) aborda, as pessoas comuns tem uma grande capacidade de “inventarem” seu cotidiano com as “artes de fazer”, com formas astutas de criar resistências aos códigos sociais e de apropriar-se de espaços. Portanto, narrar o que foi

experimentado pelos moradores, o que lhes foi conhecido, reconstrói o território onde se desdobrou as “práticas cotidianas” desses sujeitos “ordinários”.

Visto que as considerações feitas por Michel De Certeau permitiram uma análise sobre a construção do bairro das Malvinas, as práticas dos moradores, além das suas vivências e experiências, como também as relações de poder e as formas de burlar o governo. São as experiências desses sujeitos que se apresentam como desenhos e narrativas que construíram a cidade e o bairro para si de uma forma singular.

CAPÍTULO 2: OS PERCURSOS DE ESPAÇOS: CARTOGRAFIAS DAS MALVINAS POR MEIO DOS JORNAIS E DOS SÍMBOLOS DO BAIRRO.

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvidas. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se, sem documentos escritos...Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas... Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser o homem. (FEBVRE, 1989, p. 249 apud CABRAL FILHO, 2009, p. 19).

Com o surgimento da Escola dos Annales, o conceito de documento foi abrangido ocorrendo novas formas de abordagem da História, implicando assim em sua diversificação. Foi somente com essa abertura metodológica que podemos tratar as imagens fotográficas como documentos, e, “na senda aberta por Jaques Le Goff, também como monumentos, na medida em que essas imagens são ‘o resultado direto do esforço de sociedades históricas para imporem-se no futuro, voluntária ou involuntariamente” (Idem, p. 20). Permitindo pensar a imagem fotográfica como uma documentação possível de pesquisa histórica.

Segundo KEM (2005, p. 7 apud, MONTEIRO, p. 11), desde seu início a imagem esteve relacionada à representação e à noção de imitação do real. A imagem emerge de uma troca simbólica e de um simulacro fabricado para enfrentar a destruição provocada pela passagem do tempo, agenciar a memória, manter a coesão social e, também, exercer o controle político.

A fotografia é uma convenção do olhar e uma representação de um olhar sobre o mundo, portanto, as imagens são passíveis de múltiplas interpretações, tanto pelo meio pelo qual elas circulam como pelos olhos de quem as contemplam. Por isso, para interpretar as imagens é necessário a compreensão e a desconstrução do olhar fotográfico. Faz-se por meio de uma discussão teórica-metodológica que vai permitir formular os problemas históricos e visuais. Nesse sentido, as renovações ocorridas por meio dos novos problemas e abordagens vão renovar as pesquisas históricas.

Entretanto, ao utilizar a imagem fotográfica como fonte deve-se levar em conta sempre o seu processo de construção, porque a imagem fotográfica é um documento criado e construído. Assim, a relação documento/representação é indissociável. Para o autor, a realidade da fotografia não corresponde necessariamente à verdade histórica,

apenas ao registro expressivo da aparência. “A realidade da fotografia reside nas múltiplas interpretações, nas diferentes leituras que cada receptor dela faz num dado momento; tratamos, pois, de uma expressão peculiar que suscita inúmeras interpretações” (KOSSOY 2002, p. 38 apud SONEGO, 2010).

Em seu texto sobre a cidade de Campina Grande em imagens, CABRAL FILHO (2009, p. 23) aborda que “Falar em imagens é falar em representações, e o homem sempre sentiu necessidade de representar a si próprio e o mundo em que vive ao produzir imagens – alegóricas, nos seus primórdios, e analógicas, posteriormente”. As imagens, portanto, acompanham o processo histórico do ser humano e de sua sociabilização desde a pré-história e perpassam a vida distinguindo o que é visível e o invisível.

Além do mais, as cidades, desde o surgimento da fotografia, constituíram-se como um tema de predileção dos fotógrafos. As cidades passando por novas modificações urbanas e sociais, que abarcavam o setor viário, a instalação de sistema de esgotos e água, reconstruções de edificações públicas e privadas, de ruas, as aberturas de avenidas, construções de parques e jardins; eram mudanças que configurava os ideais de modernização, civilização e progresso.

As imagens produzidas especificamente para documentar essas transformações se prestaram ao atendimento a demandas de administrações públicas que, prontamente, delas fizeram uso político: para além do seu caráter informativo, testemunhas tidas e havidas como incontestáveis dos acontecimentos em curso, elas foram úteis para o que podemos chamar hoje de espetacularização midiática. Não foi sem motivo que essas administrações fizeram esforços no sentido de criarem departamentos na sua estrutura burocrática com o objetivo de produzir imagens *oficiais*. (Ibid, 2007, p. 212)

As reformas urbanas ocorridas nas cidades a partir do século XX foram documentadas através das imagens fotográficas. Cidades como Recife e São Paulo produziram álbuns oficiais da cidade com o intuito de destruir os espaços urbanos vinculados à ideias de atraso e incivilidade e dar vazão à utopia de cidades modernizadas.

Em Campina Grande, não se fala de um projeto para a produção de imagens com interesses administrativos como no caso das cidades anteriormente citadas, mas a maioria são resultados de atividade de admiração dos fotógrafos. Além de que a modernização de Campina Grande, nas primeiras décadas do século XX foi constituída de equipamentos urbanos numa cidade fisicamente pequena ao mesmo tempo em que os

símbolos de modernização conviviam com as tradições e as suas dificuldades sociais e econômicas.

De acordo com BOURDIEU (idem, 2005, p. 08), “o que é fotografado e o leitor da fotografia apreende, não são propriamente os indivíduos, em sua particularidade singular, mas os papéis sociais...”. Na verdade o pesquisador busca o conflito, aquilo que não está explicitado ou, pelo menos, que não está evidente nas imagens; procura as razões e os significados dessas imagens, a que representações elas poderão conduzir.

As imagens nos fazem refletir sobre o contexto da cidade, as suas características, considerando também os seus habitantes. Assim, a análise das fotografias como documentos permite uma aproximação das práticas sociais, dos conflitos, do cotidiano dos sujeitos. No entanto, temos que ter em mente que as imagens são também produzidas com intencionalidades, são produtos de um meio social e que são reproduzidas para uma sociedade.

Portanto, o objetivo principal deste capítulo é identificar o lugar do bairro e o uso que dele faziam os jornais da época e os ocupantes do conjunto. Buscamos compreender a diversidade de olhares e práticas que se articularam em torno do espaço e as significações que se criou das Malvinas, tanto para os moradores como para os Campinenses.

2.1 “INVADIRAM O CONJUNTO DA CEHAP EM BODOCONGÓ”¹⁸

“A cidade sempre se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de se enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente. Assim, o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam” (PESAVENTO, 2007, p. 16)

Os conjuntos habitacionais da década de 1980 foram geralmente construídos nas periferias, devido às extensas áreas que permitiam a construção em escala e o baixo custo do solo. Portanto, o processo de periferização também se desenvolveu em função do crescimento e adensamento das cidades e do processo de especulação imobiliária do momento. A preocupação principal foi o barateamento das construções deixando em segundo plano a qualidade das habitações e a habitualidade o que provocou uma série

18 Trecho tirado da notícia do jornal Gazeta do Sertão;

de problemas para os moradores e também para as prefeituras, responsáveis pela implantação da infraestrutura. (BONATES, 2009).

Um exemplo do conjunto habitacional sem estrutura foi o Álvaro Gaudêncio de Queiroz, que permitiu que pessoas habitassem sem ter condições mínimas para se morar, sem planejamento governamental e sem recursos do município. O conjunto tomado por pessoas que desejavam uma casa própria.

Nos jornais pesquisados sobre as notícias da ocupação do conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz há uma ênfase exagerada sobre o acontecimento por ser um caso envolvendo populares. Pessoas simples, ditas, do povo. Estas incidências de notícias poderia levar o leitor imaginar que aquela ocupação foi dada por violências, por criminalização e que, as favelas e conjuntos habitacionais estão relacionados com os pobres, ou seja, moradores das favelas e dos bairros populares de periferia.

Essa hipótese foi levantada justamente por causa da marcante recorrência de matérias envolvendo os moradores do conjunto em situações não amistosas ou perigosas, como disputas, animais selvagens dentro do conjunto, casas sujas por causa da falta de infraestrutura básica, demonstrando o acontecimento como algo ilegal, perigoso.

As fotos que eram publicadas nos jornais demonstravam para o público campinense de que a multidão disputavam as casas, brigavam, traziam o caos para a cidade, pois estavam cometendo algo que ia de encontro com as regras sociais. A imagem jornalística encontrada na Gazeta do Sertão nos faz refletir sobre como era representado o acontecimento no conjunto.



Figura 9 Gazeta do Sertão, 27 de março de 1983, p. 01

Pode-se pensar sobre como se era colocada a imagem de uma forma que a sociedade visse como algo que não era apropriado. Essa multidão estava tomando posse de algo que não os pertencia e disputando essas casas entre eles. Ao mesmo tempo que na imagem demonstra semblantes de felicidade em rostos identificáveis pela imagem. Vemos crianças, homens e mulheres conversando e não há uma imagem nitidamente de disputas. Os ocupantes estavam alegres em possuir sua casa própria, em conquistar uma moradia para sua família.

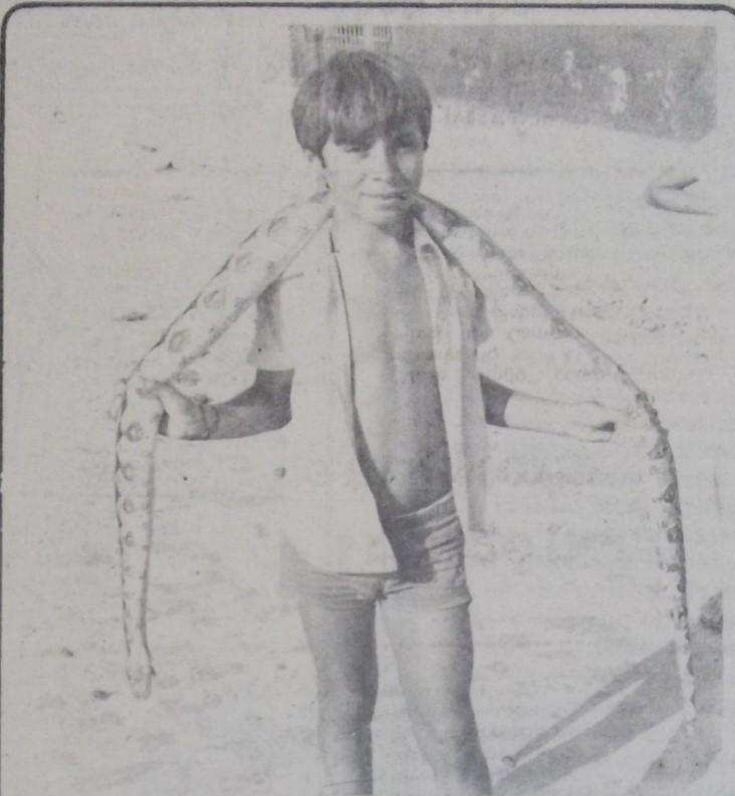
Havia certa seleção de casos a serem explorados pela mídia, ou seja, aqueles que trariam maior repercussão e, conseqüentemente, tornaram a venda do jornal mais lucrativa.

Ao analisarmos a linguagem utilizada em algumas matérias dos jornais, percebemos que há uma preocupação metodológica em manter certa aproximação com o leitor através do emprego de termos presentes no cotidiano das pessoas, abstendo-se de uma linguagem formal, em muitos casos, até mesmo para causar mais impacto ao relatar o ocorrido. Esta característica aparece, na maioria das vezes, nas manchetes das matérias, o que confirma nossa hipótese de que este apelo por uma linguagem coloquial e, de certa forma escandalosa, tem como maior objetivo atrair e impactar o leitor.

Assim, temos alguns exemplos de manchetes dos jornais Gazeta do Sertão¹⁹ e do Diário da Borborema que fazem este tipo de jogo de palavras e sentidos, ora para enfatizar a violência, ora para, supostamente, facilitar o entendimento ou uma aproximação com o leitor popular através de uma linguagem marcadamente coloquial.

Na imagem seguinte, a Gazeta do Sertão traz uma reportagem de uma criança com uma serpente nos ombros, com a intenção de chamar o leitor para a notícia como para enfatizar sobre a preocupação da vivência dos ocupantes com animais considerados selvagens.. São jogos de palavras, sentidos, imagens, que objetiva mostrar para os outros moradores campinenses do quanto prejudicial foi esta invasão.

¹⁹ Em 25 de maio de 1981, quase 100 anos após ser fundado, a Gazeta do Sertão retornava as suas atividades. Com a direção de Edvaldo do Ó, na liderança de um grupo formado por Alberto Macedo, Silas Marinho e José Luis Júnior, o jornal tinha como proposta ser "reivindicatório", como bem disse Itan Pereira em sua obra "Edvaldo do Ó: Um Tropeiro da Borborema". Na mesma obra, Itan cita os valores que o jornal revelou: Helder Moura, William Monteiro, Severino Medeiros, Maciel Gonzaga, Jesimiel Ferreira, entre outros. Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com/2009/10/gazeta-do-sertao.html#.XCVoS1V7ldh>. Acesso dia 20 de Novembro de 2018.



O garoto segura uma das espécies, abatidas ontem, pelos ocupantes do conjunto "Álvaro Gaudêncio".

Serpentes invadem o conjunto

Além das vicissitudes emanadas da total falta de estrutura, os ocupantes do conjunto deputado Álvaro Gaudêncio, invadido em Bodocongó, descobriram um perigo a mais à saúde: o núcleo está infestado de cobras, inclusive salamanta, que atraídas pelo barulho provocado no dia-a-dia pelos moradores, estão deixando a densa vegetação próxima e penetrando no conjunto.

Ontem, as crianças abateram umas quatro espécies, inclusive uma salamanta de quase dois metros, que serpenteava calmamente próximo a um grupo de crianças, preparando o bote fatal. Os moradores das casas que ficam próximas ao matagal estão numa espécie de alerta permanente, devidamente acompanhados de porretes, para, paradoxalmente, evitar a invasão dos ofídios e a conseqüente baixa entre os ocupantes.

Figura 10 Gazeta do sertão - 10 de abril de 1983 (3) Serpentes invadem o conjunto

Na descrição da notícia, abaixo da imagem, é relatado sobre quatro espécies de serpentes que foram abatidas no conjunto e a que está na fotografia foi caracterizada como a que estava pronta “para dar o bote”. Além do título bastante chamativo sobre a “invasão” das serpentes ao conjunto, nos fazendo associar com a invasão do conjunto pelos moradores²⁰.

A imagem da criança exposta no jornal exigindo a serpente como um troféu nos possibilita a refletir de que havia também uma intenção de demonstrar que um ser considerado inocente, uma criança, não tem a capacidade de compreender o risco que corria, ignorando o perigo.

O texto que acompanhava a imagem também traz consigo um apelo midiático sobre o conjunto com a intenção de tentar, de certa maneira, assustar os possíveis interessados em adentrar o conjunto, destacando também que a linguagem dos jornais estavam de acordo com o período vivido na década de 1980, o período militar.

O Núcleo está infestado de cobras, inclusive Salamanta, que atraídas pelo barulho provocado no dia-a-dia pelos moradores, estão deixando a densa vegetação próxima e penetrando no conjunto. [...] Os moradores das casas que ficam próximas ao matagal estão numa espécie de alerta permanente, devidamente acompanhados de porretes, para, paradoxalmente, evitar a invasão dos ofídios e a consequente baixa entre os ocupantes. (Gazeta do Sertão, 10 de Abril de 1983)

Era uma visão de que o alerta dos moradores era para evitar que viessem mais serpentes e evitar a “**consequente baixa entre os ocupantes**” (grifo nosso). Ou seja, essa baixa pode ser considerada como relatos de “mortes” entre os moradores do local ou pela dispersão de ocupantes por causa dos animais “perigosos” encontrados, trazia portanto o questionamento de quem ainda seria tão inocente ou corajoso para continuar neste local e tão próximo de animais considerados perigosos.

No entanto, eram os moradores que estavam invadindo o ambiente dos animais, pois a partir do momento que se construíram as casas no local em que era uma mata, reduziu o habitat dos animais, e quando se começa a ocupar as casas, os animais que estavam ao redor das casas começam a serem capturados.

Em outra reportagem da Gazeta do Sertão (06 de Abril de 1983) intitulada “Perigo de Epidemia ronda o Conjunto Álvaro Gaudêncio”, o jornal destaca o local

20 As casas habitacionais foram construídas próximas à mata conhecida como a mata de “Dona Mariquinha” e que acabava tendo cobras e outros animais que são considerados não tão frequentes em áreas urbanas.

como um espaço cheio de sujeira, dejetos depositados nos quintais como de animais, com odor desagradável, ou seja, um lugar que não tem condições de habitação.

“Porcos e galinhas, além de gatos e cachorros, já se misturam com as milhares pessoas que invadiram, há 11 dias, o Conjunto Álvaro Gaudêncio, em Bodocongó. Na maioria dos quintais, já é grande o número desses animais que estão contribuindo para aumentar a sujeira e provocar doenças, principalmente nas crianças, já que aquele núcleo habitacional não possui ainda qualquer infraestrutura para ser habitado, gerando perigo de epidemia.” (Gazeta do sertão - 06 de abril de 1983 (6) Perigo de Epidemia ronda o conjunto álvaro Gaudêncio)

Além dos animais, a reportagem afirma que praticamente todas as casas já estavam sujas do conjunto, pois os ocupantes riscaram as paredes das casas para indicar que já havia proprietário, além de também servir de identificação para os próprios moradores. As notícias que eram descritas sempre tem a preocupação de alarmar sobre o perigo que rodeava o conjunto ocupado. Na figura de número 10, a criança com a cobra que foi abatida tenta representar que um ser frágil, a criança, não tem a noção do perigo que estar correndo convivendo com animais perigosos.

As notícias acompanhando os dias dos moradores do Conjunto tinham a intenção de passar para a sociedade campinense de que o conjunto não tinham a condição de serem ocupados, que mesmo com o local cercado por policiais, por animais perigosos, por sujeira e dejetos, com pouca água e sem luz, ainda havia pessoas que continuavam naquele local inóspito.

As pessoas que estavam naquele conjunto eram tidas como moradores que estavam excluídos da sociedade campinense, como afirmava o jornal Gazeta do Sertão, “Já que a maioria dos invasores nunca teve mesmo uma vida civilizada em termos urbanos, andar a pé está sendo a única saída. Quem está tendo grandes problemas são aquelas pessoas que trabalham no centro da cidade e que residiam em bairros próximos” (06 de abril de 1983). Ainda é destacado pelo jornal de que a maioria dos “invasores” não tinha empregos certos ou nunca trabalharam, não tendo condições de pagar as prestações das residências, “Tem gente que pede esmolas pelo meio da rua. Eles não sabem a finalidade do conjunto e entraram aqui por ver os outros entrarem (...)” (idem).

O empenho da imprensa local, como um veículo midiático de intencionalidades, seria um recurso para justificar as políticas das autoridades, sistema governamental, de encontrar meios para retirar as pessoas das casas ocupadas considerando a importância da saúde pública.

No entanto, no período de 1960 a 1980, não houve melhoria da qualidade de vida para a maioria da população carente da cidade de Campina Grande. Isso se deve às ações das políticas públicas de entender a pobreza e a periferização das cidades como uma questão demográfica, ou de simples desequilíbrios nos investimentos. O problema era e ainda é de ordem política e social. Esses processos se intensificaram devido à maneira como os possuidores dos meios de produção se apropriaram das melhorias promovidas pelo Estado, e as medidas mitigadoras, como o IPTU progressivo, foram adiadas, em benefício das elites de especuladores e industriais da cidade.

A leitura que o jornal queria passar era de que as pessoas que moravam naquele local já eram pessoas que não tinham uma vida civilizada, ou seja, não estavam inseridos na margem social de moradores que moravam no centro da cidade ou bairros próximos, que eram tidos como os bairros de concentração da elite campinense.

Ademais, como afirma CHALHOUB (2001 apud SOUZA, 2013), “cada história recuperada através dos jornais [...] é uma encruzilhada de muitas lutas: das lutas de classe na sociedade, lutas estas que se revelam na tentativa sistemática da imprensa em estigmatizar os padrões comportamentais dos populares – estes “brutos”!”. Vemos, a partir das observações deste autor, que a linguagem jornalística cria estereótipos sociais, pois que acaba por associar a violência e o gosto por ela aos populares, pessoas de nível educacional “inferior”, como se fosse algo inerente ao pobre e somente a ele o envolvimento recorrente em situações não amistosas.

Assim, atribui-se ao povo o desejo, a ânsia pela violência, e ao jornal o papel de satisfazer este desejo quase que “natural” deste grupo social. Enfim, o bordão que se adota neste tipo de discurso é “dar ao povo aquilo que ele quer”. Ou seja, para as pessoas que liam a notícia viam e queriam muitas das vezes ver o bairro como um local marginalizado, pois fora ocupado por principalmente pessoas sem nenhuma condição financeira e/ou que moravam em casebres em bairros pobres da cidade de Campina Grande.

2.2 AS REIVINDICAÇÕES REALIZADAS NO CONJUNTO

De acordo com Bordieu, o que é fotografado e o que o leitor da fotografia apreende não são propriamente os indivíduos, em sua particularidade singular, mas os seus papéis sociais. (CABRAL FILHO, 2009, p. 97).

O pesquisar nos faz refletir criticamente sobre os fatos analisando o que está implícito ou não está explicado nas imagens. Ele procura as razões das imagens e as suas significações, as representações que podem conduzir. E a atribuição de significado das fotografias passa por um conhecimento do processo de construção das realidades sociais responsáveis pela produção da imagem examinadas.

Como mencionado outras vezes, a imagem fotográfica não pode e nem deve ser vista como reprodução exata da realidade, mas como uma fonte que nos permite interpretar o meio que foi criada e extrair assim, significados.

Compreendendo que estas imagens discutidas no presente trabalho não são a reprodução da realidade, mas também compreendemos que elas podem nos aproximar da realidade permitindo refletir sobre uma determinada realidade social que, foi cartograficamente planejada para o conjunto, mas que pode ser lidas também como um símbolo de resistência de uma população afeita a certas práticas e estratégias de sobrevivência cuja práticas de reivindicações e identidades próprias demonstrava a criação da cartografia desejada do conjunto Álvaro Gaudêncio.

No dia 06 de abril de 1983, foi formado um comitê para reivindicar melhorias para o conjunto, reunindo grupos religiosos, líderes sindicais e comunitários campinenses, além de estudantes universitários e integrantes da Comissão de Justiça e Paz da Diocese local, que tentavam expor as dificuldades enfrentadas pelos moradores como forma de lutar pelos direitos deles.

Quanto ao problema gerado com a ocupação das casas do Conjunto Álvaro Gaudêncio, o Comitê aprovou diversas denúncias praticadas contra os ocupantes (escavações de valas, reforçamento das cercas do arame farpado), configurando que o tratamento dado ao conjunto é verdadeiramente de um campo de concentração. Além disto, continua a proibição de entrada de carros no conjunto, mesmo quando transportando doentes. Qualquer reunião de moradores continua sendo proibida²¹. (Jornal da Paraíba, 06 de abril de 1983).

Esse comitê declarava que os moradores do conjunto viviam como fosse um campo de concentração por estarem cercados de policiamento que impedia a entrada de pessoas, e também, denunciava o descaso do governo em ajudar os ocupantes proibindo as reuniões de moradores. Por isso, tentava um melhor tratamento por parte das autoridades locais para que se tivesse uma assistência social. Eram nessas autoridades

21 Comitê de Apoio aos Ocupantes do Conjunto Álvaro Gaudêncio e aos Camponeses de Alagoa Nova

que os ocupantes ainda encontravam apoio para continuarem lutando pelas casas, como o morador do conjunto MIRANDA (2015) fala,

Ai quando entra organização foi nesse período, começaram a vir ajuda a gente, então da CULT, veio o pessoal da CENTRAC, só não sei onde está esse pessoal hoje. Era um grupo de apoio comunitário, eles davam apoio a esses movimentos populares. Eram um pessoal ligado à CULT, ligado ao PT, ligado ao PCdoB, era um pessoal que vivia dando esse apoio à esses movimentos populares, e começaram a se organizar aqui nesse sentido.

Havia o comprometimento destes grupos externos no movimento pelas casas do Conjunto, como pode ser reafirmado na entrevista do historiador Gervácio Batista Aranha²² para a TV Itararé,

(...) muitos interlocutores externos se engajaram nessa mobilização... líderes comunitários, de comunidades eclesiais de base, gente de esquerda, do PT, que na época era bem atuante, do PCdoB, a imprensa fez toda a cobertura na medida em que houve repercussão, isso amordaçou um pouco a repressão, porque, afinal de contas, tinha que fazer essa repressão diante das câmeras, e nisso, o movimento foi ganhando força.

A repressão tinha que ser notada como algo que estava sendo feita por causa da “ousadia” dos indivíduos que foram se alojar no Conjunto. E, com a contribuição das organizações, os moradores conseguiram conquistas, e, melhorias na questão da disciplinarização imposta pelo governo.

Os espaços utilizados na comunidade adquirem para seus moradores um significado próprio, revelando o sentimento de luta e conquista específico neste conjunto. A existência dos espaços públicos depende do significado que a comunidade lhe concede, o qual está, na maioria das vezes, ligado às formas de apropriação e ao seu uso no cotidiano, tornando-se referencial para o lugar. (LEMOS; DANTAS, 2009, p. 69).

Esse referencial se destaca na forma de como os moradores do bairro agem em busca de seus ideais coletivos reivindicando seus direitos. Tal postura é vista nos objetivos e protestos de melhoria no conjunto, como, por exemplo, nas reivindicações dos moradores sobre a falta de água dentro do Conjunto.

22 Vídeo do acervo de matérias do Programa Diversidade, da TV Itararé de Campina Grande (afiliada a TV Cultura), ano de 2009. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=jAn0uVAQxR0> Acesso em 30/05/2018.



Figura 11 Reivindicação da água no bairro das Malvinas. Acervo de João Batista Miranda.

O serviço que era prestado pela CAGEPA (Companhia de Água e Esgoto da Paraíba), na época, provocara protesto nos moradores, pois eram disponibilizados alguns carros pipas para fazer o abastecimento de água no conjunto, que era o principal protesto dos moradores, por causa das brigas causadas, como ter que ficar esperando o carro pipa chegar. Mas que havia também as reivindicações quanto ao sistema de esgoto do conjunto.

[...] É... Foi feita uma grande passeata com baldes na cabeça até o centro pedindo água ao prefeito, ao governador. Foi uma grande comissão à João Pessoa, para falar, na época com Wilson Braga, o governador na época, aí começou essa organização, começou a tomar fôlego, tomar pé a coisa, e foi criada a Associação que hoje existe do outro lado. [...] (MIRANDA, 2015)

Um das ações dos moradores foi formar a Associação de moradores do bairro, que teve como primeira representante a Sra Rivonise Araújo, que junto aos demais moradores do conjunto, protestava contra o tratamento dado aos populares, além da formação dos movimentos de reivindicações da melhoria da infraestrutura, como as realizações de reuniões e acordos com o governo.

Líderes religiosos também participaram do movimento, como os integrantes da Comissão de Justiça e Paz da Diocese local, e que propiciaria a presença religiosa no local. O início da invasão/ocupação se deu durante a Semana Santa, ocorrendo uma celebração de missa dentro do Conjunto, no dia 27 de março, contando com a presença do bispo Dom Luiz Gonzaga Fernandes.

A igreja entrou numa procissão numa semana santa. [...] e a primeira missa que houve aqui foi campal, ao lado do colégio Otávio Amorim, que na época tinha uma estrutura de construção da CEHAP. A primeira missa e o primeiro batizado com o bispo Dom Luiz Gonzaga, que ele batizou o primeiro menino daqui das Malvinas. [...] a primeira missa do Dom Luiz, daí que ele entra na história, o baluarte aqui do nosso movimento. [...] com a grande procissão com ele aqui, com a Malvinas todinha, aí abriram as porteiças, essa procissão abriu todinha, aí ficava só uma parte aberta, aí os carros entravam, aí começaram a entrar mais, aí com a procissão... mas a procissão foi praticamente ela só que pressionou a abertura das porteiças, uma pressão moral né? Sem autoridade nenhuma, só a força popular, força espiritual, do movimento. Aí acabaram deixando para lá, aí abriram as porteiças. Ibid, 2015)

No acervo que o senhor João Miranda possui, há também uma reportagem sobre a primeira missa realizada no Conjunto, em um campo conhecido como campo do Guarani, a sombra de um Juazeiro, evento que reuniu cerca de 02 mil pessoas, que após a missa saíram em procissão cortando o Conjunto. (SILVA, 2008).

Neste mesmo dia também foi realizado o batizado da primeira criança nascida no conjunto, que recebeu o nome de Álvaro em homenagem ao local.



Figura 12 Primeira missa no Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz. Acervo de João Batista Miranda

Segundo o morador João Batista Miranda, “A Igreja que se juntou com a Associação, ai pronto, a Associação começou a dar mais frutos, dar resultados e conquistas, por exemplo, o calçamento, a pavimentação das ruas, porque as ruas eram tudo sem calçamento, era esburacada[...]” (2015). Foi a partir dessas mobilizações com apoio de uma população externa, tanto do Comitê quanto da igreja, que, por meio de embates políticos permitiram uma maior flexibilização do policiamento. É relatado por algumas pessoas que esta procissão foi uma maneira de que a população ajudasse os moradores trazendo alimentos e recursos necessários para se manterem no lugar.

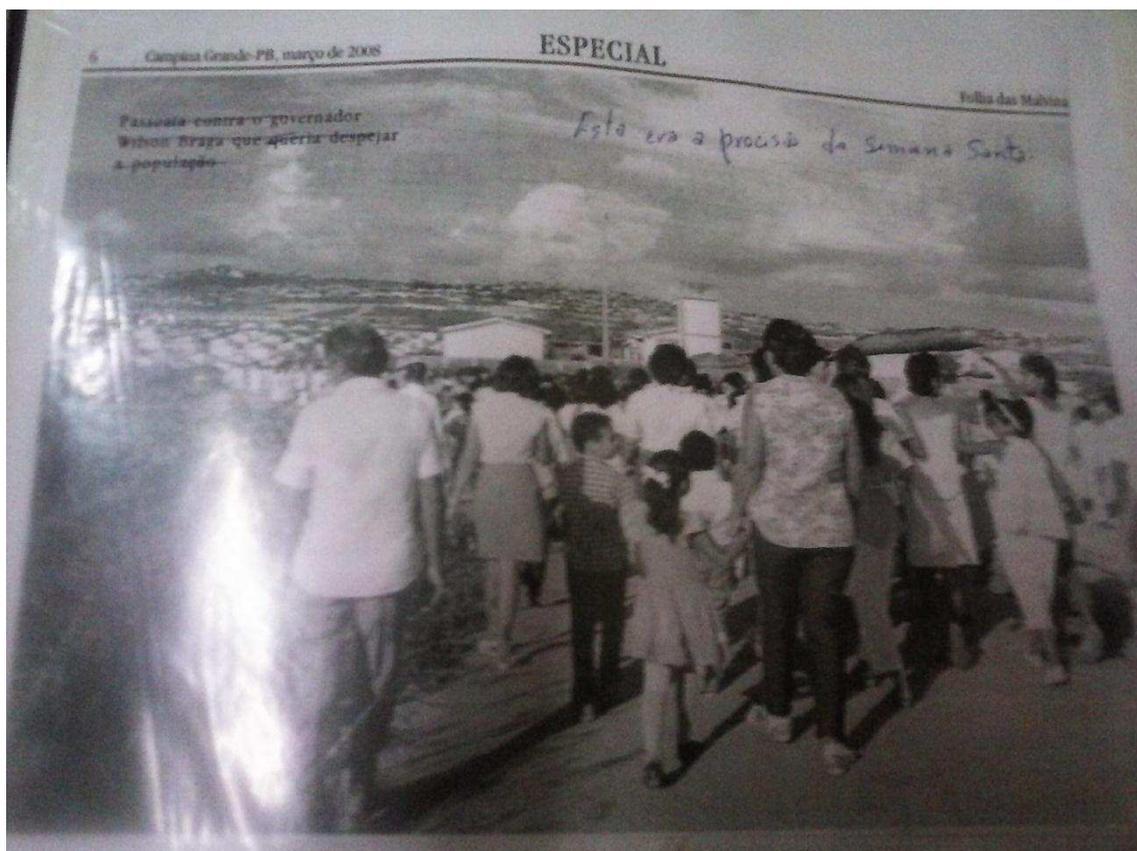


Figura 13 Procissão da Semana Santa. Acervo de João Guimarães.

Havia algumas intencionalidades também por parte das igrejas em ajudar. Seja para conquistar mais fieis, seja por motivos políticos também. Mas que essa instituição também propiciou para o movimento ganhar mais força e a repressão ser diminuída.

Não seria mais possível retirar os moradores do conjunto, já que o movimento foi tomando força, tanto popular, como ajuda política, principalmente de políticos que eram contra o governo de Wilson Braga²³. Então, a solução seria fazer um cadastramento e flexibilizar o Conjunto, já que a invasão já era considerada consolidada, como é divulgado no jornal.

Os poderes públicos vendo que o bairro não seria desocupado, começou a realizar o cadastramento dos moradores junto à CEHAP para saberem quantas pessoas e as suas rendas para pagarem as casas.

Os moradores do bairro das Malvinas conseguiram que a CEHAP promovesse o cadastramento deles, tendo assim, o direito legalizado pelo Estado. Foi em 1984 que o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal iniciaram no Conjunto a implantação de

23 Wilson Leite Braga, político no período da invasão/ocupação do Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio de Queiroz, ocupava o cargo de governador do Estado da Paraíba, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

sua infraestrutura, inicialmente com energia elétrica e, posteriormente, com água encanada e construção de escolas estaduais.

2.3 “OH MALVINAS QUERIDA, TU É FRUTO DE UM POVO HERÓI.”²⁴: AS RELAÇÕES ENTRE O ESPAÇO E AS SIGNIFICAÇÕES DO CONJUNTO ÁLVARO GAUDÊNCIO DE QUEIROZ.

Havia inúmeras relações e resignificações que transformaram o bairro não só em um local de moradia, mas de reconhecimento de afetividade, de identidade. Este reconhecimento se torna possível por que a “vida cotidiana está baseada em uma espécie de convenção coletiva” (CALDEIRA, 1984). Dentre essas resignificações e vínculos criados pelos moradores, que, com criatividade e sentimento de pertencimento construíram uma bandeira como algo que ficaria na memória deles e como um símbolo para o bairro que demonstraria a sua luta.

Considerando algumas imagens de jornais sobre o bairro das Malvinas em que versam sobre a ocupação do lugar e como este espaço era representado na mídia para o restante da sociedade campinense. Como contrapartida compreendemos a imagem da bandeira e o hino do bairro como uma forma de demonstrar uma população totalmente diferente do que se estava sendo representada.

O processo urbanístico apresenta uma forte relação com o espaço e o tempo, onde suas características e nuances adquirem novos significados cada momento, tanto espacial como temporal. Sendo assim, os sujeitos que dialoga com esse espaço estabelece uma relação de interação e uma apropriação do mesmo.

²⁴ Citação retirada do hino das Malvinas.

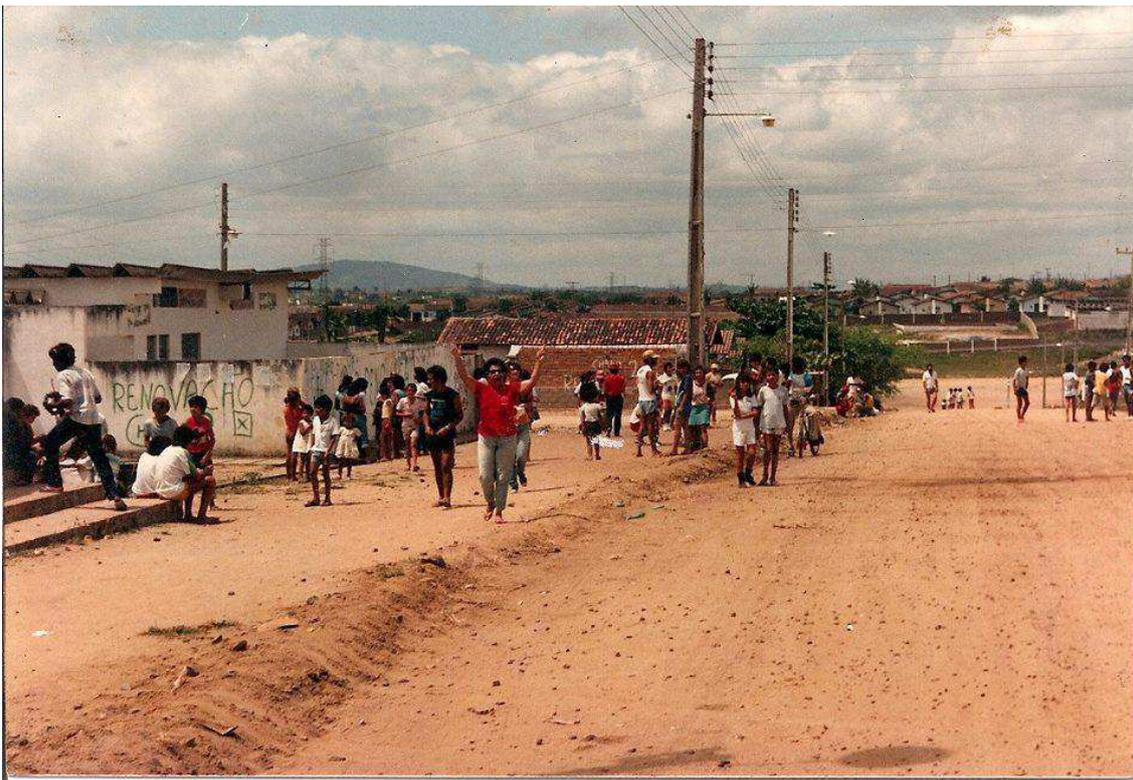


Figura 14 Imagem do Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz. Acervo da Associação de Moradores das Malvinas. Sem data.

Como afirmado por CERTEAU (2003, p. 84), “O fato de pertencer a um bairro, quando corroborado pela pertença a um meio social específico, vem a ser uma marca que reforça o processo de identificação de um grupo determinado”. Os novos significados, suas apropriações, a identificação tanto do meio social, como na situação vivida se faz transformar uma nova identificação de espaço, de reconhecimento.

A imagem fotográfica demonstra essa nova visão que não é exposta pelos acervos jornalísticos. Vemos pessoas alegres, juntas, apropriando do lugar de forma amigável, solidária. Foram sentimentos construídos por uma rede de itinerários que perpassaram, quando vemos que já tinham a rede elétrica inserida.

Nesta outra imagem, registrada durante o processo ocupacional do conjunto, os moradores estavam construindo a igreja São Francisco de Assis, uma das primeiras igrejas do Conjunto. Podemos ver as casas ao fundo da imagem e os homens trabalhando na construção.

São estas práticas no bairro que enriquece a identidade de um espaço, onde encontra uma dinâmica interna capaz de satisfazer o reconhecimento de seus moradores. São, como afirma CERTEAU práticas de solidariedade, por o sujeito estar participando

de uma tarefa, na qual predominam os valores de identificação, pois a cultura urbana tem por fundamento uma prática das relações.



Figura 15 Imagem do Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz. Acervo da Associação de Moradores das Malvinas. Sem data

Existe continuidade entre a pertença social e o espaço urbano. Os espaços utilizados adquirem para os moradores um significado próprio, revelando o seu sentimento de luta e conquista presente no sentimento dos moradores do bairro das Malvinas. O sentimento de orgulho e de identidade para os moradores é representado nos aspectos simbólicos da sua bandeira, criada em um concurso realizado nas escolas do bairro, e na letra do seu hino, feito pelo poeta Adigelson Cavalcante, também ocupante do conjunto, e existe desde 1987.

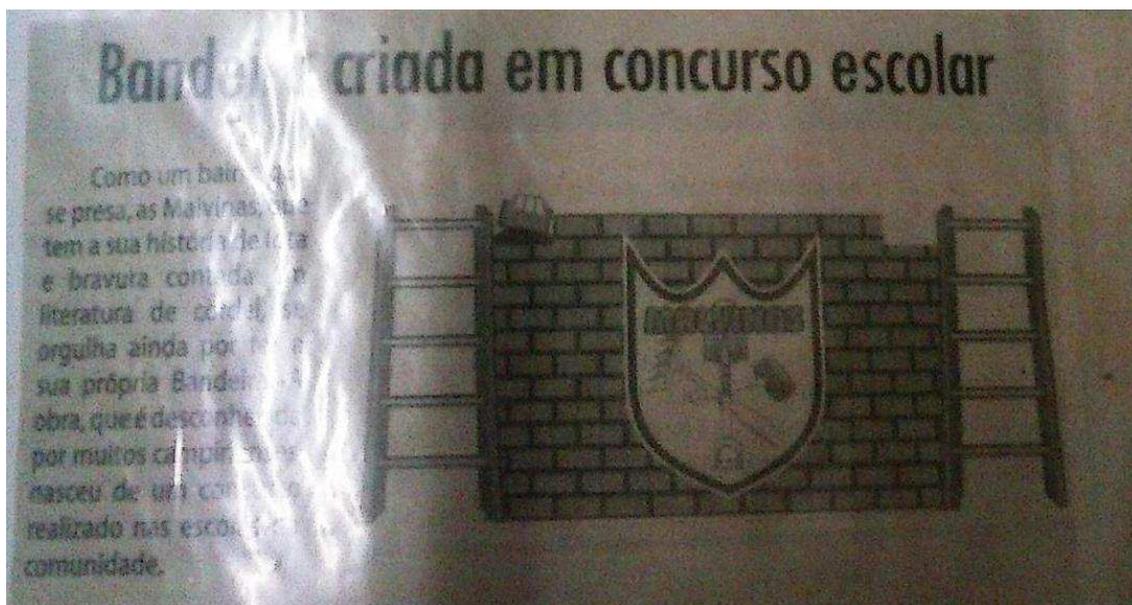


Figura 16 Bandeira criada em concurso escolar. Acervo de João Batista Guimarães.

A bandeira é um símbolo utilizado para representar tanto nações, como cidades e estados, e até mesmo bairros, famílias e organizações. Essas bandeiras podem representar qualquer ser, desde que o símbolo representativo seja reconhecido por meios legais ou tradicionais.

As bandeiras possuem símbolos de pertencimento, identidade cultural e histórica. E foi na união dos moradores que não se restringia apenas a uma diferenciação da comunidade, ou beneficiamento do local onde moravam, mas o sentimento que tinham de representá-lo em objetos que simulasse uma espécie de nacionalismo próprio ao Bairro das Malvinas. Nesta próxima imagem, podemos ver nitidamente as cores e a representação da bandeira.



Figura 17 Bandeira do Bairro das Malvinas. Acervo de João Batista Miranda.

A criação de uma bandeira para o conjunto teve um significado de configurar o lugar que era como uma pátria para eles, construindo uma identidade para o bairro. Os significados que os moradores deram foram: As escadas representam as duas porteiros que fechavam o conjunto, o muro era falta de interesse dos políticos em resolver a situação. O Escudo representa proteção, organização dos moradores; as ferramentas foram as maneiras que tiveram acesso ao conjunto e para fazer a limpeza das casas. E a mão representa a fé em Deus. (DABLIU A, 2007, p.03)

Este brasão na bandeira do conjunto lembra o brasão que representa São José Operário, na igreja católica, instituição que ajudou moradores a entrar com alimentos, a se manterem no espaço e que construiu a primeira igreja no conjunto.

O brasão de São José Operário representa o trabalho, dependendo da igreja se muda o formato do brasão, mas geralmente, se tem os mesmos elementos: a serra, o martelo e o prego, que representava o trabalho de José, a carpintaria, como podemos ver no brasão:



Figura 18 Imagem retirada do site da Paróquia São José Operário - Caçapava/SP
<http://diocesedetaubate.org.br/saojoseoperario/>

No brasão do bairro, há no centro as ferramentas: a pá, o martelo e ancinho como representação de limpeza das casas, do trabalho dos moradores. Podemos associar os dois brasões, devido à influência da igreja católica na ocupação do conjunto. Como também pode ser feito a representação do trabalho e das ferramentas utilizadas para o trabalho seja feito, seja por meio da carpintaria ou da limpeza do local dos ocupantes.

Os moradores do bairro sofriam preconceitos por estarem neste local, devido as reportagens que noticiavam como pessoas que estavam convivendo com sujeiras, que eram pessoas marginalizadas. Como na fala do seu João Miranda, até os ônibus não chegavam até o conjunto.

“Abriram as porteiras, foi no período que praticamente as porteiras ficaram abertas, por que antes ficavam fechadas mesmo, até os ônibus mesmo, você vinha do centro até o cruzeiro, ai ficava lá no cruzeiro, ali perto do Caic, ai quem morasse por aqui vinha a pé, por dentro do mato; ai se viesse pelo lado de bodocongó, ficava ali naquela parada onde era a Pan Veiga, na rua do Cemitério de Bodocongó, ai ficava ali para vir a pé.” (MIRANDA, 2015)

O preconceito sofrido por serem moradores do Conjunto, de não terem apoio do poder público, além de terem uma estigmatização perante a sociedade, gerava uma série de impedimento, como até, a questão de transporte público, como foi ressaltado pelo

seu João Miranda. Então, eles se uniam para construírem uma identificação para eles, como forma de mostrar uma representação de lutas e conquistas.

A bandeira trazia os símbolos que se fizeram representações de um determinado local. Lugar esse que foi perpassado por conflitos, por dificuldades, mas que tinham a esperança de que iam ter conquistas. Quando a bandeira passa a identificar uma coletividade, ela começa a ter uma carga simbólica mais forte e mais emocional. “As pessoas continuam precisando se identificar com um grupo, e a bandeira é um símbolo enorme, é uma forma simples de expressar uma ideia muito complexa.” (ERBEZ, apud ALTARES, 2015)²⁵

Outro símbolo que representava a busca dos ideais coletivos e as suas significações foi o hino, que existe desde 1987, criado pelo morador do conjunto, o poeta Adigelson Cavalcante.

Por definição, originalmente um hino é uma canção destinada a honrar e louvar deuses ou heróis. Como tais, hinos integraram sempre os mais diversos processos cerimoniais comportando uma condição de ritual que, associados ou não a outros ritos, concorriam para o desenvolvimento do culto ao ente exaltado. Os hinos, assim entendidos, eram inicialmente destinados às práticas religiosas, mas com o tempo assumiram feições e funções políticas, inclusive com finalidades revolucionárias. (SILVA, 2017, p. 52)

Uma característica do hino é a sua capacidade de recriar uma temporalidade específica, de restabelecer vínculos, de reavivar um significado. “O hino, ao ser entoado, (re) conta uma história ou (re) transmite uma mensagem que faz lembrar porque se está na comunidade, assim como indica o que se deve desejar ser e o que tem valor, entre outras possibilidades” (Ibid, p. 52).

Ele também contribui para consolidar a identidade de um grupo social. Os hinos eram produzidos para enfatizar sentimentos de pertencimento de comunidades regionais e locais, portanto, o hino das Malvinas, se forma com estas características. Era um hino que trazia características de uma identidade social, o pertencimento ao local e que teve um reconhecimento com o processo histórico das Malvinas.

25 José Manuel Erbez, bibliotecário da Universidade de La Laguna e secretário da Sociedade Espanhola de Vexilologia (ciência que estuda as bandeiras), por sua vez, explica que “no final do século XVIII e início do século XIX surge a necessidade de identificar a nação com um símbolo e, dessa forma, surge a enorme carga simbólica das bandeiras”. In: ALTARES, Guilherme. 05 de Julho de 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/01/internacional/1435706029_139611.html Acesso dia 15 de Abril de 2018.

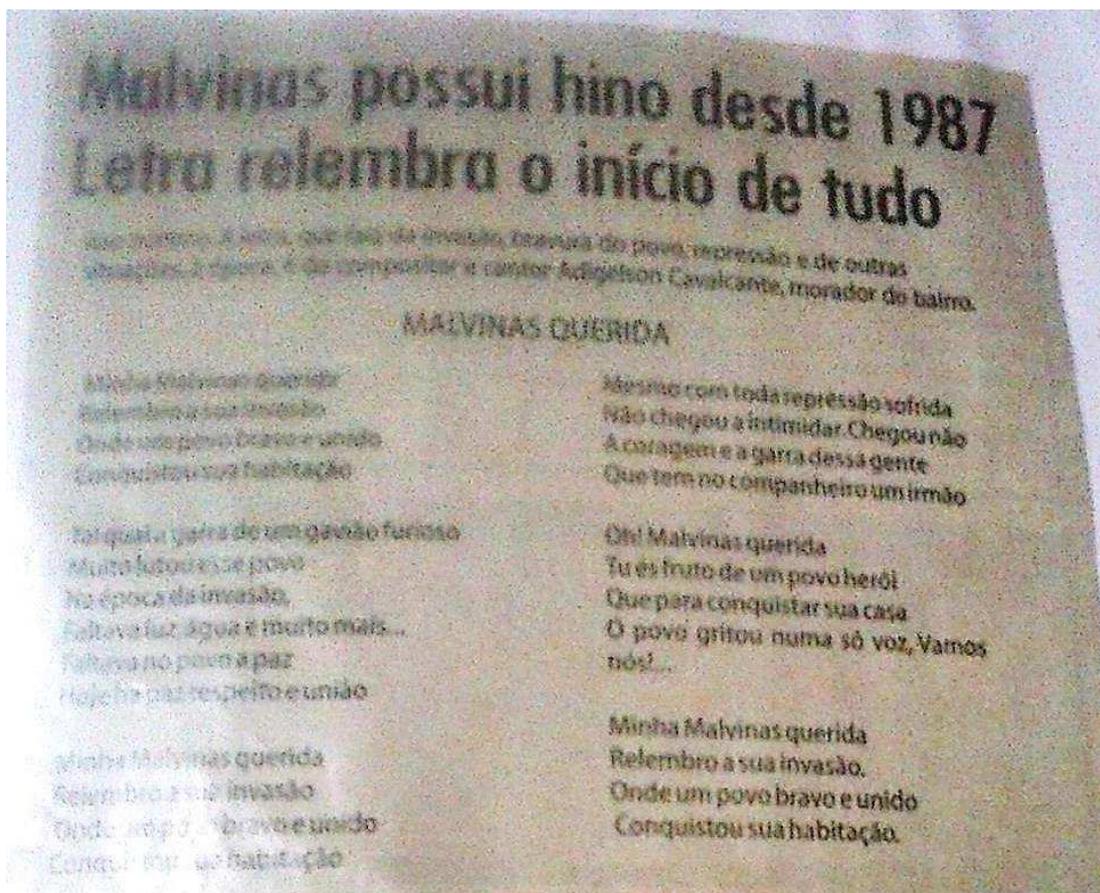


Figura 19 Hino das Malvinas. Acervo de João Batista Miranda.

<p>Minha Malvinas Querida Relembro a sua invasão Onde um povo bravo e unido Conquistou sua habitação</p> <p>Tal qual a garra de um gavião furioso Muito lutou por esse povo Na época da invasão, faltava luz, água e muito mais...</p> <p>Faltava no povo a paz Hoje há paz respeito e união Minha Malvinas Querida Relembro a sua invasão Onde um povo bravo e unido Conquistou sua habitação</p>	<p>Mesmo com toda repressão sofrida Não chegou a intimidar. Chegou não A coragem e a garra dessa gente Que tem no companheiro um irmão</p> <p>Oh! Malvinas querida Tu és fruto de um povo herói Que para conquistar sua casa O povo gritou numa só voz, Vamos nós!</p> <p>Minha Malvinas querida Relembro a sua invasão. Onde um povo bravo e unido Conquistou sua habitação.</p>
---	---

O hino remonta ao que foi passado pelos moradores na época da ocupação do conjunto, trazendo características de como os moradores se viam, como um povo bravo e unido que lutaram para conquistar a sua habitação. Fala também das faltas que existiam, como o primordial que era o saneamento básico.

A forma de falar do bairro, como Malvinas querida, representa o sentimento de pertencimento e reconhecimento do lugar como um espaço de vivência, práticas cotidianas e de relações sociais. Atualmente ainda se passa nos jornais sobre o aniversário do bairro das Malvinas e que se passa o hino como forma de símbolo do conjunto Álvaro Gaudêncio.

As memórias de homens e mulheres que ocuparam o Conjunto ainda é bastante forte no bairro e também no contexto da cidade de Campina Grande. São pais, são avós de moradores do bairro, que mesmo não tendo participado, estão em constante presença com as lembranças dos que viveram. O bairro tem na sua marca a sua ocupação, e o orgulho dos que estavam inseridos em dizer que mesmo que tenha sofrido sem água, sem energia e sem saneamento básico, eles conseguiram a sua casa própria. “Era muito difícil, mas hoje é uma vitória, só tenho que agradecer a Deus por tudo. A gente sofreu muito aqui no começo, mas a gente teve a vitória.”(GUIMARÃES, 2015)²⁶.

Os sujeitos que participaram da invasão/ocupação do bairro e que ainda moram no lugar, mantem na memória as Malvinas que eles construíram para si, as suas vivências, e principalmente, mantém uma relação de afetividade maior com as memórias que guardam. Por mais que os moradores do bairro saibam da história não é tocado como os que vivenciaram.

Após alguns anos foi que a infraestrutura básica foi sendo implantada (MELO, 1988). As transformações urbanas no bairro eram necessárias, mesmo que utilizada politicamente para beneficiar nas eleições, mesmo que para os moradores foram frutos de conquistas, essas reformas urbanas, estão inseridas no processo de melhoria de habitação. No entanto, as reivindicações, as brigas para conquistarem, acelerou o processo.

O conjunto Álvaro Gaudêncio passou a bairro em 1987, através da Lei Municipal número 1.542, de autoria do então vereador Márcio Rocha, na administração

26 Citação retirada da fala da entrevistada Rejane Guimarães. Entrevista cedida à autora no dia 07 de Abril de 2015.

do prefeito Ronaldo Cunha Lima, que sancionou a mencionada lei²⁷ (MIGUEL e SILVA, 2007). Com o passar do tempo, o bairro foi sendo modificado produzindo novas paisagens, dando novas formas e sendo reorganizado por seus habitantes, o que faz com que os moradores ainda tenham, atualmente, um sentimento de pertencimento e de conquista, como o lugar da sua vida.

27 Quando o conjunto se torna bairro, em 1987, ele ganha o nome de Malvinas, relacionado à Guerra das ilhas Falklands, conhecida como Malvinas.

CAPÍTULO 3: AS LEMBRANÇAS FAZEM O ESPÍRITO DO BAIRRO: A REPRESENTAÇÃO DO BAIRRO DAS MALVINAS PELO OLHAR DE MORADORES OCUPANTES.

“A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”. (BOSI, 1994, p. 55)

De acordo com os campos de estudos da micro-história e da história da vida cotidiana, buscamos a apreensão de aspectos que não eram considerados importantes em escalas gerais. A pesquisa histórica deve dialogar com outras áreas do conhecimento, utilizando outras fontes além dos documentos oficiais como imagens, escritos e relatos. As narrativas de personagens e a estudo de fatos que até passariam despercebidos, permitem ampliar o conhecimento sobre o aspecto social, contextualizar e reconstruir a visão da época, situando o sujeito como protagonista do processo.

Segundo POLLAK (1992, p. 208), a história pode e deve ser rica como produtora de novos temas, de novos objetos e de novas interpretações, e está se transformando em histórias, parciais e plurais. E, assim como as imagens, as narrativas são carregadas de subjetividades, interpretações que não são “neutras” pois são articuladas com intenções do sujeito.

Desde o seu surgimento, a história oral recebe críticas de que a memória são construções distorcidas pelos sujeitos, no entanto, também pode ser visto como um recurso para se perceber emoções, subjetividades, experiências. As lembranças, rememoradas, tem que ser observada como método de informações e de reinterpretação, como é para HALBWACHS (2004, p. 71), reconstruções do passado com ajuda de dados emprestados do presente, que sofreram influências ao longo do tempo. Quando recorda e revisita sua história, o sujeito a reinterpreta.

A história oral nos remete aos desafios às inquietações propostas por este método. Mas são nas experiências que se tornam perceptíveis as subjetividades, as relações sociais, os sentimentos e suas ressignificações. Compreender sobre a cidade e seus processos a partir de memórias nos possibilita pensar como as vivências são pertinentes nos processos de trajetórias por aqueles praticantes.

As cidades carregam consigo identidade que as fazem distinguir das outras. Quase sempre tais identidades tendem a homogeneizar toda a cidade a partir de uma característica marcante. Mas as identidades não nascem juntamente com as cidades. No que diz respeito à sua especialidade, elas são produzidas ao longo de sua trajetória e ressignificadas no fluxo da história. Tais identidades são produzidas a partir de práticas, representações e produções discursivas, vivenciadas na espacialidade circunscrita da própria cidade - e tendem a impregnar os moradores das cidades, no sentido de que eles passam a se reconhecer a partir daquela pertença urbana. (PESAVENTO, 1997 apud SOUSA, 2016, p.61).

Narramos, nos capítulos anteriores, o que, ao nosso entender, o que foi a construção do bairro das Malvinas. Refletimos a partir de documentos e o que tinha sido escrito sobre o lugar, compartilhando ideias sobre a cidade como lugar praticado. Portanto, os sujeitos que estão praticando neste espaço são importantes para a compreensão do bairro.

Neste capítulo, pretendemos pensar as Malvinas como um lugar praticado pelos seus moradores, como eram as suas vivências em um lugar que não era considerado apropriado para morar. Tentaremos pensar o lugar a partir dos seus sujeitos, abordando as táticas e estratégias, conforme conceito de Certeau, para continuar no bairro convivendo com falta de infraestrutura, falta de água, energia, com o preconceito e marginalização que a sociedade os concedia.

Vidas. Vidas que efetivamente escreveram a história da cidade à medida em que a cidade contribuía à feitura de suas histórias. Saberes e experiências do cotidiano de homens ordinários. É isto que ora se apresenta. Que essas vidas nos choquem, nos inquietem, nos incomodem ao ponto de nós enxergarmos a cidade para além de seus relatos e dos embaços de nossas lentes. (SILVA, 2013, p. 64).

São vidas, são sujeitos que contribuíram para a história do bairro. E é por meio das lembranças de alguns moradores podemos refletir sobre o espaço e sobre as questões que nos são apresentadas. Tentaremos compreender qual bairro os moradores construíram para eles, quais as imagens do bairro que eles combatiam e que transmitiam à sociedade campinense e quais os sentimentos tanto individual como coletivo que eles criaram para si.

A partir do momento que o conjunto habitacional foi ocupado, ele foi transformado, ele se tornou um lugar praticado, devido a uma vivência temporal do

sujeito neste lugar, visto que “a convivência é o rito do bairro” já que a proximidade que o local cria gera um modo de ser.

Mover-se em uma cidade é uma experiência muito particular. Iniciando com algumas experiências dos moradores sobre a invasão/ocupação, percebe-se que há vivências que são destacadas pela maioria deles, mas que há também suas particularidades. Por exemplo, Dona Zuleide e Ana Lucia que foram entrevistadas para um documentário²⁸ do Pibid²⁹ da Universidade Estadual da Paraíba nos relata um pouco sobre o seu processo de ocupação no conjunto.

Bem, quando invadiram as Malvinas eu fiquei sabendo as 11hrs do dia, eu morava em Santa Rosa, sai numa carreira só, a primeira a casa que eu achei eu fui e me toquei dentro, que é essa aqui. Então daí por diante, não tinha água, não tinha calçamento, não tinha energia, só tinha a ligação de energia dentro de casa, mas não tinha luz não. Era assim, tinha a instalação, mas não tinha energia. (ZULEIDE, 2013)

Diferentemente de Dona Zuleide, Ana Lúcia veio por causa da mãe dela, que não tinha como pagar aluguel, era viúva e, para ela, foi um choque ter que passar por dificuldades dentro de um novo lugar.

Quando eu cheguei nas Malvinas, eu era bem mais nova, eu tinha 14 anos e pra mim foi até um choque enfrentar tudo aquilo naquele momento. Porque? Porque foi uma mudança radical na minha vida. Eu morava num bairro, vamos dizer, hoje até nobre, que é o Catolé, e eu vim para as Malvinas e me deparei aqui... sem água, sem energia, totalmente pessoas desconhecidas. Sai do meu círculo de amizade, convívio, então, para mim, foi muito difícil a adaptação. **Mas era uma necessidade que a minha mãe tinha, minha mãe era viúva, não podia pagar aluguel, não tinha casa própria, e ali seria uma oportunidade dela adquirir uma casa própria. Então a gente enfrentou tudo isso com a minha mãe, viemos para as Malvinas e quando chegou aqui era aquela dificuldade.** (ANA LÚCIA, 2013 – Grifo nosso)

Ambas as mulheres vieram pelo mesmo motivo: o desejo de uma moradia própria. Mesmo com as dificuldades encontradas por falta de infraestrutura, isto não era maior do que o desejo e a necessidade dos ocupantes. Além do mais, há um fato em que

28 Entrevista pode ser encontrada no YouTube. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=2WwdjsGOpf4> Acesso dia 17/11/2015

29 O Pibid é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid> Acesso dia 22/11/2015.

devemos nos atentar na fala de Ana Lúcia: ela não conhecia o lugar, ela saiu de seu convívio de espaço para outro totalmente estranho. De acordo com Mayol,

Conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia), tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o lugar de um reconhecimento (MAYOL, 2011 apud SILVA, 2013.)

O fato de se mover na cidade, no bairro, é uma experiência particular, é um conhecimento cartográfico das ruas, arquitetura, veículos, pessoas, entre outras formas de visibilidade. O reconhecer a cidade como espaço utilizável, de relação é uma construção, que, no caso de Ana Lúcia, se deu pela necessidade de estar no conjunto. De ver o bairro e se adaptar ao seu novo espaço.

João Batista Miranda e a sua esposa ocuparam o conjunto alguns dias após a divulgação do movimento dentro do Conjunto,

Eu ocupei no sábado a tarde, a gente fez... Porque foi numa quinta-feira que começaram essa divulgação no rádio né? Ai na quinta e na sexta eu ainda trabalhava, e quando foi no sábado a tarde, quando eu sai do trabalho e tinha mais uma folguinha ne? Ai a gente veio para cá. (MIRANDA, 2015)

A esposa de seu João Miranda participou ativamente, também, da invasão/ocupação, principalmente porque ela teve que abrir mão da filha para vir morar aqui, mas que não deixou por saber que era um sonho ter uma casa própria.

Isso fui eu, quem invadiu fui eu. Ai vim com uma vizinha, deixei tudo e vim. E minha sogra dizia, você é doida? Não pode invadir casa assim. Mas a gente veio. Margarida (vizinha) com a barrigona, em poucos dias ela teve Thiago. [...] Deixei tudo, deixei minha filha com três anos, deixei ela na casa da avó dela, lá em Santa Rosa com a vó dela, e ai vim, e quando chegamos aqui a vizinha disse “pronto, essa aqui é a tua casa”, pronto, ai quando eu vi, não queria mais sair daqui não. Fiquei doidinha (risos) quando eu vi a casa, ai as outras vizinhas pegaram na outra rua, só eu que fiquei mais longe delas, e a dificuldade foi grande para a gente pegar água, para tudo aqui foi ruim, mas... Era um sonho. (GUIMARÃES, 2015)

A partir dessas falas, podemos perceber que essas pessoas criaram as suas próprias maneiras de viver no conjunto. O bairro se tornou um espaço praticado, com

suas particularidades e sensibilidades que traziam sentimentos aos moradores. Era um lugar de conflitos e conquistas. São as experiências e vivências dos moradores. Eram viúvas, eram mulheres que estavam sem casa, que deixaram seus filhos para conquistar o seu espaço.

Em um documentário feito recentemente pelo Programa de Educação Tutorial – PET Conexão de Saberes, da Universidade Federal de Campina Grande, intitulado “Malvinas: uma arte da resistência” é enfatizada memórias e vivências dos ocupantes do Bairro das Malvinas, seus artistas moradores e as representações que o bairro e os moradores carregam.

Em uma das entrevistas, podemos destacar a história da esposa de Adigelson Cavalcante, artista, morador das Malvinas e criador do hino das Malvinas.

A minha esposa veio visitar a mãe dela , que morava aqui no Cruzeiro aqui pertinho na Almirante Barroso e lá avista as Malvinas, ai viu um aglomerado de pessoas vindo pra cá. Ela veio também e trouxe o meu cunhado que nessa época era um garoto. Veio pra cá, ai chegou e invadiu essa casa que estamos e o comentário era esse “se saísse da casa ia perder”. E ela disse “o que é que eu faço? Eu tenho que avisar a Adigelson”. Ai foi que o meu outro cunhado, o mais velho foi lá e me avisou “Adigelson, a tua mulher foi presa. “Tá presa? Como foi isso?”. “Tá presa nas Malvinas e não pode sair”. (risos). No dia da invasão. (CAVALCANTE, 2017)

Em sua maioria, foram mulheres que ocuparam o conjunto. Eram elas que cuidavam de suas casas e dos filhos enquanto os maridos iam trabalhar. **Foram elas** que

Haviam moradores que tinham conhecimento intelectual maior e que ocuparam e construíram os movimentos sociais, a Associação de moradores e mobilizaram o conjunto para as questões sociais em frente ao governo. Entre esses moradores, destaco Dona Rivonise Araújo Sobreira que foi ocupante do conjunto, era professora e foi a primeira presidente da Associação de Moradores.

(...) Então eu so vivia com os cacos na cabeça e um monte de guri atrás, na barra da saia por que não pagava aluguel. Então a solução foi as Malvinas. Então quando surgiu a ideia, a proposta de invadir, eu disse “pode contar comigo que é comigo mesmo ser desordeira”, por que assim, **quem faz isso é tido como desordeiro**. E na época diziam assim: **“dona Rivonise, como é que a senhora é professora e vai fazer desordem? - Os motivos não tem nada haver com a prática meu amigo, uma coisa é a minha necessidade, outra coisa é uma professora com fome”**. Não é verdade? Professor pobre ganhando dinheiro e uma penca de banana de menino de um lado e de outro, fazer o quê? Família pobre, mãe pobre, pai pobre, eu tinha que fazer o quê? Trabalhar. Trabalhava em qualquer coisa para ganhar dinheiro. Então quando meu marido veio todo fino eu disse “olhe, pegue a sua beleza, seus olhos azuis, sua branquidão, tá entendendo meu filho? Junte tudinho, bote dentro de

um saquinho, amarre bem assim na boca e arroi, por que você não é porra nenhuma”. Ele bebia e eu não tinha um pingo de admiração, naquela época o que era mais importante para mim era meus filhos pequeninhos. Meu pai não queria que eu casasse, eu casei, eu ia levar um monte de filho para lá para ele dá de comer? Era meu, era problema meu. (ARAÚJO, 2017. Grifo nosso).

Não bastasse as dificuldades em habitar um lugar cuja falta de infraestrutura, mobilidade e segurança não garantissem plenos direitos dos cidadãos, eles ainda tinham de conviver com o preconceito sofrido por serem ocupantes do Conjunto. O fato de serem “invasores” além de os estigmatizarem perante a sociedade, gerava uma série de impedimentos quanto à inserção em outros círculos sociais, pois a população os repreendiam e os questionavam de como tiveram a coragem de ocupar um conjunto. A impressão é que aquelas pessoas, por habitarem no Álvaro Gaudêncio, eram todos caracterizados como marginais, perigosos, pessoas pobres.

O que percebemos é que o preconceito com os moradores das Malvinas fazia com que a imagem que eles tivessem perante os olhos da sociedade não fosse apenas de pessoas marginalizadas, no sentido de serem postas à margem de aparatos de conforto garantidos pelo estado de direito do cidadão, mas de marginais, de pessoas, como dona Rivonise fala, desordeiras; pessoas que ameaçavam a ordem pública, pois estavam em desacordo com a população que o governo **queria passar**. Campinenses intelectuais, modernos, a frente do tempo.

Havia problemas sociais, havia dificuldades familiares em torno dos motivos da ocupação, seja pelo marido beber e não ajudar com as dívidas familiares, seja uma viúva que tinha que sustentar os filhos, seja a opção de deixar os filhos longe para vir conseguir uma casa.

Então, invadir as Malvinas foi a solução dos meus problemas, eu acho que ali foi a minha maior faculdade, e, ir para lá, fazer isso, conquistar uma casa para morar, me tornar independente do meu marido que era assim, “se você for quando chegar não entra”, e eu não saía mesmo não. **A gente é criada para obedecer... o pai, o sogro, avô, irmão, o tio... naquela época a gente era tudo oprimida, submissa, eu sou dessa época. Então assim, as Malvinas foi o sol, sabe aquele sol que aquece você e que você enche o pulmão e diz “eu to livre”? Fui eu naquela época.** Sabe assim, um presente bem grande que te dão, eu ganhei esse presente. Foi o maior presente da minha vida, foi conseguir uma casa nas Malvinas. O segundo presente da minha vida, foi olhar aqueles policiais oprimindo e eu criar uma força assim e falar que eu ia passar, eu dizia “se fosse a sua mãe você ia fazer o quê? Por que eu vou passar”, levantava o arame, “Atire”, aí eu passava, ia lá na bodeguinha comprava um querosene e um leite e olhava para os outros e dizia “e agora, quem quer mais? Me dê o dinheiro que eu compro”. **Quer dizer, ali me deu uma alma diferente que eu não conhecia que eu tinha em mim. Por que eu precisava, elas precisavam, mas ninguém tinha coragem, alguém tinha que ter coragem, mas o medo era tão grande que se ele me matar**

como é que vai ser? Minha mãe não ficava com meus filhos por que era menino demais, **meu pai dizia que quem invadia era gente safada, estava roubando a propriedade alheia**, meu marido disse “você vai mais eu não vou” e eu dizia “te vira, eu tendo uma casa para morar eu não preciso mais de ninguém”. Ai tem o grito da independência, o meu grito não foi da independência foi da liberdade. **Eu nasci com sangue revolucionário só que eu não sabia. Quem me disse isso na vivência foi as Malvinas, por isso foi o maior presente da minha vida. Foi a minha maior faculdade naquele tempo, que me ensinou tanto, aprendi tanto com eles, que eu fiquei assim pensando “Onde é que estava escondida essa mulher? Essa faminta, essa mãe de família”**, por que eu era tão presa assim sabe, era pai, era mãe, era marido. E eu pensava, “nunca mais um homem manda em mim”. (ARAÚJO, 2017. Grifo nosso)

Na fala de dona Rivonise podemos refletir sobre vários aspectos. O início da década de 1980 foi marcado por mudanças políticas, mobilização de diferentes setores sociais que exigiam a redemocratização do país. Esse período também é marcado pelo crescimento dos movimentos populares - como mulheres, negros, indígenas, homoafetivos, sem terras -, discutindo sobre o campo da democracia e reivindicando direitos.

O Movimento das Mulheres ganham mais força centrando as suas reivindicações nas melhores condições de vida (mudanças no sistema de saúde, movimento por creches, assistência às vítimas de violência, etc). Além do mais, parte das ideias ligadas ao movimento ganharam espaço público e privado, espalhando por clubes de mães, postos de saúdes, associações, sindicatos, partidos políticos, centros acadêmicos, teatros, jornais e universidades, gerando tensões e mudanças. (ZIRBEL, 2007)³⁰

Para Beauvoir (1980, p.291), uma mulher torna-se plenamente humana quando tem oportunidade de se dedicar ao exercício de atividades públicas e quando pode ser útil à sociedade: “[...] É um paradoxo criminoso recusar à mulher toda a atividade pública, vedar-lhe as carreiras masculinas, proclamar sua incapacidade em todos os terrenos e confiar-lhe a empresa mais delicada, mais grave que existe: a formação de um ser humano.” (GASPARI, 2003 p.42 apud RODRIGUES, p.6).

Portanto, quando Rivonise fala que era submissa, era dessa “época de submissão”, e que se sentiu livre nas Malvinas, ela está destacando como as mulheres eram tratadas na década de 1980, e, ainda mais, em uma cidade no interior do estado da

30 Movimentos como as associações de bairro e os movimentos populares ganham alcance nacional, redimensionando a representatividade das instâncias sindicais, sua capacidade de mediação com o Estado e a centralidade nas lutas econômicas. É na confluência entre a herança histórica do sindicalismo e a luta pela melhoria de condições de vida, que se começa a notar que a população trabalhadora é formada tanto por homens como por mulheres, cada um com suas responsabilidades no seio da família.

Paraíba³¹. Como destacamos em sua fala, “Por que eu precisava, elas precisavam, mas ninguém tinha coragem, alguém tinha que ter coragem, mas o medo era tão grande que se ele me matar como é que vai ser?”, ela destaca o medo que principalmente as mulheres tinham dos policiais e como ela teve coragem de ir atrás das suas necessidades e das outras mulheres pois alguém tinha que ter coragem.

Você já viu um bicho enjaulado, um cachorro amarrado? Era eu... era eu um bicho, e esse bicho, ele morreu quando eu cheguei nas Malvinas. O bicho que era bravo (suspiro) virou um bicho manso, e a brabeza era para quem? Pra quem agredia um menor, humilhava uma criança, era quem chateava uma mãe de família, era pra quem dizia “se isso fosse uma mulher aprendia a viver” e eu dizia “por vem experimentar pra ver quem é que vai aprender a viver”, tinha homem que dizia assim “**não tem homem para a senhora não, a senhora vive no meio do mundo ai, solta, o homem não te segura não?**” eu não brigava não, eu so fazia “**eu vou fazer sua mulher ficar igualzinha a mim**”. E nisso, a gente deixou muita mulher nas Malvinas com liberdade de ação. “**Põe pra fora mulher o que você tem pra falar**”, era assim... rindo, parecia que eu não tinha nenhum problema sabe? Mas quando eu tava nas reuniões com elas, “**botem pra fora, tudo o que você quiser botar**”. Teve muita coisa boa, que eu sei que tem, e foi assim que as mulheres vieram para a luta das Malvinas. **E tem muita coisa que foram as mulheres, não foram os homens não.** (ARAÚJO, 2017. Grifo nosso)

Consideramos que não era fácil se impor dentre do bairro como mulher, eram os homens que falavam, maridos, pais e até outras mulheres. Mas havia também a necessidade de defender o seu lugar, o seu espaço. Como Rivonise se questiona em sua fala de que onde estava essa mulher, essa faminta, essa mãe de família. Criar os seus filhos foi a forma de ser uma defensora, uma lutadora. O conjunto e as suas lutas eram uma maneira de libertação dessas mulheres.

Eram a maioria das mulheres que ficavam em casa, que guardavam as casas enquanto os homens, maridos, iam trabalhar. Portanto, a facilidade das mulheres estarem inseridas dentro das associações, dos movimentos políticos, das reivindicações.

“A constatação de que os problemas que as mulheres vivenciam como indivíduos, no seu cotidiano, têm raízes sociais e requerem, portanto, soluções coletivas” (COSTA, 2010, p. 175-176). Essas mulheres propuseram novos modos de

31 Na Campina Grande dos anos oitenta, além da abertura trazida pelos/as professores/as de fora para uma dimensão de lutas, associações de bairros, de mães e domésticas já existia uma ebulição de reivindicação por direitos. Havia então, um clima propício à visibilidade que passou a ser dada à mulher e às suas questões. No ano de 1984, por exemplo, a cidade já sediava o III Congresso Nacional da Mulher Urbanitária. Embora não dimensionado à mulher das classes baixas, periféricas, esse seminário trouxe discussões do âmbito dos direitos trabalhistas e da saúde da mulher, a partir de conexões com grupos como o SOS Corpo, de Recife. Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com/2016/01/o-movimento-feminista-em-campina-grande.html#.W5Bfk-hKjIU> Acesso dia 05 de junho de 2018.

viver socialmente, produzindo rupturas de costumes sociais, familiares. Contribuíram para o pensamento crítico dos problemas do Conjunto.

3.1 UMA PRÁTICA DO ESPAÇO: AS ASTÚCIAS DOS SUJEITOS PARA SOBREVIVEREM NO CONJUNTO.

Estamos ligados a este lugar pelas lembranças... É pessoal, isto não interessaria a ninguém, mas enfim é isso que faz o espírito de um bairro.” (CERTEAU, 2009, p. 175)

O memorável é aquilo que se pode sonhar a respeito do lugar e as suas práticas dizem respeito as maneiras de passar ao outro. Ser outro e passar ao outro. (Ibid, p. 176). Podemos perceber que, a partir das falas das pessoas que ocuparam o Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz, que aquelas pessoas forjaram maneiras próprias de viver no espaço e conseqüentemente construíram uma imagem das Malvinas que enunciam e anunciam ao longo do tempo: Um bairro que tem memórias, lutas e simboliza uma conquista dos moradores.

Os instrumentos utilizados para tanto perpassam astúcias, silêncios, falas intencionadas, criatividade, burlas, apropriações do espaço. Por meio daquelas vozes podemos perceber como a ocupação, o descaso público, o abandono, a polícia, os conflitos com o governo e a falta de infraestrutura, marcaram memórias coletivas e redefiniu identidades no espaço social. Concordamos com as palavras de Gisafran Nazareno Mota Jucá, quando ele diz que “a dor da existência de personagens comuns, constantes nos relatos apresentados, faz-nos entender o peso da paisagem urbana revelada pelas narrativas dos envolvidos no seu cenário. (SILVA, 2013, p. 102).

Assim como Certeau (op cit, p. 183) afirma de que “todo relato é um relato de viagem”, é uma prática do espaço, podemos relacionar com as táticas cotidianas, andar pelo bairro, seja de encontrar alguém ou criar meios de conseguir água, por exemplo. Essas aventuras narradas produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem.

Analisando as atividades ordinárias que vão do cozinhar ao caminhar, ao ler e consumir, Certeau indica que os sujeitos sempre encontram maneiras de recriar as balizas que cerceiam suas ações, reinventando-as.

Para analisar as artes criativas do fazer cotidiano no Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz, devemos nos lembrar dos conceitos de táticas e estratégias.

As estratégias cotidianas são apresentadas como "o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito que manifesta vontade e poder é isolável de um ambiente". (CERTEAU, 1994) Vistos dessa forma, esses sujeitos sociais constituem um lugar próprio e desencadeiam reações ou táticas cotidianas que são movimentos astuciosos usados pelos sujeitos que não detém o poder e que vigiam as oportunidades para obter ganhos dentro desses ambientes, ou seja, desenvolvem um modo de usar a ordem dominante. (Idem) Dessa forma, enquanto a estratégia tem um lugar próprio, a tática só se insinua e tem por lugar o do outro. A estratégia, portanto, é organizada sobre (e por meio) as relações de poder. A disciplina é uma estratégia. O poder é uma estratégia.

As táticas cotidianas, por sua vez, se circunscrevem num espaço sem poder. Elas são reações dos sujeitos sociais na sua interação com os contextos sociais restritos e amplos; fabricam produtos próprios, fruto de suas interpretações e interesses, transgridem a ordem dominante e também se inserem no fazer estratégia nas organizações; é um mecanismo de defesa das amarras do poder dominante.

Segundo Certeau, "o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada" (Ibid, p.38). Para o autor, as táticas são articuladas sobre os detalhes do cotidiano e se estabelecem a partir de uma noção de *antidisciplina* e de operações multiformes e fragmentadas. Ela é improviso. Segundo Certeau, há uma lógica que organiza essas táticas que se aproxima do que o autor denomina como "arte". Ela não tem um lugar próprio e por conta disso, se insinua no lugar do outro. "As táticas de consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas." (Ibid, p.45). A tática é dependente do tempo e das circunstâncias, enfim, ela joga com ocasiões, com o imprevisível, é oportunidade.

Podemos refletir sobre essas táticas, as reações dos sujeitos, os seus movimentos para obter ganhos, conseguir burlar o poder com a fala do morador Adigelson Cavalcante onde ele rememora sobre quando chegou com a sua mudança para a casa nas Malvinas.

Quando eu cheguei aqui na porteira, tinham duas porteiras (...). quando eu cheguei, tinha um soldado, no escuro porque ninguém via nada. Só tinha mato para um lado, aqui só tinha casa e mato. Ai o policial "não pode não soldado, não pode entrar não". Ai eu disse "Meu amigo, pelo amor de Deus, eu estou com a minha mudança ai, minha mulher está lá dentro.". E ele dizia, "mas é porque é onde, não sei o quê, é ordem". Sabe o que foi que me

salvou? Uma garrafa de cachaça. Uma garrafa de cachaça que eu tinha trazido para dá aos peões que ajudaram na mudança e o soldado era “briteiro”, quando ele viu a garrafa de cachaça, coitado, não tinha bodega, mercearia, nada. (...) Ai eu disse “o amigo bebe?” ai ele disse “bebo, bebo”, quase não queria dizer que bebia... “o amigo aceita essa aqui?” e ele “oxi, na hora”. Ai dei de presente a ele e nem me preocupei com os outros PMs. Só faltou ele subir no caminhão para ajudar na mudança (risos). (CAVALCANTE, 2017)

A tática tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Vai caçar, cria, ali, surpresas, consegue estar onde ninguém espera; é astúcia. É, dessa forma, uma prática cotidiana que depende de um conjunto de procedimentos, ou seja, de esquemas de operações e manipulações. “Habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar, todas essas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas táticas: gestos hábeis do “fraco” na ordem estabelecida pelo “forte”, arte de dar golpes no campo do outro [...]”. (CERTEAU, 1994, p.104).

A garrafa de cachaça foi um meio de criar método de entrar no conjunto por meio dos policiais, que representavam o governo, a ordem. O morador encontrando a falha na conjuntura do poder, pode criar ali o seu espaço, sua astúcia para entrar no conjunto com as suas mudanças.

Portanto, as ações que os moradores do Conjunto Álvaro Gaudêncio atuam dentro do seu espaço, são práticas cotidianas, micro resistências para se manterem dentro do bairro, para lubrificar os policiais, para conseguir água, comida.

Era feito assim de uma forma tão a vontade que você não pensava em nada, fazia pelo prazer de fazer, você era desafiada e você topava o desafio. Tá entendendo? E foi gostoso porque a pretensão não era política, a pretensão não era aparecer, a pretensão não era querer fazer a desordem da sociedade, como diziam né? “Essa mulher é uma invasora, é uma desordeira, que ofende a sociedade”, não era isso. (ARAÚJO, 2018)

Estas ações, que não tem uma compreensão teórica pelos sujeitos ordinários do conjunto, mas que afirmam que são experiências significativas para eles, podendo ser destacado dois acontecimentos que foram ressaltados pelos entrevistados: a questão da água e da energia. Para eles, eram os instrumentos que mais tornava dificultoso de continuar nas casas.

Era tudo uma dificuldade. As vezes a gente tava dormindo e já deixava aquelas latinhas tudo enfileirada, quando diziam “o carro chegou!” era uma

batedeira só de lata (risos), todo mundo pegava as suas latas e corrida para o tanque para pegar água. (ANA LÚCIA, 2013)

Ai ficamos tomando agua do barreiro, fazia café parecia leite porque a água era barrenta, eu ia buscar agua em Santa Rosa e a polícia me prendia ali. E depois botaram um tanque ali, tinha já um tanque que era para colocar água para o material e esse tanque eles limpavam e colocaram água pra gente carregar. Carregava água na cabeça, pra fazer de cuiá e para beber. Lavar roupa a gente saía para lavar lá fora. É, era muita dificuldade. [...] Era muita gente, muitas latas, a gente passava a noite lá esperando porque a água só chegava de noite... [...] tinha briga, muita briga na hora de pegar água. (ZULEIDE, 2013)

Percebemos as táticas e estratégias que se configuravam sobre o contexto da busca da água, onde a maioria dos atores que fazem parte do bairro estavam inseridos. Eram as práticas de deixas as latas prontas para buscar a água, o esperar da chegada da água, o seu carregar. Como também podemos destacar na entrevista com seu João Miranda Guimarães sobre o abastecimento de água no conjunto.

Às vezes minha mãe trazia água de Santa Rosa, ou de noite quando a gente vinha trazia alguns baldes com água. No início mesmo. E isso, mediante a necessidade, foram vendo que a polícia não colocava para fora mesmo, até porque, depois fechou mesmo o cordão de polícia. Ai realmente, quem tava fora não entrava e quem tava dentro não saía. Mas geralmente se dava um jeito de trazer alguma coisa, como alimentos. Ai trazia água de fora, e tinha um barreiro por trás do mercado, que agora secou, mas que atendia a essa área, ai a gente buscava lá para lavar roupa, para limpar a casa. Ai depois o prefeito viu a necessidade, ai colocaram uns carros pipas para abastecer a gente aqui, pouco né? Mas era suficiente, pois era água potável, para o consumo. Ai, havia brigas também (risos), latas batendo... [...] tinha uns metidos a forte, dava umas pauladas em um e pegava mais, mas as duas latas era o suficiente. (MIRANDA, 2015)

Observamos como os moradores tentavam criar táticas que burlassem a polícia para trazerem água ou alimentos. Era uma prática cotidiana que dependia de esquemas de operações e manipulações. Eram gestos hábeis do “fraco” na ordem estabelecida pelo “forte”. Além do mais, havia as dificuldades de residir em um lugar sem infraestrutura, e, mesmo que os moradores estejam em constante conflito com os poderes públicos, devido ao cerco policial, por exemplo, havia também, as relações de poder entre os próprios moradores.

As brigas ocorridas para conseguirem a água é um dos exemplos dessas relações de poder entre os sujeitos. Eram maneiras de tentar se impor ao outro, e que, haveria também uma capacidade de dispersão das práticas em relação às esferas normativas. Se

esperando que poderiam ter uma união entre os moradores em prol de um benefício único, havias brigas na tentativa de conseguir mais, de levar mais para si.

Pensamos o bairro de acordo com o cotidiano dos moradores, como condições de possibilidades da vida cotidiana no espaço urbano, que molda a imagem do bairro, mas também, é nas práticas vivenciadas que se compreende como era a vida naquele lugar por praticantes do ordinário.

Outra lembrança muito marcante para alguns moradores foi a chegada da energia. O conjunto passou mais de um ano para que os órgãos públicos começassem a trazer os recursos básicos para os sujeitos do conjunto. A primeira infraestrutura realizada foi a instalação da energia elétrica, chegando luz no Conjunto em dezembro de 1984, no dia do show de Roberto Carlos³².

A energia passou um ano e pouco, em dezembro de 84, mais ou menos, que chegou a energia. Foi até quando tava passando o show de Roberto Carlos, foi muitas emoções! (risos) e, foi mesmo, pois estávamos lá em Santa Rosa, estávamos vendo o show aí quando a gente olhou para cá, tava claro, os postes, aquelas luzes novas, incandescentes, aí quando olhou pra cá, foi aquela alegria. [...] porque eles estavam perdendo de ganhar dinheiro, a Celb estava perdendo de ganhar dinheiro na época, muita gente ne? Aí ou botava ou o povo tava arrumando gambiarra, dando jeito, tinha que colocar. (MIRANDA, 2015).

Estas memórias se configuram como uma rica fonte no que diz respeito à problematização das reformas materiais do lugar, pois reflete sobre como são processadas e significadas as alterações do tecido urbano. Há o jogo político, pois como disse o senhor João Miranda, a antiga CELB³³ tinha que arrecadar dinheiro, já que as

32 O programa de 1984 começa com Roberto Carlos ao volante de um caminhão cantando Caminhoneiro, música lançada no mesmo ano. A viagem é um sonho do Rei que, no meio do caminho, encontra Erasmo Carlos e Simony. Em um cenário de desenho animado, os três cantam É Tão Lindo. Em seguida, ele e Erasmo esbarram com os jovens da Blitz e o grupo relembra sucessos da Jovem Guarda. A festa e o sonho levam a dupla ao palco do Maracanãzinho, onde Roberto interpreta seus clássicos. O caminhão fez parte da cenografia e ficou no palco durante a apresentação. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/musicais-e-shows/roberto-carlos-especial/roberto-carlos-especial-1984.htm> Acesso dia 22/11/2015.

33 Na administração do prefeito William Arruda foi criada a Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB), no dia 03 de setembro de 1966, absorvendo o acervo pertencente ao Departamento Autônomo dos Serviços Elétricos (DASEC), igualmente criado pela administração de Arruda no início de sua gestão. A CELB sempre foi um orgulho do povo campinense, pois ser estatal anos atrás era sinônimo de desperdício de dinheiro público e principalmente, ociosidade de seus funcionários. A CELB, porém, nunca seguiu essa regra, sendo uma empresa que sempre prestou um bom serviço à cidade e principalmente, gerava lucro. No governo Fernando Henrique Cardoso, deu-se as tenebrosas “privatizações”. A CELB acabou sendo vendida pelo então prefeito Cássio Cunha Lima, em evento ocorrido na sede da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Essa privatização até hoje gera controvérsia política, chegando algum vereador, vez ou outra, a falar em CPI da CELB. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/10/celb.html#.VILrttKrSM8> Acesso dia 18/11/2015.

peessoas estavam procurando meios de conseguir energia, como por gambiarras. Meios de melhorar a sua forma de vida, enquanto os poderes públicos não faziam. No entanto, por mais que a chegada da energia do bairro, era uma necessidade deles, mas a emoção, a sensibilidade, a sua chegada em um fim de ano, com um show de Roberto Carlos, foi algo inexplicável e que tocou os moradores.

A melhor lembrança foi no dia que chegou energia, a gente tava em Santa Rosa ai de lá, minha sogra mora lá na no alto, lá perto do Tiradentes, na rua Costa Silva, ai de lá dá pra ver a Malvinas né? Ai gente olhou de lá... “A Malvinas chegou energia!” a vontade era de vir simhora para ver ne? Só que ai não tinha energia dentro de casa não, só tinha nos postes, depois teve que fazer. Era uma alegria tão grande, uma vontade de chegar em casa, vir na rua para ver os postes, a rua, foi uma alegria muito grande ver energia. [...]Ai a energia a gente não tinha, televisão, quem é que tinha televisão? Não tinha (risos), era só um radio, a gente tinha aqueles candeeiros, depois um lampião, ai quando chegou energia foi uma alegria, uma festa grande, foi bom demais (risos). (GUIMARÃES, 2015)

O território se configura a partir das subjetividades do sujeito, de uma ligação entre o espaço real, vivido, com a ideia de subjetividade. (ROLNIK, 1992), e são essas significações, essas relações que os indivíduos estabelecem com os espaços que configuram as territorialidades urbanas, constituídas pelas experiências dos moradores. Essas vivências são as práticas cotidianas no lugar, e, o sentimento de pertencer àquele local, de ver que o bairro está mudando.

Como afirmou Rejane Guimarães, a vontade era de chegar “em casa”, era uma alegria muito grande. Ou seja, a ressignificação, o sentimento de estar em seu lar. É uma relação de pertença, de afetividade. Como na fala de Rejane, podemos perceber esse sentimento na fala de Ana Lúcia em sua entrevista para o documentário do PIBID.

A energia, vela, minha mãe foi comprar um lampião, ah, aquilo era o máximo, a gente tinha um lampião! [...] e ali a gente foi vivendo, foi passando todas as dificuldades, quando chegou energia foi uma festa na minha casa, foi no final de ano, minha mãe colocou a televisão na frente da casa, chamou os vizinhos para a gente assistir o show de Roberto Carlos (risos), então tudo isso era o máximo! Cada conquista, cada crescimento que foi tendo nas Malvinas, cada benefício a gente foi se sentindo mais confortável. (ANA LUCIA, 2013)

Essas experiências, por mais que sejam recordações singulares por serem representações constituídas pela pessoa que as viveu. Mas também, são coletivas, pois as três falas citadas acima nos possibilitam refletir sobre as mudanças no espaço do

bairro, como também os seus sentimentos de realização e felicidade por saber que continuariam nas Malvinas. Suas memórias indicam, ademais, que a relação que as pessoas estabelecem com o lugar onde vivem também está ancorada nos sentimentos.

E que com o tempo, a convivência foi tão harmoniosa que de noite 9, 10 horas era uma festa, você aqui nas Malvinas e tinha gente no meio da rua, andando pelas Malvinas, ia lá no Caic e voltava e não tinha problema, dentro do mato, tudo escuro... errava casa, porque era tudo parecido. Batia na porta e gritavam “Não, não é aqui não” (risos), era tudo branco e sem energia. (MIRANDA,2015)

Aqueles moradores conseguiram criar para si um lugar um pouco diferente daquela cujas características poderiam ser apenas de invasores, de desocupados, de pessoas que viviam em risco. Fizeram daquele lugar um local de alegria, de acolhimento, de sentimentos diversos, de saudade, de reconhecimento, de pertencimento. Assim, dentro do conjunto maior que é a cidade, o Conjunto Álvaro Gaudêncio era atravessado por códigos dominados por seus usuários, porém desconhecidos por seus ímpares, códigos aqueles, morais ou comportamentais, que foram assimilados e assumidos para que a vida naquele espaço fosse possível.

O bairro se tornou um espaço de invenção, como CERTEAU (1996) diz da grande capacidade que pessoas comuns tem de “inventarem” seu cotidiano com as “artes de fazer”, formas astutas de criar resistências à códigos sociais e de apropriar-se de espaços. Portanto, narrar o que foi experimentado pelos moradores, o que lhes foi conhecido, reconstrói o território onde se desdobrou as “artes de fazer” desses sujeitos “ordinários”. (SILVA, 2013)

Ao morar no Conjunto, foi percebida uma série de relações e de ressignificações que o transformou não só em um local de morada, mas de reconhecimento. E este reconhecimento só se torna possível porque “a vida cotidiana está baseada em uma espécie de convenção coletiva.” (CALDEIRA, 1984).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Alain Corbin, ambientado no campo da *história das sensibilidades*, entende ser legítimo o procedimento que se caracteriza por ‘identificar a utilização dos sentidos que permitiu construir imagens do outro, dar forma ao imaginário social’ Com ele, aprendemos que a espacialidade urbana não existe em si mesma, que a história da cidade sensível ultrapassa a materialidade, sendo importante perceber ‘os seus ruídos, os seus odores e o seus movimentos’, os quais constituem a própria identidade da cidade. Sendo esta ‘preenchida’ de tempos sociais, ruídos, cheiros, fluxos de sensações distintas, cada um percebendo-a de sua maneira”. (SOUSA,2016, p.25)

A memória do bairro das Malvinas enquanto sua construção ainda entre os moradores mais antigos do lugar. Os filhos, netos, novos moradores, que mesmo não tendo presenciado a ocupação do bairro, estão em constante contato com as lembranças dos que viveram. O bairro tem na sua marca a ocupação e o sentimento de identidade e orgulho dos que estavam inseridos nesse processo. São espaços que falam mais do que apenas matéria, são cartografias de lugares, são sentimentos, são movimentos de sujeitos.

Após a ocupação e o reconhecimento da CEHAP de que os moradores continuariam no conjunto, a solução foi estruturar o bairro. O primeiro investimento foi a energia, depois veio a água e, posteriormente, o escoamento de esgoto, pois teve que colocar canos e valas.

As transformações urbanas no bairro eram necessárias, mesmo que algumas benfeitorias eram utilizadas por políticos pra obter votos nas eleições. E mesmo que, por meio de reivindicações e consideradas conquistas, a infraestrutura estão inseridas no processo de habitação.

A compreensão como este espaço construiu as suas experiências e significações, como também, a memória que os sujeitos construídas para si, as suas vivências e a relações de afetividade traz uma sensibilização deste sentimento de luta, de pertencimento.

“Era muito difícil, mas hoje é uma vitória, só tenho que agradecer a Deus por tudo. A gente sofreu muito aqui no começo, mas a gente teve a vitória.” (GUIMARÃES, 2015). A história da ocupação do Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz, posteriormente denominado bairro das Malvinas, não é só uma história da cidade de Campina Grande ou uma história política. A história das Malvinas é, além de tudo, a história de sonhos construídos, de lutas e conquistas.

Nesta escrita tentamos discutir um pouco sobre as trajetórias que a construção do bairro das Malvinas e os seus sujeitos. No primeiro capítulo fizemos um mapeamento sobre o processo histórico que Campina Grande estava vivenciando, suas transformações, a política de conjuntos habitacionais e a questão de moradia na cidade.

Também abordamos o início da história da ocupação do conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz, a construção do conjunto pela CEHAP, os motivos que as pessoas tinham para ocupar aquele espaço, a sua divulgação nos jornais, a reação do governo enquanto ao movimento, as suas relações de poder e as burlas realizadas.

No segundo capítulo, pudemos entender como as imagens podem construir opiniões em relação à algo e como afetaram a visão do conjunto e dos seus ocupantes, podendo a população campinense acreditar de que a ocupação se deu por meio de violência, que haviam animais selvagens e de que eram um caos. Além de acreditarem que aquelas pessoas são sujeitos desordeiros, rebeldes e que estavam a margem da sociedade.

Em contraponto, conseguimos destacar algumas relações de espaço e algumas significações que os sujeitos encontraram no Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz, como a bandeira, que representavam um símbolo de identidade dos moradores com o local, além da história do conjunto, e o hino, que contava a história e traz as lembranças que não devem ser esquecidas das Malvinas. Consolidavam assim, a identidade e pertencimento de um grupo social.

No terceiro capítulo, abordamos como as memórias são importantes para a construção de uma história, pois trazem memórias e sentimentos, pertencimento e identidade. São lembranças que fazem o lugar e os sujeitos. E as Malvinas, sendo um espaço praticado, têm suas lembranças, experiências e vivências que constroem a história do bairro.

É o ato de mover-se no conjunto. É a história de trajetórias de quem ocupou, de quem buscava casa, de quem tinha filhos para criar, de quem deixou os filhos para vir em busca de uma casa própria, de quem sofreu com falta de infraestrutura, de quem sofreu com repressões do governo, de quem foi estereotipado, de quem buscou, de quem conseguiu ou não aquilo que procurava.

Enfim, acreditamos que à medida que levantamos questões sobre como pensar a cidade, a historicidade dos sujeitos, as práticas cotidianas dos moradores, as suas condições de vida, estamos contribuindo não apenas com os debates que vem sendo realizados na academia que versam sobre as relações e conflitos sociais, sobre o

cotidiano, sobre as reformas urbanas e as tramas políticas e econômicas que estão atreladas, como também sejam relevantes para se pensar a construção histórica de nossa cidade e do nosso povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José Otávio. História Ambiental Urbana e as mobilizações de Ongs em defesa do meio ambiente e contra a verticalização: O caso de Campina Grande, PB (1996-2015) Projeto História, São Paulo, v. 58, pp.210-239, Jan.-Mar. 2017.

ANDRADE, Josiane Thethê. Reflexões historiográficas acerca do cotidiano. 2009. Anais: http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/josiane_thethe_andrade.pdf Acesso dia 07/11/2016.

BONATES, Mariana Fialho. Ideologia da casa própria... sem casa própria: o programa de arrendamento residencial na João Pessoa – PB. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade - lembranças de velhos. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CABRAL FILHO, Severino. Desejada modernização: Campina Grande, Imagens e História. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina. 2005

CABRAL FILHO, Severino. As cidades na fotografia: uma experiência modernizante em Campina Grande – PB (1940-1944). Ariús: Campina Grande. V. 13, n.2, jul/dez 2007. P. 211-217.

CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. Discursos e imagens: o processo de requalificação urbana de Campina Grande – PB (1970-2000). Tese de Doutorado. João Pessoa, 2011.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 16 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2009.

_____, Michel de. A Escrita da História; tradução de Maria de Loudes Menezes. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ. 1996.

CORTINA, Arnaldo. MARCHEZAN, Renata Coelho. *Razões e sensibilidades: a semiótica em foco*. Araraquara: Laboratório Editorial/FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2004.

COSTA, L, B. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. Revista Digital do LAV - Santa Maria - vol. 7, n.2, p. 66-77 - mai./ago.2014 ISSN 1983-7348 <http://dx.doi.org/10.5902/1983734815111>

COSTA, Ana Alice A. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. In: Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

DABLIU A. Bureau de Criação, Agência de Propaganda. Expediente: Especial Malvinas 24 anos. Campina Grande - Paraíba, Março de 2007.

DELEUZE, G. PARNET, C. Diálogos. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, G. PARNET, C. O Abecedário de Gilles Deleuze. Entrevista em vídeo. França, 1988.

FERREIRA, Marieta de Moraes Janaína Amado (orgs). Usos e Abusos da história oral. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FILHO, O.L.S. In: FORTUNATO, L; OLIVEIRA, F.B (Orgs), Abordagens Teórico-Metodológicas em Pesquisa. Campina Grande: EDUFPG, 2005, 310p.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. Micropolíticas: Cartografias do Desejo. Petrópolis: VOZES, 1996.

GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado, IN: OLIVEIRA, José Antônio Barbosa (Org.). Universidade e lugares de memória. Rio de Janeiro: UFRJ. 2008.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Fortaleza Estampada na Imprensa e na Literatura. In.: Populares na Cidade, vivências de trabalho e lazer. Antônio Clarindo Barbosa de Souza (Org.) João Pessoa: Ideia, 2011

OLIVEIRA, Thomas Bruno. Impresando o feio e dando passagem ao belo: A segunda grande transformação urbana de Campina Grande – PB (1970 – 1980). Campina Grande – UFCG. 2014.

População de Malvinas - Campina Grande - PB
<http://www.brasilsabido.com.br/populacao/campina-grande-pb/malvinas-17889.html>.
 Acesso dia 20 de maio de 2014.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade. IN Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

RIO, João do. A alma encantadora das ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 28–31.

RODRIGUES, Valeria Leoni. A importância da mulher. Orientado por: Flamarion Laba da Costa. Net .Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>>. Acesso em: 05 de Maio de 2018.

RONIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 2004. 3 ed.

SANTOS, Boaventura dos. Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento, 2002.

SÁTYRO MAIA, Doralice. A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (80). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-80.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

SILVA, Aldo José Moraes. Um hino para a cidade: as disputas pela representação da memória e identidade através dos hinos cívicos em Feira de Santana, no século XX.. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica -CLIO (Recife), e ISSN: 2525-5649, n. 35.2, p 51-74, Jul-Dez, 2017. <http://dx.doi.org/10.22264/cliio.issn2525-5649.2017.35.2.do.03>

SILVA, Hilmária Xavier. A invenção de um lugar: vivências e memórias (n)da Favela da Cachoeira (Campina Grande 1959 – 2006). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

SILVA, Moacir M. F. Tentativa de Classificação das Cidades Brasileiras. Revista Brasileira de Geografia, Ano VIII, nº 3, jul-set 1946.

SONEGO, Márcio Jesus Ferreira. *Historiæ*, Rio Grande, 1 (2): 113-120, 2010

SOUSA, Katyuscia Kelly Catão. *Sonhos Urbanos: O parque do Açude Novo e a (Re)construção da “Alma” Campinense – Campina Grande (1969-1976)*. EDUFPG, 2016.

SOUZA, Antonio Clarindo Barboza. *A violência não é apenas um conceito: A violência real contra os populares em Campina Grande!*. XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH. Julho 2013.

ZIRBEL, Ilze. *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, 2007.

PERIÓDICOS

DABLIU A. Bureau de Criação, Agência de Propaganda. Expediente: Especial Malvinas 24 anos. Campina Grande – PB. Março de 2007.

Gazeta do Sertão 29 de março de 1983

Gazeta do Sertão, 05 de março de 1983.

Gazeta do Sertão, 06 de abril de 1983

Gazeta do Sertão, 08 de abril de 1983

Gazeta do Sertão, 09 de abril de 1983

Gazeta do Sertão, 10 de abril de 1983

Gazeta do Sertão, 27 de março de 1983

Gazeta do Sertão, 31 de março de 1983

Jornal da Paraíba, 06 de abril de 1983

ENTREVISTAS

Adigelson Cavalcante. Entrevista transcrita do Documentário Malvinas: A arte da resistência, realizado em 2017. Disponível em:

Ana Lúcia. Entrevista transcrita do Documentário Pibid UEPB realizada em 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2WwdjsGOPf4> Acesso dia 17/11/2015.

Dona Zuleide. Entrevista transcrita do Documentário Pibid UEPB realizada em 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2WwdjsGOPf4> Acesso dia 17/11/2015.

<https://www.youtube.com/watch?v=BZ4TgcREGFI> Acesso dia 22/07/2018.

João Batista Miranda. Entrevista cedida em 07 de abril de 2015.

Rejane Guimarães. Entrevista cedida em 07 de abril de 2015.

Rivonise Araújo. Entrevista cedida em 10 de Novembro de 2017.

VÍDEOS

Documentário Malvinas: A arte da resistência. Programa de Educação Tutorial – PET Conexões. UFCG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BZ4TgcREGFI>
Acesso dia 22/07/2018.

Vídeo do acervo de matérias do Programa Diversidade, da TV Itararé de Campina Grande (afiliada a TV Cultura), ano de 2009. Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=jAn0uVAQxR0> Acesso em 30/05/2014.

Vídeo documentário sobre Malvinas do Pibid UEPB. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=2WwdjsGOPf4> Acesso dia 17/11/2015.